

UFC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FEAAC – FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
MPAC – MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA – TURMA 2010-2012

ROSE JEOKELLYANE DO VALLE MOREIRA

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA
POTENCIALIZAR O TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO
VERDE/CEARÁ

FORTALEZA
2012

ROSE JEOKELLYANE DO VALLE MOREIRA

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA
POTENCIALIZAR O TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAIA DO CANTO
VERDE/CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Estratégia Competitiva e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dra. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu

FORTALEZA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M839a Moreira, Rose Jeokellyane do Valle.

Análise da construção da estratégia sustentável para potencializar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde/Ceará / Rose Jeokellyane do Valle Moreira. – 2012.
138 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2012.
Orientação: Profa. Dra. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu.

1. Turismo comunitário. 2. Planejamento turístico. 3. Teoria dos stakeholder. 4. Turismo sustentável.
I. Título.

CDD 658

ROSE JEOKELLYANE DO VALLE MOREIRA

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL PARA
POTENCIALIZAR O TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO
VERDE/CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, da Faculdade de Economia, Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Estratégia Competitiva e Sustentabilidade.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dra. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima
Prodema - UFC

Prof. Dr. Eugênio Ávila Pedrozo
PPGA/UFRGS

A Deus
Aos meus pais, irmãs, Sérgio
e Yane

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pela referência e incentivo aos estudos desde a infância.

As minhas irmãs pelo incentivo.

Ao meu esposo Sérgio Clério Jorge Moreira, pelo estímulo, colaboração e paciência.

A nossa filha Yane de Souza Moreira por ser sempre um estímulo a novas conquistas.

Ao Profa. Dra. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu, pela orientação.

Aos professores participantes da Banca examinadora Dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima e Dr. Eugênio Ávila Pedrozo pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

E a todos da comunidade da Prainha do Canto Verde que contribuíram para a realização desta pesquisa.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente na realização deste sonho.

RESUMO

O trabalho analisa a estratégia da comunidade da Prainha do Canto Verde/CE para manter a preservação do local em detrimento do turismo de massa desenvolvido em outros locais como Canoa Quebrada, Morro Branco e observar a importância do planejamento turístico como forma de desenvolver a comunidade de forma sustentável, analisando os riscos e as oportunidades para desenvolver o turismo comunitário de forma planejada e sustentável na Prainha do Canto Verde. A contribuição dessa pesquisa é analisar se a estratégia da prainha do canto verde é sustentável a partir dos elementos do framework proposto que são: o Planejamento Turístico, a Participação dos *Stakeholders*, as Políticas Públicas que incidem de forma direta para o desenvolvimento do turismo sustentável e que influenciam em uma comunidade na perspectiva de uma geração de emprego e renda, fortalecimento da cultura local, promoção do bem-estar social e o equilíbrio ambiental. A outra contribuição da pesquisa é a análise da oferta turística para apontar as possíveis propostas para projetos futuros para desenvolver o turismo comunitário de forma planejado e sustentável. Tem-se o como problema da pesquisa a seguinte pergunta: a estratégia e a participação dos *stakeholders* propiciam na prainha do canto verde um planejamento turístico capaz de desenvolver na comunidade um turismo sustentável? A partir da definição do problema da pesquisa tem como objetivo geral: analisar a estratégia da Prainha do Canto de Verde adotando o turismo comunitário para alcançar um desenvolvimento sustentável. A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e com observação não participante. Devido a importância e a característica pesquisa foi um estudo de caso, tendo como unidade de análise a Prainha do Canto Verde/CE. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas aos principais stakeholders, locais e municipais. Os dados da pesquisa foram analisados de acordo com a técnica da *path dependence* e a análise DAFO. Os *stakeholders* tem uma importância fundamental pois atuam de forma direta na estratégia de turismo sustentável da prainha do canto verde. Constatou-se que a estratégia adotando o turismo comunitário e a participação dos *stakeholders* locais propiciam na prainha do canto verde um planejamento turístico capaz de desenvolver na comunidade um turismo sustentável.

Palavras-chaves: Turismo Comunitário, Planejamento Turístico, Teoria dos *Stakeholder* e Turismo Sustentável.

ABSTRACT

Examines the approach of the community of Prainha do Canto Verde / CE to maintain the preservation of the place instead of mass tourism developed in other places like Canoa Quebrada, Morro Branco and observe the importance of tourism planning as a way to develop a sustainable community, analyzing the risks and opportunities to develop community-based tourism in a planned and sustainable in Prainha do Canto Verde. The contribution of this research is to analyze the strategy of the Prainha do Canto Verde is sustainable from the elements of the proposed framework are: the Tourism Planning, Stakeholder Participation, public policies that directly relate to the development of sustainable tourism and that influence a community generating employment and income generation, empowerment of local culture, promotion of social welfare and environmental balance. The other contribution of this research is the analysis of tourism offer to point out the possible proposals for future projects to develop community-based tourism in a planned and sustainable. It has been the problem of how to research the following question: strategy and provide stakeholder participation in a Prainha do Canto Verde tourism planning in the community capable of developing a sustainable tourism? From the definition of the research problem has the general objective: to analyze the strategy of Prainha do Canto Verde for adopting community-based tourism to achieve sustainable development. The research is qualitative, exploratory, descriptive and non-participant observation. Due to the importance and character study was a case study, with the unit of analysis Prainha do Canto Verde/CE. Data collection was conducted through interviews with key stakeholders, local and municipal. The survey data were analyzed according to the technique of path dependence and SWOT analysis. Stakeholders is of fundamental importance because they act directly in the tourism strategy of sustainable Prainha do Canto Verde. It appears that the strategy adopting community-based tourism and participation of local stakeholders provide Prainha do Canto Verde of the tourism planning in the community capable of developing sustainable tourism.

KEYWORDS

Community Tourism, Tourism Planning, Theory of Stakeholders and Sustainable Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Taxa de Interiorização do Fluxo Turístico Ceará – 1998/2008.....	38
Figura 02 – Triângulo do Desenvolvimento Sustentável	41
Figura 03 – Agentes do Modelo de Desenvolvimento do Turismo Local	43
Figura 04 – As Dimensões de Desenvolvimento Sustentável	44
Figura 05 – Dimensões do SISTUR	45
Figura 06 – Tipos de <i>Stakeholders</i>	51
Figura 07 – Rede de Valores da Eco-estratégia Empresarial	57
Figura 08 – Sistemas de Temas Ecológicos	57
Figura 09 – Estratégia Sustentável para analisar na Prainha do Canto Verde.....	59
Figura 10 – Mapa de Localização Prainha do Canto Verde	61
Figura 11 – Estrutura Analítica para o Estudo de Fenômenos <i>Path Dependence</i>	66
Figura 12 – Pousada Recanto da Mãezinha.....	72
Figura 13 – Pousada Sol e Mar.....	72
Figura 14 – Pousada Refúgio da Paz	73
Figura 15 – Destaca a paisagem natural da praia preservada	75
Figura 16 – Ressalta as dunas preservadas da Prainha do Canto Verde	76
Figura 17 – Destaca a presença das jangadas preservadas da Prainha do Canto Verde.....	76
Figura 18 – Trajetória da Prainha do canto Verde de acordo com a técnica da <i>Path Dependence</i>	83
Figura 19 – Resultados da Pesquisa de acordo com os Elementos do <i>Framework</i> Proposto.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Dimensões do SISTUR	45
Quadro 02 – Atores Envolvidos na Pesquisa	63
Quadro 03– Elementos do <i>framework</i>	64
Quadro 04 – Trajetória Histórica do Fato Observado	67
Quadro 05 – Metodologia da <i>Path Dependence</i>	67
Quadro 06 – As Diferenças entre o Turismo de Massa e o Turismo Comunitário	86
Quadro 07 – Os Principais Stakeholders da Prainha do Canto Verde	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Movimentação Turística Ceará.....	38
Tabela 02 – Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos do Ceará- 1997/2008.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABONG	Associação Brasileira de ONG's
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACEVAM	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba
AIMPV	Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências
AITE	<i>Association Internationale d'Experts Scientifiques Du Tourisme</i>
AMPV	Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COOPECANTUR	Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
DAFO	Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MTur	Ministério do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Plano de Desenvolvimento do Turismo
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro
SEMACE	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará
SETUR/CE	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
SGDB	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados

SISTUR	Sistema de Turismo
TI	Tecnologia da Informação
TUCUM	Turismo Comunitário do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.2. Justificativa	17
1.3. Relevância da Pesquisa	19
1.4. Objetivos.....	19
1.4.1. <i>Objetivo Geral</i>	19
1.4.2. <i>Objetivos Específicos</i>	19
1.5. Estrutura da Pesquisa	20
2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	21
2.1. Políticas Públicas de Turismo	21
2.2. Planejamento Turístico	34
2.3. Turismo no Ceará: Política de Regionalização da Costa Leste.....	37
3. ESTRATÉGIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO	42
3.1. Desenvolvimento Sustentável	41
3.2. Turismo Comunitário	42
3.3. <i>Framework</i> Proposto para a Análise da Estratégia do Turismo Comunitário	51
4. METODOLOGIA.....	61
4.1. Característica do Estudo.....	61
4.2. Análise dos Dados	67
4.2.1. <i>Path Dependence</i>	67
4.2.2. <i>Análise DAFO</i>	69
5. RESULTADOS	71
5.1. Oferta Turística da Prainha do Canto Verde	71
5.2. A Análise DAFO	78
5.3. <i>Path Dependence</i>	79
5.4. Turismo Sustentável	85
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DO <i>FRAMEWORK</i> PROPOSTO.....	88
6.1. Planejamento Turístico	88
6.2. Políticas Públicas	97
6.3. Participação dos <i>Stakeholders</i>	102
6.4. Fortalecimento da Cultura Local.....	108

6.5. Equilíbrio Ambiental.....	111
6.6. Promoção do Bem – Estar Social	115
6.7. Geração de Emprego e Renda	117
6.8. Limitações da Pesquisa e Trabalhos Futuros	119
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	132
ANEXO A.....	132
ANEXO B.....	134
ANEXO C.....	135
ANEXO D.....	136
ANEXO E	137

1. INTRODUÇÃO

O Turismo é uma atividade que quando planejada e pautada nos princípios de sustentabilidade a nível econômico, social e, principalmente, o ambiental proporciona o desenvolvimento e crescimento de uma localidade.

Irving (2000) destaca que a indústria do turismo utiliza os recursos naturais e, também, culturais para gerar o desenvolvimento, entretanto, o avanço turístico nem sempre ocorre a favor das populações locais. Normalmente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental. As comunidades receptoras não se beneficiam do crescimento do turismo, pois poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local.

De acordo com Irving (2009) o turismo de base comunitária seria uma alternativa de base endógena de iniciativa e desenvolvimento local. O turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica.

Segundo Irving (2003), ainda, ressalta que as iniciativas de turismo de base comunitária, para serem sustentáveis, econômica e socialmente, não podem prescindir de uma visão estratégica, que considere não apenas o “destino” turístico como a potencialidade econômica para uma determinada região, mas também as diferentes alternativas e variáveis associadas a um modo de desenvolvimento centrado nos recursos e demandas endógenos.

O Ministério do Turismo (MTur) aponta que no Brasil, muitas comunidades fazem parte dessa Rede de Turismo Comunitário, como a Turisol destacando-se entre estes sujeitos sociais alguns movimentos sociais, comunidades, organizadores de viagens, operadores de comércio justo, de economias solidárias, organizações ambientais e ONGs, todos empenhados nesta tarefa de encontrar outros caminhos para o desenvolvimento. Como exemplos na Região Norte como: Pedras Negras no Vale do Guaporé (em Rondônia), Mamirauá e Silves no Amazonas, Ilha de Cotijuba, em Belém; na Região Nordeste como: Diogo Lopes, no Rio Grande do Norte, e as comunidades de Ponta Grossa, Tremembé, Tatajuba, Balbino, Batoque, Coqueirinho, Conjunto Palmeiras, Nova Olinda, Barra das Moitas, Caetanos de Cima, Curral Velho, Prainha do Canto Verde, no Ceará; na Região Sul a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – ACEVAM em Praia Grande, Santa Catarina; Região

Sudeste o Projeto Vila Solidária em Rio de Janeiro; Região Centro-Oeste a Associação dos Moradores do Distrito de Cuiabá em Gouveia Minas Gerais.

Ministério do Turismo (MTur) tem iniciativas de apoio ao Turismo de Base Comunitária onde pretende identificar os desafios e as potencialidades deste tipo de turismo que possui vantagens como a contribuição para a diversificação da oferta turística brasileira, associada ao desenvolvimento local com a geração de trabalho e renda.

De acordo com o Plano Nacional de Turismo (2007-2010), evidencia-se uma proposição estratégica de associar crescimento de mercado à distribuição de renda e à redução das desigualdades regionais e sociais. Isto requer soluções que envolvem as dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Este Plano tem como premissa o desenvolvimento local no turismo a oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos de assumirem papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos. Nesta perspectiva, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada; buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo de vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente.

De acordo com Mendes (2010) reforça que essa nova modalidade de turismo, também chamada de turismo comunitário socialmente responsável pela comunidade da Prainha do Canto Verde prioriza a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais. A autora, ainda, aponta que nessa comunidade o turista é atraído pela simplicidade, belezas naturais, calma e rusticidade do lugar.

A Prainha do Canto Verde, localiza-se no litoral leste do Estado do Ceará, Município de Beberibe a 126 km de Fortaleza. A autora ressalta, ainda, que a comunidade se organizou em defesa da pesca artesanal, do fortalecimento do sentimento de luta, com a finalidade de enfrentar aos problemas de especulação imobiliária, a degradação ambiental e da criação da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde - COOPECANTUR. A cooperativa contribui para implantação de pequenos empreendimentos turísticos gerenciados pelos próprios moradores, e que contribuem para melhorar o nível e a qualidade de vida desse lugar. A Prainha do Canto Verde prioriza o Turismo de eventos, cultural e o ecoturismo.

Segundo o Ministério do Turismo (2010) as organizações produtivas que possuem a características: solidárias, informais e comunitárias podem ser percebidas pelo poder público como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais, ou podem ser potencializadas de forma complementar à ordem econômica vigente. Estas organizações têm como espaço um território delimitado, no qual se articulam,

se mobilizam, e organizam a cooperação estratégica para a inserção no mercado, a colaboração e a interdependência, e podem incentivar o desenvolvimento interno do local.

O objetivo deste estudo tem a finalidade de verificar se o turismo comunitário é uma estratégia para uma comunidade manter sua identidade cultural e seu território preservado em face da especulação imobiliária, utilizando os princípios do desenvolvimento sustentável. A pesquisa sugere o seguinte questionamento: a estratégia e a participação dos *stakeholders* propiciam na prainha do canto verde um planejamento turístico capaz de desenvolver na comunidade um turismo sustentável?

1.2. Justificativa

De acordo com Maldonado (2009) o turismo comunitário, encontra-se presente atualmente em todos os ecossistemas da América Latina. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos. Florestas primárias ou secundárias, sejam estas secas de altitude ou tropicais; áreas lacustres, insulares ou costeiras; manguezais ou salinas cobrem um vasto leque de zonas ecológicas: de exuberantes vales amazônicos aos gélidos altiplanos.

O autor ressalta que o Turismo Comunitário é um fenômeno recente na América Latina; as primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas em meados dos anos 80. Diversos fatores de ordem econômico, social, cultural e político explicam a sua origem.

Maldonado (2009) define Turismo Comunitário:

“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.”

A pesquisa terá como marco teórico o conceito de desenvolvimento sustentável, abrangendo os três pilares econômico, social e ambiental (triple bottom line). Sachs (2008) destaca cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político.

Dentro dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável será considerados a Eco-estratégia, procurando entender o comportamento da comunidade da Prainha do Canto Verde e as suas prioridades em relação a estratégias adotadas para com o meio ambiente e para si mesma. Carranco (2010) ressalta a Teoria dos Stakeholders onde é utilizada para compreender

a participação dos mesmos na estratégia de uma organização. A autora, também, destaca o conceito da Eco-estratégia como sendo um tipo de análise estratégica que considera os motivadores da organização, apoiando-se em uma análise no desenvolvimento sustentável.

O Planejamento Turístico é um instrumento fundamental para desenvolver o turismo de forma sustentável no país, regiões, municípios, inserindo a participação da comunidade neste processo. É fundamental sobretudo políticas Públicas direcionadas para a atividade turística por meio de Planos, Programas e Projetos para desenvolver o turismo. De acordo com Beni (2003, p.110) afirma que: “o êxito futuro da atividade de Turismo dependerá enormemente das políticas formuladas pelo Estado para administrar seu desenvolvimento, crescimento e maturidade.”

Para o desenvolvimento do turismo nas comunidades receptoras é importante analisar a Teoria dos Stakeholders e a estratégia para propiciar um planejamento turístico, compreendendo a atuação dos atores locais. PETROCCHI (1998, p.72) destaca que a finalidade do planejamento é: “definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo quer se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ações.”

A Eco-Estratégia é reforçada por Carranco (2010) onde aponta as colocações de Freeman e Gilbert (1988) onde propõe um comportamento ético e destaca um framework denominado de “Estratégia Empresarial” onde procura entender o tipo de incorporações éticas nas estratégias dos negócios.

Carranco (2010) destaca, ainda, que é fundamental encontrar um ponto de equilíbrio na relação dos ganhos econômicos e da proteção ecológica. A autora ressalta o framework proposto por Stead e Stead (2000) onde aponta o conceito da sustentabilidade e a relação do valor intrínseco da sustentabilidade que são: a Totalidade, a Diversidade, a Posteridade, a Comunidade, a Pequenez, a Qualidade, o Diálogo e a Realização Espiritual.

A pesquisa sugere um framework para analisar o Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde a partir dos marcos teóricos da pesquisa. Estas comunidades possuem um território delimitado, no qual existe uma articulação, uma mobilização, e se organizam em estratégias para a inserção no mercado e podem estimular o desenvolvimento do local. É importante compreender como a Prainha do Canto Verde se organizou, se mobilizou, a estratégia adotada para alcançar um desenvolvimento sustentável para servir como referência para as outras comunidades que optarem a desenvolver o turismo comunitário.

A contribuição dessa pesquisa é analisar se a estratégia da prainha do canto verde é sustentável a partir dos elementos do framework que são: o Planejamento Turístico, a Participação dos *Stakeholders*, as Políticas Públicas que incidem de forma direta para o desenvolvimento do turismo sustentável e que influenciam em uma comunidade gerando uma geração de emprego e renda, fortalecimento da cultura local, promoção do bem-estar social e o equilíbrio ambiental.

A pesquisa contribui a partir da análise da oferta turística para apontar as possíveis propostas para projetos futuros para desenvolver o turismo comunitário de forma planejado e sustentável.

A contribuição é analisar, também, a estratégia dessa comunidade para preservação dos recursos naturais em detrimento do turismo de massa desenvolvido em outros locais como Canoa Quebrada, Morro Branco e observar a importância do planejamento turístico como forma de desenvolver a comunidade de forma sustentável, analisando os riscos e as oportunidades para desenvolver o turismo comunitário de forma planejada e sustentável na Prainha do Canto Verde.

1.3. Relevância da Pesquisa

A contribuição dessa pesquisa é analisar se a estratégia da prainha do canto verde é sustentável a partir dos elementos do framework que são: o Planejamento Turístico, a Participação dos *Stakeholders*, as Políticas Públicas que incidem de forma direta para o desenvolvimento do turismo sustentável e que influenciam em uma comunidade gerando uma geração de emprego e renda, fortalecimento da cultura local, promoção do bem-estar social e o equilíbrio ambiental.

A pesquisa contribui a partir da análise da oferta turística para apontar as possíveis propostas para projetos futuros para desenvolver o turismo comunitário de forma planejado e sustentável.

A contribuição é analisar, também, a estratégia dessa comunidade para preservação dos recursos naturais em detrimento do turismo de massa desenvolvido em outros locais como Canoa Quebrada, Morro Branco e observar a importância do planejamento turístico como forma de desenvolver a comunidade de forma sustentável, analisando os riscos e as oportunidades para desenvolver o turismo comunitário de forma planejada e sustentável na Prainha do Canto Verde.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar a estratégia da Prainha do Canto de Verde adotando o turismo comunitário para alcançar um desenvolvimento sustentável.

1.4.2. Objetivos Específicos

- a) identificar as motivações e os eventos que levaram a comunidade da Prainha do Canto Verde a criar empreendimentos turísticos de forma comunitária;
- b) analisar o papel dos *stakeholders* na comunidade e sua participação na estratégia de desenvolvimento sustentável;
- c) identificar os pontos críticos de sucesso da estratégia da Prainha do Canto Verde para servir de referência em outras comunidades;
- d) avaliar o planejamento turístico da Prainha do Canto Verde;
- e) identificar os riscos e as oportunidades na Prainha do Canto Verde.
- f) fazer um levantamento das políticas públicas implementadas no local.

1.5. Estrutura da Pesquisa

A pesquisa estar estruturada em seis capítulos da seguinte forma:

O primeiro capítulo aborda a introdução, a justificativa da pesquisa como, também, a relevância da pesquisa com as suas contribuições sobre a estratégia da prainha do canto verde em adotar o turismo comunitário como uma estratégia que propicia um planejamento e um turismo sustentável na localidade. Neste capítulo, ainda, capítulo trata do objetivo geral e os específicos.

No segundo capítulo trata sobre o planejamento turístico seus conceitos, sua importância, finalidades e evoluções, bem como as políticas públicas de turismo.

No próximo capítulo refere-se aos princípios do turismo comunitário, a política pública deste tipo de turismo, a importância do desenvolvimento sustentável em uma localidade e também sugere um framework para a análise da estratégia de turismo comunitário na prainha do canto verde.

O quarto capítulo aborda as características da pesquisa, a descrição da unidade de análise, os instrumentos utilizados em uma pesquisa qualitativa e a técnica da *path dependence* adotada para analisar a trajetória da prainha do canto verde e a análise DAFO.

No quinto capítulo é apresentado os resultados da pesquisa e, no capítulo seguinte a discussão do resultados pelo framework proposto. E no último capítulo possui as considerações finais, recomendação e sugestões para pesquisas futuras.

2. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

2.1. Políticas Públicas de Turismo

A atividade turística para ser desenvolvida de forma sustentável deverá estar respaldada por políticas direcionada para o turismo que fomentem o planejamento em uma localidade nos aspectos naturais e culturais.

Conforme Salvati (2004) é necessário, no início, que os papéis de desenvolvimento e controle devem estar sob a responsabilidade do conjunto de agentes públicos e privados (atores) que atuam na atividade turística. Contudo, é importante que o setor público determine políticas para o planejamento e gestão do turismo em todos os níveis de governo, como também para o setor privado e crie condições para a legítima defesa do consumidor, de atos para gerar a proteção do patrimônio natural e cultural, do ordenamento territorial, medidas para minimizar a poluição, como também, incentivar a excelência na qualidade e sustentabilidade de produtos e serviços, entre outros.

Para Beni (2003, p.100), a finalidade de uma Política de Turismo é:

o combate aos vários tipos de poluição, a defesa da paisagem, do ar, das águas, dos espaços livres, da vegetação são tão indispensáveis quanto a conservação da memória histórica e cultural do país. Sua formulação deverá, por conseguinte, estar fortemente ancorada nos valores nacionais; nos traços culturais, que cumpre manter; no espaço físico, que é imperativo conservar. Ambos constituem partes iguais do patrimônio nacional, que as gerações futuras têm direito de reclamar. Do ponto de vista organizacional, ela evoluirá dos grandes condicionamentos para as diretrizes práticas, que constituem as políticas básicas, que inspiram e dão escopo ao pensamento programático [....]

Salvati alerta que as políticas relacionadas ao desenvolvimento do turismo deverão ser definidas de maneira compartilhada entre o setor público e o privado, as entidades de classe e comunitárias, ONG's sociais e ambientalistas, universidades, órgãos que propiciam o fomento e capacitação e com a comunidade receptora, estes serão agentes fundamentais para aplicar as políticas e seus instrumentos em pleno funcionamento.

Para compreender às Políticas de Turismo, faz-se necessário entender o papel do poder público e das suas diferentes políticas direcionadas para o turismo. Entre elas:

2.1.1. Políticas de Turismo sustentável

A princípio, é importante destacar que teoricamente o Estado através de seus representantes eleitos pela população são determinantes para buscar o crescimento do turismo para que proporcione benefícios para à comunidade. Para que o poder público use as estratégias para atingir as metas preestabelecidas, faz-se necessário a formulação de uma política nacional norteadora.

O poder público percebe o turismo como uma fonte de divisas, uma oportunidade de gerar empregos ou movimentar economias estagnadas através da distribuição de renda. Salvati (2004,p.21), afirma que: “... para assegurar que o turismo se mantenha neste papel de gerador de benefícios amplos, há de se assegurar que os motivos geradores das viagens, o patrimônio ecológico, histórico e cultural, se mantenham em condições de continuar gerando fluxos turísticos.”

Cruz (2001) destaca que a falta da participação do poder público e de uma política por ele determinada, propicia que o desenvolvimento do turismo tenha interesses difusos, ou seja, torne possível que iniciativas e interesses pessoais estejam em primeiro lugar, gerando com isso um desequilíbrios nos destinos turísticos.

É fundamental que haja um envolvimento do Governo para com o desenvolvimento do turismo. Contudo, não é um aspecto fácil. Salvati (2004) ressalta que a primeira ação é definir o local do turismo do ponto de vista da administração pública, pois o turismo requer parcerias e ações interdisciplinares no interior do setor público (meio ambiente, cultura, cidades, infraestrutura, planejamento, educação etc.), necessitando medidas e intervenção nos diversos setores do governo.

Para tanto, é essencial que seja estabelecido com transparência o papel dos diversos setores públicos, principalmente através de uma política nacional com a finalidade de desenvolver um turismo sustentável.

O Poder Público desempenha várias ações no setor do turismo, com o intuito de promover o desenvolvimento e o controle. Salvati (2004) resumem-se da seguinte forma: a elaboração e implantação de turismo, com o intuito de direcionar o desenvolvimento; fixar prioridades e estratégias no desenvolvimento do produto turístico; elaborar e aplicar a legislação e regulamentos do turismo, estipulando normas sob as quais as atividades turísticas devem se desenvolver; capacitação dos recursos humanos; implementação e manutenção da infraestrutura; promoção do bem estar das comunidades que receberem os turistas e do próprio turista.

É importante ressaltar que o poder público, em alguns casos, pode elaborar e apoiar em políticas e planos que possibilitem atrair ou subsidiar os que desejam investir no turismo. Entretanto, o financiamento é um dos principais problemas da gestão administrativa e, também, a principal causa dos fracassos dos planos e programas de desenvolvimento do turismo.

Dentro deste contexto, em 1992 surge no Brasil o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, só implementado no período entre 1994 a 2001, um processo que tem o intuito de conscientizar, sensibilizar, estimular e capacitar os monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, e possuindo, como resultado, a participação efetiva e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Em virtude da não continuidade desse programa tiveram algumas avaliações por parte de gestores do próprio programa e de alguns profissionais do turismo.

Conforme Anna Maria Marcondes Machado, gerente Nacional do Programa ,relata que: “o PNMT propunha um entendimento social do turismo e não meramente sua importância econômica para os municípios.” Considera, também, a importância da participação dos líderes locais nas etapas do planejamento e, ainda, antes da implementação do PNMT, uma minoria de pessoas discutiam o turismo no Brasil. (BRUSADIM, 2004)

Segundo BRUSADIM (2004), os resultados propostos pelo PNMT, para o Prof. Dr. Davis Sanssola afirma:” o programa é frágil na medida em que não se estabelece uma cultura de rede e os níveis de participação das comunidades são muito questionadas.”

No Ceará, o PNMT foi implementado como projeto piloto no município de Icapuí. Para ROMERO (2003,p.61):” Aproveitar oportunidades e convertê-las em recursos ou fortalezas internas pode ser considerado o ideal para qualquer localidade que pretende desenvolver-se econômica, social, cultural e turisticamente.” A partir desta afirmação segue uma reflexão maior no sentido do aproveitamento das potencialidades do local.

Menciona ROMERO, ainda, que os municípios precisam se organizar administrativamente, dando referência ao município de Icapuí, favorecendo hierarquias e, também, não se fazendo dependentes totais do Estado e da Nação. Para ROMERO, o referido programa foi imprescindível para este processo, através da seguinte afirmação

[....] O PNMT deu o primeiro passo para que isso aconteça. Através desse programa, torna-se possível a descentralização, a sustentabilidade e o estabelecimento de parcerias que contribuam para que os locais tornem-se mais independentes e mais educados turisticamente.

Dessa maneira, é imprescindível, que as políticas públicas do turismo possam ser utilizadas para que a atividade turística venha a ser planejada de forma coerente e eficaz com a finalidade de desenvolver determinado local, respeitando os princípios de sustentabilidade.

Entretanto, antes de gerar uma demanda, necessita-se verificar a infra-estrutura básica e a turística do local para atender as necessidades dos visitantes.

Por fim, é importante um planejamento municipal de forma sustentável onde ocorra a participação da população local e, que se tenha uma integração das autoridades locais para propiciar o desenvolvimento do turismo, com o intuito de gerar um aumento sócio-econômico.

2.1.2. Plano Nacional de Turismo (PNT)

O Plano Nacional de Turismo é um instrumento importante para desenvolver o planejamento turístico e, também, direcionar as ações do Governo para gerar o crescimento sustentável do deste setor.

Conforme Beni (2003, p.102)

Avaliada a importância dos programas, dos projetos e das atividades, em âmbito internacional, nacional e regional, serão eles consubstanciados num Plano Nacional de Turismo, de duração plurianual – embora permitindo revisões parciais periódicas. O Plano Nacional de Turismo orientará a alocação de recursos e quantificará as metas a alcançar.

Já, em relação ao Governo Federal confere orientar a Política de Turismo, colocar em ordem as iniciativas e adequá-las às reais carências de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade. Ainda, Beni (2003) reforça que: “A Política de Turismo enfatiza, ainda,

a atuação de poder público através de incentivos fiscais e financiamentos e empreendimentos, obras e serviços considerados de interesse turístico.”

Nos dias atuais, existe uma nova política adotada pelo Ministério do Turismo, não exatamente definida como lei, contudo está presente nas Secretarias de Políticas de Turismo através do Programa de Regionalização do Turismo, que propicia fóruns estaduais de debates e uma estratégia para o planejamento regional do turismo.

Salvati (2004,p.26) fala que o Plano Nacional de Turismo (2003-2007):” é um instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade de explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do Turismo.” Segundo o referido autor, o plano foi elaborado no começo de 2003 e posto para apreciação e consulta por diversos representantes de entidades,instituições, empresas públicas e privadas do setor. Na ocasião foram identificadas algumas carências do setor do turismo, tais como: a ausência de processo de avaliação de resultados das políticas e planos direcionados ao setor; a insuficiência de dados, informações e pesquisa sobre o turismo no Brasil, a carência de qualificação profissional, regulamentação inadequada, a deficiência na gestão e operacionalização da infra-estrutura básica e a superposição de dispositivos legais nas diversas esferas políticas.

O mesmo autor menciona que este plano possui algumas metas estratégicas onde aponta que o turismo é visto, principalmente, como uma atividade que provoca benefícios sócio-econômicos como a diminuição das desigualdades sociais, ocasiona a geração e distribuição de renda, provoca numa maior oferta de emprego e equilíbrio da balança de pagamentos.

O Plano Nacional de Turismo é distribuído em macro-programas que servem como base para atingir os objetivos e as metas estipuladas até 2007, que podem ser resumidas da seguinte forma: o aperfeiçoamento da gestão e das relações institucionais, fomento, infra-estrutura, estruturação e diversificação da oferta turística, qualidade do produto turístico, promoção e apoio à comercialização e incremento das informações turísticas.

É de fundamental importância que exista instâncias legais estaduais e federais para que o turismo tenha como apoio diretrizes, bases de planejamento, suporte técnico, financeiro, logístico de forma que a atividade turística seja realizada de forma planejada, integrada e sustentável. Salvati (2004, p.27) ressalta: “...que é necessário observar que o papel de cada instância não é igual, mas sobretudo complementar. Ou quando o são, atuam em âmbitos diferentes.”

Salvati ressalta também que na Constituição Federal de 1988 foi a primeira vez em que o turismo foi mencionado como responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios se equipararam em função do desenvolvimento do turismo. Somente em 2003, foi criado um Ministério direcionado para o turismo, o Ministério do Turismo (Mtur) que tem como missão expandir esta atividade enquanto econômica, sustentável e que ocasione empregos, renda e, sobretudo seja um meio de inclusão social.

Conforme Salvati, o Ministério do Turismo (Mtur) busca um modelo de gestão descentralizado direcionado para as políticas públicas, guiado pelo pensamento estratégico, e está estruturado da seguinte forma: Secretaria de Políticas de Turismo, Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, EMBRATUR e o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR).

Além desses, existe os Fóruns Estaduais de Turismo que atuam como interlocutores entre o Núcleo Estratégico de Turismo e seus respectivos estados. De acordo com Salvati (2004, p.29) estes fóruns são instrumentos importantes para apoio na coordenação do processo de descentralização e gestão da atividade do turismo para identificar de uma forma mais eficaz as necessidades de cada estado.

No Plano Nacional de Turismo, o Ministério do Turismo (2004) ressalta que compreender o Programa de Regionalização- Roteiros do Brasil é:

assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se reflete no estado de bem-estar das populações.

Ainda o Ministério (2004), ressalta que o Programa de Regionalização indica a estruturação de roteiros integrados entre os municípios. Já se percebe que o amadurecimento no processo de regionalização no País com a consolidação de roteirização turística com a finalidade de organizar a oferta turística dos municípios.

O Programa de Regionalização- Roteiros do Brasil tendo como base a roteirização do Brasil conforme as orientações presentes no Plano Nacional de Turismo que ressalta:

[...] que o modelo de gestão apoiado na regionalização do turismo, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do plano. Tais ajustes garantem uma política pública mobilizadora que permite a flexibilidade, de modo a atender às múltiplas questões que interferem no equilíbrio social e econômico das comunidades, dos municípios, dos estados e do País.

Segundo Salvati (2004, p.29) o Programa de Regionalização é um modelo de gestão política direcionada para o planejamento do turismo em nível regional. Os princípios deste programa estão relacionados com a flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial interinstitucional. Estão sendo produzidos projetos integrados e regionais do turismo como os “Roteiros do Brasil”. A partir disso, será exigido novas posturas e estratégias em relação a gestão de políticas públicas e, também, gerará em mudanças no relacionamento entre os atores do poder público e a sociedade civil.

É importante, também, compreender o que significa regionalização do turismo. O Ministério do Turismo (2004) define, como: “um modelo política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.”

Segundo o Mtur, a prática deste programa é estar direcionado para gerar a promoção e a parceria de todos os segmentos envolvidos neste processo, como: organizações da sociedade, instâncias de governo, empresários, trabalhadores, instituições de ensino, turistas e a comunidade.

Ainda conforme o Ministério do Turismo (2004), a regionalização do turismo significa uma nova forma de se relacionar com os vários setores do poder público e da sociedade, estabelecendo construir coletivamente este modelo de gestão. Este programa admite:

a noção de território como espaço e lugar de integração do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos disponíveis. Esta noção de território propõe uma coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e

representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento.

O mesmo ressalta que este programa, também, tem como princípios básicos a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização, assumindo desta forma a atividade turística um papel participativo e de inclusão social, gerando um desenvolvimento sustentável tanto nacional como regional.

O princípio da participação possui um caráter fundamental, tanto na concepção e no planejamento, como na implementação do Programa de Regionalização do Turismo. O Ministério do Turismo destaca que fortalece a cidadania, beneficia o crescimento social, político, administrativo e tecnológico de um grupo, como também amplia suas responsabilidades e resgata valores sociais, históricos, étnicos e culturais.

O outro princípio é o da sustentabilidade, sendo este princípio um dos mais importantes do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, pois a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica é um aspecto fundamental para atingir o sucesso de qualquer atividade turística no cenário do mundo atual.

Segundo o Ministério do Turismo (2004), o termo sustentabilidade pode ser compreendido da seguinte forma:

[...] como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, tem possibilidade de tornar-se um fator motivador e mobilizador das instituições, regulando padrões de comportamento e valores dominantes.

Qualquer tipo de planejamento deve estar direcionado para as dimensões de sustentabilidade, que são: a ambiental, a sociocultural e a econômica.

Já o princípio da integração, conforme o Ministério, não está somente relacionado as pessoas que compõem de forma direta este programa, como também à ação interinstitucional de todos os agentes públicos e privados. O Ministério do Turismo ressalta que a atividade turística depende, principalmente, dos serviços e dos equipamentos que compreendem infraestrutura, saneamento básico, transporte, coleta e destinação de lixo, abastecimento de água e energia elétrica.

Ainda segundo o ministério, o princípio da descentralização tem caráter de decisão, sendo uma condição principal para a concretizar das políticas públicas e sociais.

Este programa possui alguns objetivos, que são: dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta turística, estruturar os destinos turísticos, ampliar e qualificar o mercado de trabalho, aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional, ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional e aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.

Este programa possui algumas diretrizes estruturadas para serem concretizadas em médio prazo uma mudança na oferta turística nacional norteando uma ação executiva para: ordenação, normatização e regulamentação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento; infraestrutura e promoção e comercialização.

2.1.3. Políticas estaduais e regionais de turismo

Estas políticas fazem parte de cada Estado do País na medida em que cada um destes inclui aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo nos órgãos públicos estaduais, sendo que alguns destes assuntos relativos ao turismo são destinados a uma Secretaria Estadual ou são inseridos em outras.

Salvati (2004, p.29) alerta que se estes assuntos direcionados ao turismo estiverem distribuídos em diversos organismos públicos provoca uma dificuldade em dar uma direção única para o setor do turismo naquele Estado. Ainda, o mesmo autor (2004, p.30) destaca que o órgão estadual de turismo pode desenvolver o planejamento e a gestão do turismo de forma regionalizada dentro de cada estado.

2.1.4. Políticas municipais de turismo

Existem dois instrumentos legais direcionados para os assuntos do turismo que são: A Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor Municipal. Estes são fundamentais para o planejamento, fomento e o domínio do desenvolvimento do turismo.

Salvati (2004, p.31) afirma que a Lei Orgânica do Município é a lei onde os municípios precisam conduzir suas políticas gerais e administração, tendo como prioridade temas relacionados para garantir melhores condições para que a comunidade possa se beneficiar de alguns aspectos entre eles: alimentação, educação, saúde, transporte, lazer, cultura, ambiente

ecologicamente equilibrado, assistência social, entre outros. Como isso, os municípios terão que se organizar em relação ao turismo dentro de alguns aspectos, entre eles: prestar os serviços públicos de interesse local, elaborar o Plano Diretor, estabelecer normas de edificações, sinalizar as vias urbanas, promover a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e do meio ambiente local, entre outros.

Já, o Plano Diretor Municipal ajustará os processos de produção, reprodução e uso do espaço urbano e rural, com a finalidade de beneficiar a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Ainda, Salvati ressalta que o Plano Diretor pode ou não estar relacionado com o turismo, isto dependerá da realidade do local. Porém, este plano tem algumas orientações que interferem diretamente para o desenvolvimento do turismo, entre elas: o planejamento das ações da administração pública, o enfrentamento de problemas provocados pelo crescimento econômico, a análise das dimensões do desenvolvimento político, social, econômico, espacial, administrativo e financeiro, a garantia de bem estar dos munícipes e a distribuição equitativa dos bens e serviços urbanos, propiciando a ocupação ecologicamente equilibrada do território municipal.

Nos dias de hoje vêm se adotando diversos instrumentos legais e de planejamento com o intuito de se fazer o ordenamento do espaço turístico, buscando ter um cuidado maior nos aspectos territoriais, ambientais, histórico-culturais, entre outros.

Segundo Salvati (2004), normalmente estes instrumentos legais são usados em nível local, por exemplo os Planos Diretores de Turismo, entretanto o autor ressalta que estes necessitam de métodos mais detalhados de pesquisa e de investigação e, também, uma maior atuação de todos os que fazem parte deste processo. Já, os outros não são devidamente priorizados como o Zoneamento Ambiental e o Turístico.

Um dos instrumentos legais que tem uma extrema relevância para o planejamento do espaço turístico é o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT). Ainda, o mesmo autor menciona que o PDT possui quatro instrumentos básicos que proporcionam o ordenamento e o planejamento da atividade turística, que podem ser resumidos da seguinte forma: o Diagnóstico Turístico, o Prognóstico Turístico, o Zoneamento Turístico-Ambiental e o Plano de Ações.

Conforme Salvati (2004, p. 120):

O planejamento é essencial em se tratando de gestão pública e não poderia deixar de sê-lo no que se refere à otimização do potencial turístico de um município, ainda mais quando se sabe que são bastante limitados os recursos no orçamento municipal.

Para iniciar o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT) em qualquer município é necessário saber o que o mesmo dispõe, em se tratando da infra-estrutura turística e de apoio e o estado em que se encontra, quem utilizará e como será utilizada.

Para desenvolver a etapa do Diagnóstico, presente do PDT, é necessário realizar o levantamento do potencial, fazendo a análise qualitativa, quantitativa multidisciplinar do planejamento, o aprofundamento do município em sua estrutura político, institucional, fatores importantes no processo de desenvolvimento do turismo.

Segundo Salvati (2004) o Diagnóstico possui alguns aspectos relevantes, que podem ser resumidos da seguinte forma: a caracterização da oferta turística, a caracterização da demanda real e potencial; as diretrizes legais para o planejamento, o fomento e o controle do desenvolvimento turístico; os parâmetros ambientais que afetam ou podem ser afetados pelo turismo; a identificação e a análise da situação e da capacidade de gestão dos atores institucionais e os projetos públicos e privados que afetam ou são afetados pelo turismo.

Portanto, o mesmo autor (2004, p. 121) define o Inventário turístico da seguinte forma:

Inventário Turístico, portanto, é a relação e descrição dos bens de valor paisagístico, ecológico, histórico, cultural e sócio-econômico, e seus serviços, equipamentos e infraestrutura básica e de apoio agregados, de forma e permitir determinar o potencial turístico efetivo e/ou futuro do município ou de uma dada região do município.

Para o planejamento municipal em relação a atividade turística é importante o inventário turístico pois considera alguns pontos fundamentais, conforme este autor enumera alguns destes aspectos que são: o estudo de todos os possíveis atrativos naturais e culturais que possuam características ou singularidades que provoquem um fluxo de visitação e um estudo da infraestrutura da localidade e dos equipamentos para atender aos visitantes.

O Inventário Turístico possui algumas etapas e uma delas é Pesquisa de Gabinete. Esta etapa é de fundamental importância pois consiste inicialmente em um roteiro pré-definido, onde irá reunir todas as informações relacionadas ao estudo da localidade para um futuro diagnóstico.

Com base nas informações disponíveis, passa-se para a coleta de dados bibliográficos e secundários por meio de livros, publicações técnicas e informações de órgãos e instituições do município.

Salvati (2004, p. 122) ressalta a importância das pessoas que irão fazer parte do levantamento destas informações tanto para a coleta de dados secundários quanto para obter os dados primários, pois por meio do deslocamento destes pesquisadores poderão coletar o máximo de informações sobre os atrativos e a atividade turística, que servirão de subsídios para a etapa do diagnóstico, que favorecerá os estudos da oferta e demanda de um local.

É necessário que na Pesquisa de Gabinete as pessoas envolvidas estejam disponíveis para buscar as informações relevantes em relação ao município, requer contato telefônico ou pessoais, entrevistas, além da visita à localidade.

Já Beni (2003) salienta que após identificado e classificado o atrativo turístico, faz-se necessário também fazer uma avaliação do atrativo para definir seu valor e hierarquiza-lo, apontando sua importância turística de acordo com o contexto nacional.

Para este autor (2003,p.393) é fundamental esta avaliação, pois

Permite definir a importância atual e futura de um atrativo em relação a outros de características homogêneas. Para avaliar é necessário reunir um conjunto de fatores que permitam captar as qualidades e valores específicos que possui cada atrativo, em função de sua natureza e dos elementos que exercem influência ou podem influenciar seu aproveitamento turístico. A análise desses fatores deverá ser efetuada sob a ótica estritamente turística.

De acordo com Beni é importante também a hierarquização dos atrativos pois possibilita ordená-los conforme sua importância turística, sendo capaz de estimular fluxos turísticos atuais ou potenciais como também nacionais e internacionais.

É necessário utilizar os instrumentos legais e as ferramentas para avaliação e hierarquização para que haja o planejamento turístico de forma equilibrada e sustentável.

2.2. Planejamento Turístico

O turismo é uma atividade que quando bem planejada e pautada nos princípios de sustentabilidade a nível econômico, social e, principalmente, o ambiental proporciona o desenvolvimento e crescimento de uma cidade.

O Estado do Ceará vem fomentando o turismo de mar, serra e sertão. Porém, o sertão possui particularidades capazes de atuar como diferencial para atrair visitantes, como: a cultura, o folclore, danças típicas, festivais juninos, lendas, gastronomia típica, artesanato, atrativos naturais, enfim aspectos que caracterizam a cultura cearense.

O Planejamento é um instrumento fundamental para desenvolver o turismo de forma sustentável no país, regiões, municípios, inserindo a participação da comunidade neste processo. Entretanto, em alguns municípios não se verifica uma estrutura turística capaz de atender as necessidades dos visitantes.

Em virtude desse cenário, é importante que haja um planejamento em nível municipal e que inclua a comunidade no processo de desenvolvimento da atividade turística.

2.2.1. Definições de Planejamento Turístico

Existem autores como Barreto(2002) e Petrocchi (2001) falam a respeito do que seja planejamento e a sua importância para o turismo.

Para BARRETO (2002, p.13):

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que têm que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícito a permanente revisão, correção do rumo. Exige um repensar constante mesmo após a concretização dos objetivos.

Já para PETROCCHI (2001, p.67), o planejamento é:

[....] é a determinação antecipada dos objetivos a serem atingidos e dos meios pelos quais esses objetivos devem ser atingidos. É a decisão do que fazer, como fazê-lo e quem deverá fazê-lo. É a mais fundamental das quatro funções do processo administrativo porque estabelece a ponte entre onde estamos e onde queremos estar.

O Planejamento é importante ser inserido dentro do contexto municipal, pois possibilita um repensar permanente para um melhoramento dos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais que interferem diretamente no desenvolvimento do turismo, afetando diretamente no aumento da economia do local.

2.2.2. Evolução do Planejamento Turístico

Segundo Petrocchi, após a Segunda Guerra Mundial, o turismo passou a ser um fenômeno de massa e a partir disso ganhou uma conotação econômica importante. A França, nesse momento acompanhou o pioneirismo do Plano Monnet para a economia, sendo, também, a primeira a elaborar um planejamento do turismo feito pelo Estado, um plano quinquenal de 1948 a 1952. Já a Espanha elaborou seu primeiro plano em nível nacional em 1952. Contudo, somente nos anos 60 que o planejamento do turismo se difundiu.

Miguel Acerenza (1998) menciona que nessa época foram apresentados os primeiros planejamentos regionais do turismo. Para este autor, o planejamento regional é: “...uma série de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma estrutura comum que, em seu conjunto, contribuem para a dinamização do desenvolvimento econômico e social de uma região”.

No Brasil o primeiro estudo foi sobre planificação do turismo através da iniciativa do Estado em 1972, na mesma data da elaboração do Projeto Turis, que ressaltava a região litorânea Rio- Santos. Os primeiros estudos sobre planejamento do turismo tinham enfoque restritos, pois não tinham uma visão geral que o turismo necessita.

Nessa época ocorriam muitas distorções no campo do turismo, resultando na carência de uma visão sistêmica. Não havia uma preocupação em integrar o turismo às políticas globais do país, a preservação do meio ambiente e, principalmente, era levado em consideração os valores culturais e sociais, aspectos estes importantes para a identificação cultural de um local. Além, dos próprios planejadores do turismo havia a carência dessa visão sistêmica.

Hoje, percebe-se que é importante um planejamento sistêmico com uma visão geral do todo, pois para o desenvolvimento da atividade turística é necessário a integração de todos os setores, sociais, econômicos, culturais, ambientais e, sobretudo o político.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que existe uma deficiência de planejamento no turismo. DE ROSE (2002, p. 55), explica essa deficiência dizendo que:

Na maioria das destinações turísticas, principalmente no Brasil, a atividade turística se desenvolveu de forma espontânea, sem opção, ou seja, não decidiram

pelo turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, atividade propulsora da economia e geradora de recursos.

Petrocchi (1998) menciona que a proposta do planejamento do turismo é fazer com os núcleos turísticos se tornem mais bonitos, tendo espaços urbanos mais bem cuidados, com pessoas hospitaleiras e qualificadas para prestar serviços com qualidade e, principalmente, tendo o meio ambiente protegido, buscando a sustentabilidade local. E, também, que tais núcleos possuam uma eficiente estrutura de comercialização de seus produtos.

BISSOLI (1999) menciona que em relação ao contexto temporal do planejamento turístico pode ser de: curto prazo (de um a dois anos), médio prazo (de três a seis anos) e a longo prazo (de dez a vinte anos).

Em linhas gerais o planejamento pode ser dividido em três tipos: o estratégico, o tático e o operacional. O estratégico abrange a organização como um todo sendo de longo prazo e compete a uma alta administração; já o tático tem uma abrangência por departamento ou setor é a curto prazo e o nível de decisão confere a média gerência e o operacional inclui a tarefa ou operação sendo de curto prazo e compete a supervisão.

2.2.3. Finalidade do Planejamento Turístico

Para PETROCCHI (1998, p.72) a finalidade do planejamento é:

definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo quer se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ações.

O planejamento é imprescindível, pois estreita as atividades em prol do crescimento do turismo, ou seja, tudo deve ser sistêmico e dinâmico. O planejamento turístico deve ser compreendido, também, como uma ação social, pois muitas das ações são direcionadas para a comunidade.

Para Ruschmann (1997) a finalidade do planejamento consiste:

em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim efeitos negativos nos recursos, como sua destruição e a redução de sua atratividade.

É importante ressaltar que o conhecimento sobre o território faz-se necessário para minimizar os impactos da atividade.

2.3. Turismo no Ceará: Política de Regionalização da Costa Leste

O Estado do Ceará possui regiões com uma diversificada riqueza natural e cultural, necessitando ser desenvolvido a atividade turística de forma planejada e sustentável. O Programa de Regionalização vem para contribuir e estimular o turismo no interior do Estado.

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR-Ceará, 2004) o Estado do Ceará está localizado na região nordeste do país, possuindo um área de 146 mil Km² de costa; tendo uma temperatura média de 28°C, apresentando ventos constantes e sol constante durante o ano todo. O Ceará possui características singulares como os três macros ecossistemas compreendendo litoral, serra e sertão, apresentando assim uma diversidade ambiental e diferentes produtos turísticos.

Ainda, conforme dados da SETUR-Ceará o Estado encontra-se em uma posição geográfica estratégica, em relação à América do Norte, Europa, África e dos países da América do Sul. A partir destes dados a SETUR- Ceará ressalta, o fato de estar a:

[...] a seis horas e meia de voo para os principais destinos do hemisfério norte e a uma média de cinco horas para as principais capitais da América do Sul, coloca o Ceará como o portão de entrada do Nordeste para o turismo internacional principalmente do hemisfério norte.

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Ceará (2009) a evolução do turismo no Ceará, verificou-se um crescimento expressivo do fluxo turístico via Fortaleza (portão de entrada), no período entre 1995/2008, quando a taxa média de crescimento do fluxo foi de 8,8% ao ano. Consequentemente, o fluxo turístico via Fortaleza ocorreu um aumento de 762 mil em 1995 para 2.178 mil turista em 2008, proporcionando, também um aumento pontual no desempenho da oferta hoteleira de Fortaleza.

A SETUR-Ceará (2009) apontou que o fluxo turístico via Fortaleza (portão de entrada) impulsionou o ingresso médio anual de recursos para o Ceará no período de

1996/2008 da ordem de R\$ 1.471,6 milhões e gerando um impacto médio no PIB do Estado na ordem de 7,7%. Portanto, em 2008 o impacto no PIB foi de 9,8%.

Os principais mercados emissores para o Ceará em 2008 foram: Nacionais – São Paulo (22,9%), Distrito Federal (10,0%), Rio de Janeiro (9,7%), Pernambuco (8,1%), Pará (5,6%), Rio Grande do Norte (5,6%) e Bahia (5,2%); Internacionais – Itália (26,5%), Portugal (14,2%), França (7,1%), Argentina (6,3%), EUA (6,1%) e Espanha (5,5%).

A SETUR-Ceará ressalta as seguintes considerações do Instituto Brasileiro de Turismo- EMBRATUR para esse significativo aumento da atividade turística no Ceará, que são:

- a) em 2001, o Ceará foi o sexto estado turístico no *rank* nacional do turismo doméstico, o primeiro no saldo líquido (receptivo menos emissor) e apresentando o maior percentual de internalização de seu fluxo emissor, com cerca de 75% do fluxo emitido para o mercado doméstico;
- b) o posicionamento de Fortaleza entre as cidades mais visitadas pelos turistas internacionais no Brasil passou de 11º lugar em 1996 para o 6º lugar em 2005;
- c) segundo a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), no período 2003/05, Fortaleza foi a capital brasileira mais procurada como destino turístico pelos turistas nacionais, na alta estação de julho.

A SETUR-Ceará (2009), ainda, reforça que o fluxo turístico para o Ceará esteja direcionado para o destino em Fortaleza, entretanto a movimentação turística no Estado é forma bastante representativa conforme o quadro abaixo:

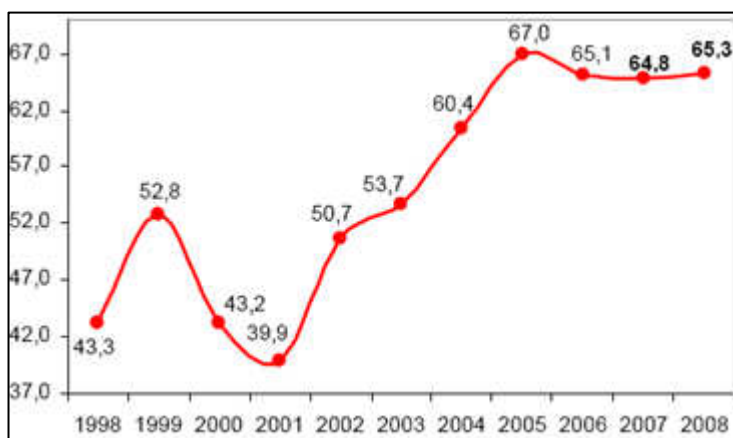
Tabela 01: Movimentação Turística do Ceará

Anos	Movimentação Turística				
	Capital	(%)	Interior	(%)	Total
2000	1.507.914	22,3	5.239.917	77,7	6.747.831
2001	1.631.072	25,5	4.755.188	74,5	6.386.260
2002	1.629.422	25,0	4.879.847	75,0	6.509.269
2003	1.550.857	22,7	5.266.687	77,3	6.817.544
2004	1.784.354	23,4	5.826.275	76,6	7.610.629
2005	1.968.856	23,7	6.340.241	76,3	8.309.097
2006	2.062.493	22,5	7.103.255	77,5	9.165.748
2007	2.079.590	21,4	7.639.328	78,6	9.718.918
2008	2.178.395	17,6	10.181.619	82,4	12.360.014

Fonte: SETUR/CE (2009)

Existe uma mobilização maior por meio da SETUR-Ceará para que ocorra a interiorização no Estado, diversificando a oferta turística nos municípios. A SETUR-Ceará (2009) ressalta que a interiorização do turismo tem diversos objetivos, entre eles é não priorizar a capital com os impactos da receita gerada pelos turistas que se destinam a Fortaleza, além de favorecer aumentar o tempo de permanência dos visitantes no Estado. Esta mobilização maior pode ser observada através do percentual de turistas que se deslocaram para os municípios.

Figura 01: Taxa de Interiorização do Fluxo Turístico Ceará – 1998/2008



Fonte: SETUR/CE (2009)

A Secretaria de Turismo do Estado do Ceará tem como direcionamento fortalecer as bases municipais e regionais como forma de desenvolver o Estado de uma maneira mais justa e equilibrada. Para isso, tem o comprometimento de implementar a Política de

Regionalização, conforme a divisão do espaço em seis macrorregiões turísticas, segundo as potencialidades e vocações.

Conforme o Ministério de Turismo regionalizar pode ser entendido como mudar uma ação centrada unidade municipal a partir de uma política pública de mobilização, sendo capaz de gerar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo para o desenvolvimento, local, regional, estadual, nacional, fazendo de uma maneira articulada e participativa.

Dentro desse contexto a SETUR-Ceará trabalha de forma conjunta com o Ministério do Turismo com a finalidade de implantar este Programa de Regionalização tendo como estratégia de provocar o desenvolvimento do litoral, serra e sertão na perspectiva de gerar oportunidades de emprego e renda e, principalmente, no resgate e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

O programa de Regionalização possui algumas diretrizes com a finalidade de serem concretizadas a médio prazo e com uma transformação na oferta turística do Brasil com a inclusão de novos produtos e roteiros. Neste sentido, este programa tem alguns objetivos fundamentais que é diversificar a oferta turística, ampliar e qualificar o mercado de trabalho. Portanto, este programa vem contribuir para que o município em estudo se integre nele de forma a proporcionar o desenvolvimento do turismo como forma de gerar emprego e renda no local.

A SETUR-Ceará (2004) adotou como critério para a priorização das regiões: o nível de investimento governamental, recursos do PRODETUR, oferta turística, atrativos naturais e culturais, demanda turística, acesso aéreo e rodoviário e nível de conscientização da comunidade.

Esta Secretaria priorizou neste programa as seguintes regiões: Cariri (Araripe, Assaré, Barbalha, Brejo Santo, Campos Sales, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri); Litoral Leste (Aquiraz, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí); Pólo Fortaleza (Fortaleza); Litoral Extremo Oeste (Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Cruz, Barroquinha) e o Litoral Médio Oeste (caucaia, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba e Trairi).

Em relação aos produtos turísticos destas regiões priorizadas, estas possuem características bastantes variadas e singulares referentes a cada uma delas, proporcionando a concepção de diversos tipos de atividades e roteiros turísticos, gerando um fluxo turístico em relação aos vários nichos de mercado. Dentre os nichos de mercado que podem ser comercializados, destacam-se: sol e praia, turismo ecológico, turismo de esporte/aventura,

turismo científico e cultural, turismo religioso, turismo rural e o turismo de negócios e eventos.

Em relação a oferta hoteleira destas regiões priorizadas, a SETUR-Ceará, em 2009 registra a existência do crescimento da oferta hoteleira ocorrido no interior foi superior ao verificado em Fortaleza, considerando 1997 em relação a 2008. Em relação aumento das Unidades Habitacionais- Uhs, foi observado que no interior foi de 155,5% e em Fortaleza foi de 69,4%.

Tabela 02: Oferta Hoteleira nos Municípios Turísticos Ceará - 1997/2008

Demanda	1997						2008						Variação (%)		
	MH	%	Uhs	%	Leitos	%	MH	%	Uhs	%	Leitos	%	MH	Uhs	Leitos
Fortaleza	160	33,4	6.117	52,1	14.104	59,3	208	20,4	10.365	41,9	25.191	39,6	30,0	69,4	78,6
Interior	319	66,6	5.627	47,9	9.665	40,7	810	79,6	14.378	58,1	38.428	60,4	153,9	155,5	297,6
Total	479	100,0	11.744	100,0	23.769	100,0	1.018	100	24.743	100	63.619	100	112,5	110,7	167,7

Fonte: SETUR/CE

Legenda: a) MH= Meios de Hospedagem; b) Uhs=Unidades Habitacionais e c) Leitos

Os aspectos sócio-econômicos destas regiões priorizadas pelo programa, em 2000 a população residente nestas regiões correspondia 44,1% da população total em todo o Estado do Ceará, variando as taxas de ocupação populacional nos municípios em torno de 0,2% (Barroquinha) a 28,8% (Fortaleza). Ainda, nos aspectos econômicos destas regiões, sendo expressa pelo Produto Interno Bruto (PIB), significando 49,3% do PIB do Estado do Ceará, tendo o Litoral Extremo Oeste expressando 0,8%, o Litoral Médio Oeste 3,3%, o Litoral Leste 3,1%, o Cariri 4,3% e o Pólo Fortaleza com 38,2% do PIB Estadual. Já, em relação ao desenvolvimento destas regiões, a SETUR (2004) destaca nos municípios de Icapuí, Barbalha, Aquiraz e Fortaleza os maiores índices de renda per-capita no ano de 1998. Os municípios que registram os menores índices de renda per-capita são: Jardim, Trairi e Jijoca de Jericoacoara. Conforme a mesma secretaria, nas regiões do Litoral Leste e o Pólo Fortaleza, verifica-se os maiores índices em relação ao desenvolvimento humano do Estado.

A SETUR-Ceará (2004) realizou um diagnóstico referente a cada uma das regiões priorizadas no Programa de Regionalização. A Prainha do Canto Verde, objeto da pesquisa, embora não tenha sido priorizado neste programa, situa-se na região do Litoral Leste e

apresenta potencial para integrar este programa, considerando a suas características peculiares, capaz de diversificar a oferta através do Turismo de base comunitária.

3. ESTRATÉGIAS DE TURISMO COMUNITÁRIO

3.1. Desenvolvimento Sustentável

Munasinghe (2002) propõe o triângulo de desenvolvimento sustentável, conforme, na Figura 1 mostra um conceito amplamente aceito na Carta da Terra de 1992 no Rio de Janeiro, onde este triângulo compreende três grandes perspectivas econômico, social e ambiental Munasinghe (2002) aponta que o Desenvolvimento sustentável necessita de uma análise equilibrada e integrada a partir de três perspectivas principais: social, econômica e ambiental (Figura 1). Cada item representado por um vértice estar relacionado a um domínio (e sistema) que possui suas próprias forças distintas e objetivos.

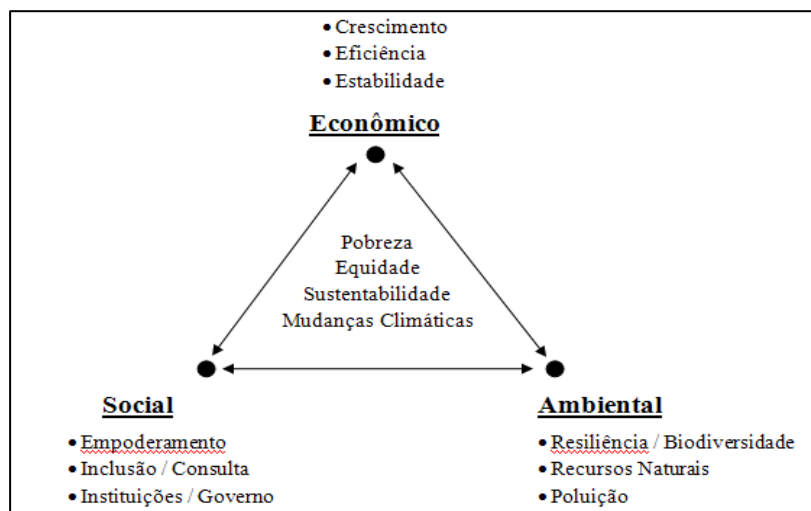


Figura 02: Triângulo do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Munasinghe, 1992, 1994

Para o autor a visão econômica estar direcionada para a busca da melhoria do bem-estar humano, sobretudo através de aumentos no consumo de bens e serviços. Já, o aspecto ambiental estar focado na defesa da integridade e resiliência dos sistemas ecológicos. O social estar relacionado com o enriquecimento das relações humanas e da realização de aspirações individuais e de grupo.

É importante destacar a “Agenda 21” onde foi proposto um modelo de desenvolvimento sustentável a ser desenvolvido nos âmbitos locais, nacionais e mundiais, estabelecendo a definição de metas. Em 2002, durante o encontro da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, evento também conhecido como “Rio+10”, constatou-se que uma quantidade mínima de metas tinham sido seguidas. (SANTOS, 2005).

Coriolano (2007) ressalta que a Agenda 21 foi modificada para um Programa onde procura interligar atividades relacionadas ao desenvolvimento e meio ambiente, proporcionando o desenvolvimento sustentável, impedindo o esgotamento da natureza e modifica as políticas direcionadas a esse tema. A autora, também, ressalta que em abril de 1995 através da Organizações das Nações unidas - ONU foi organizada a Primeira conferência sobre Turismo Sustentável realizada em Lanzarote localizada na Ilhas Canárias.

3.1.2. Desenvolvimento Sustentável e o Turismo Sustentável

Na avaliação de Ferreira (2003) sobre que o conceito de desenvolvimento sustentável complementa que estar diretamente relacionado ao turismo sustentável, onde a sustentabilidade é fator relevante nos aspectos naturais e culturais, onde estes são avaliados como atrativos importantes para a atividade turística. A autora, ainda, destaca que a partir deste conceito de desenvolvimento sustentável não poderá ser dissociado a dimensão econômica e social.

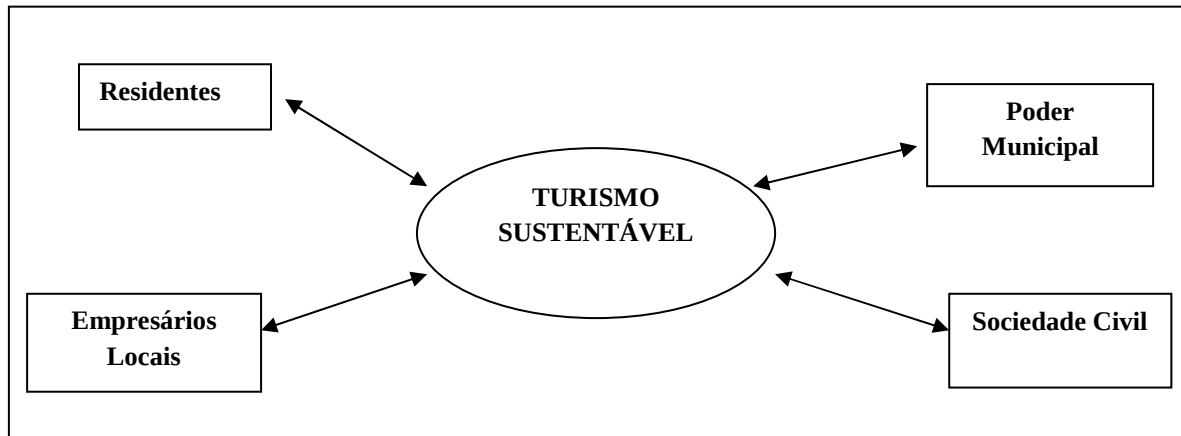
A autora, ainda, ressalta a importância da gestão participativa que contribui de forma pontual para a sustentabilidade turística. Ferreira (2003, p. 9) afirma:

A junção de microestratégias, articulação/mobilização dos agentes envolvidos e comprometidos com o lema "agir localmente e pensar globalmente", é crucial na definição do tipo de desenvolvimento do turismo. A decisão da sustentabilidade do turismo encontra-se nas mãos de cada um.

Ferreira (2003) destaca que é necessário compreender o significado da gestão participativa e verificar os atores desse processo, principalmente, identificar na comunidade local os agentes que impulsionam a atividade turística, entre eles: os líderes formais (prefeito, vereadores, representantes de igreja etc) e os líderes informais (exercem influência significativa sobre a opinião da comunidade).

A autora propõe um **framework** de acordo com a figura 03 desses atores que atuam impulsionando o desenvolvimento do turismo em uma localidade:

Figura03: Agentes do Modelo de Desenvolvimento do Turismo Local



Fonte: Ferreira (2003)

Para o turismo é imprescindível preservar a sustentabilidade do local, incluindo neste processo a inclusão da comunidade local. Ferreira (2003) destaca que para minimizar os efeitos dos impactos negativos gerados pela atividade turística e relacionar desenvolvimento sustentável com o turismo, considerando as dimensões econômicas, sociais e ecológicas os membros da *Association Internationale d'Experts Scientifique Du Tourisme* (AITE) no congresso realizado anualmente de 1991 ressaltaram quatro características fundamentais: o respeito ao meio ambiente natural; harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora, sem agredi-la ou transformá-la; distribuição equitativa dos benefícios econômicos do turismo entre a comunidade receptora e os empresários do setor e a formação de um turista mais responsável e atencioso, receptivo às questões da conservação ambiental e sensível com a comunidade receptora.

3.1.3. Desenvolvimento Sustentável e suas Dimensões

Neste olhar mais cuidadoso com o desenvolvimento local Sachs (2007) divide a sustentabilidade em diversas dimensões, sendo estas dimensões imprescindíveis para o desenvolvimento de uma localidade em um planejamento turístico. Estas dimensões da sustentabilidade podem ser verificadas a seguir:

Figura 04: As Dimensões de Desenvolvimento Sustentável

Econômica	- Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - Segurança alimentar;
	- Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - Inserção soberana na economia internacional.
Social	- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - Distribuição de renda justa; - Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Ambiental	- Respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Cultural	- Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); - Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Territorial	- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); - Melhoria do ambiente urbano; - Superação das disparidades inter-regionais; - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Ecológica	- Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - Limite ao uso de recursos não-renováveis.
Política (nacional)	- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - Um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	- Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; - Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; - Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional.

Fonte: Adaptado de Sachs (2002).

Boullón destaca que tanto os atrativos turísticos, o empreendimento e a infraestrutura têm a sua presença física e localização precisa no território. Para BOULLÓN (2002,p.71): “Uma das condições que o planejamento regional deve cumprir é que as partes das quais se ocupa abranjam todo o território do país. A segunda exigência é que cada região abranja uma superfície que tenha propriedades iguais”. Segundo este autor isto se dá utilizando a ideia de região que os economistas reportam-se às porções do território que possuem indicadores econômicos e de desenvolvimento sociais semelhantes.

Araújo e Gelbeck (2008) complementam:

A noção de território passa a priorizar os aspectos relacionais presentes nas sociedades, os aspectos que dão vida ao espaço-lugar passam a fazer parte desta noção conferindo-lhe status interdisciplinar. Essa definição de território pressupõe

espaços socialmente construídos na base de uma identificação coletiva dos atores sociais e de uma cultura partilhada.

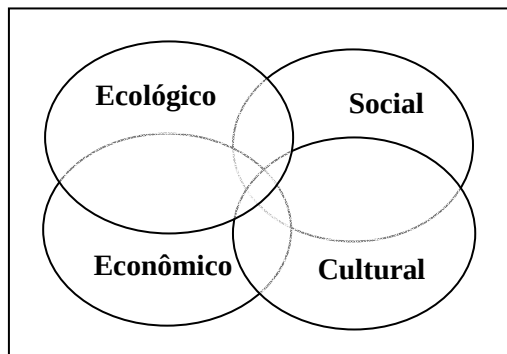
3.1.4. Turismo Sustentável e suas Dimensões

Beni (2003, p.61) analisa o turismo sustentável:

É mais abrangente e transcende a preocupação centrada na conservação e manejo do meio ambiente e recursos naturais, incluindo os aspectos na conservação e manejo do meio ambiente e recursos naturais, incluindo os aspectos de comercialização, marketing, qualidade, produtividade e competitividade dos bens e serviços turísticos. Além desses aspectos, a análise das dimensões do Turismo dentro do planejamento estratégico regional e ação política integrada constitui a expressão concreta desse conceito, desenvolvida amplamente no SisTur.

Para Beni (2003) o Sistema de Turismo (SISTUR) é um sistema aberto onde realiza trocas com o meio. O SISTUR possui um conjunto das relações ambientais importantes para desenvolver a atividade turística de forma organizada e sustentável aspectos importantes para o planejamento turístico.

Figura05: Dimensões do SISTUR



Fonte: Beni (2003)

Quadro 01 - Dimensões do SISTUR

DIMENSÕES DO SISTUR		NO TURISMO
Ecológico		Espaço turístico natural e seu planejamento territorial; Atrativos turísticos e consequências do turismo sobre o meio ambiente; Preservação da fauna, flora e paisagens.
Econômico		Análise de alternativas dos recursos existentes para a produção turística dos destinos turísticos; A distribuição e circulação de renda gerada pela atividade;

Social	O comportamento econômico dos viajantes;
Cultural	O comportamento e agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras.
	Análise das motivações turísticas.
	Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico e Cultural.

Fonte: Beni (2003)

Outro aspecto importante para o planejamento do turismo é envolver e sensibilizar toda a comunidade do destino turístico; neste processo, a participação da população do local é essencial, pois traduz a conscientização das pessoas para a importância dessa atividade e potencialização dos esforços.

3.2. Turismo Comunitário

De acordo com Maldonado (2009) o turismo comunitário, encontra-se presente atualmente em todos os ecossistemas da América Latina. O fenômeno tem sido observado em grande ascensão em locais de beleza paisagística excepcional, dotada de vida selvagem e de atrativos culturais únicos.

O autor ressalta que o Turismo Comunitário é um fenômeno recente na América Latina; as primeiras incursões de comunidades isoladas são datadas em meados dos anos 80. Diversos fatores de ordem econômico, social, cultural e político explicam a sua origem.

Maldonado (2009) destaca que o primeiro fator refere-se às pressões mundiais do mercado turístico, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza. Como resultado destas falsas tendências nas últimas três décadas, as comunidades rurais e indígenas vêm enfrentando crescentes pressões do mercado sobre seus patrimônios naturais e culturais. Muitas ONGs ambientais encorajaram diversas comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local.

O autor, ainda, explica que o Turismo Comunitário, deriva-se das necessidades econômicas e trabalhistas da grande maioria das comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica. A incidência de pobreza na América Latina tem sido historicamente alta. O mapa de sua distribuição revela duas tendências: uma forte concentração geográfica nas áreas rurais e os indicadores são especialmente agravados nos povos nativos.

O referido autor ressalta que o terceiro aspecto que explica o surgimento do Turismo Comunitário é o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no

desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional. O setor do turismo cobre uma ampla gama de pequenos negócios que se encontram na base piramidal, configurando segmentos especializados.

Por último, quarto fator estar associado à origem do Turismo Comunitário são as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais– parte essencial do seu patrimônio e base material de sua cultura – na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

3.2.1. Princípios do Turismo Comunitário

Maldonado (2009) afirma, ainda, que estabelecer a natureza de “*a comunidade*” implica definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade. O seu objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural. Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos.

Maldonado (2009) define Turismo Comunitário:

“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.”

O autor destaca que o patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. Reforça, ainda, que o fator humano e cultural da experiência é o que cativa o turista e precede a simples motivação de imersão na natureza.

Maldonado (2009) aponta que a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. A empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

3.2.2. Política Pública do Turismo Comunitário

O Ministério do Turismo (2010) destaca que as ações de fomento ao Turismo de Base Comunitária estão em consonância com o plano e, em particular, com alguns objetivos de seus macroprogramas, entre os quais destaca-se: promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística; apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões; fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos; promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e; promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

O Ministério do Turismo (2010), ainda, ressalta que as ações de fomento ao Turismo de Base Comunitária têm como objetivos principais: contribuir para a geração de trabalho e renda no local; organizar e fortalecer os atores/as comunidades locais para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos; agregar valor aos destinos turísticos; diversificar a oferta turística de destinos consolidados; incrementar o fluxo de turistas demandantes deste segmento; promover a interação entre comunidade e turista, de forma sustentável, com ganhos – materiais e simbólicos – para a população local, e oferecer uma experiência turística diferenciada para o visitante a partir da sua participação na vida comunitária local.

Para que a comunidade utilize essa nova modalidade de turismo de base comunitária é fundamental estar direcionada nos princípios de Desenvolvimento Sustentável para proporcionar a preservação dos recursos naturais e culturais do local.

De acordo com Maldonado (2009) através de estudos estabeleceu-se uma tipologia de seis modalidades genéricas de participação das comunidades na indústria do turismo. O autor,

ainda, ressalta que esta tipologia estabelece como fatores críticos a disponibilidade de recursos patrimoniais aproveitáveis da comunidade e sua participação na gestão do negócio.

A primeira modalidade adotada por esse autor foi a Autogestão do negócio turístico onde uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. Obviamente, isso não exclui a contribuição de atores externos, como ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional, que orientam seus recursos na formação de profissionais, complementar investimentos na infra-estrutura e equipamentos, reforço na promoção e comercialização do destino comunitário.

A segunda modalidade é a Parceria de negócios com uma empresa privada onde um investidor e a comunidade assinam um contrato, legalmente aprovado, sob forma de uma parceria de negócios. Cada sócio contribui com uma parcela de bens de capital social, tais como territórios comunais, conhecimentos coletivos, capital financeiro, competências técnicas e experiência empresarial. A comunidade tem o direito aos lucros variáveis e, além disso, recebe uma renda fixa, mensal ou anual. Sua participação na gestão do negócio é progressiva, podendo alcançar cargos administrativos e gerência de sua empresa. No final de um período determinado, geralmente entre 10 e 15 anos, a comunidade torna-se proprietária do investimento e, também, está livre da renovação do acordo com seu parceiro, de separar-se do parceiro e de firmar com outro diferente.

A terceira é a parceria comercial com operadoras de turismo ou uma agência de viagens faz acordo com uma comunidade de enviar turistas, com a obrigação de prestar atendimento durante poucas horas ou cuidar da estadia durante alguns dias na comunidade. Esta, por sua vez, recebe uma comissão por turista e recebe também pagamento pelos serviços prestados. Em alguns casos, a comunidade, que conserva a autogestão de seu negócio, tem a liberdade de fixar suas próprias tarifas diretamente aos turistas; em outros casos, é a operadora quem remunera a comunidade em termos dos serviços prestados. A operadora controla a promoção e a comercialização do produto e, conseqüentemente, o fluxo de turistas. Para que a comunidade alcance os padrões de qualidade exigidos pela operadora de turismo, esta prevê o suporte de diversas formas: formação, assessoramento, empréstimos para investimentos na infraestrutura e equipamentos, capital de giro para a fabricação de artesanatos, organização de eventos culturais, etc.

A quarta modalidade é a concessão de recursos comunitários em usufruto onde uma operadora privada solicita a uma comunidade o uso e o desfrute temporário dos recursos naturais de seu território e alguns serviços culturais.

A quinta é o trabalho assalariado para operários, nesta modalidade uma empresa privada se instala ou realiza atividades turísticas no entorno territorial de uma comunidade, em razão dos excepcionais recursos naturais e/ou culturais da região. Algumas famílias da região participam a título pessoal na operação turística fornecendo mão de obra assalariada e temporária para desempenhar atividades fora da comunidade tais como cozinheiros, limpadores, motoristas de barcos, guias naturalistas, etc. Este é um caso de proletarização de famílias indígenas, não existindo um projeto comunitário para tal.

A última modalidade destacada são as formas híbridas em que algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado. As comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços de estadia, transporte fluvial, guias nativos e eventos culturais (bailes e demonstração de técnicas de caça, etc.). Simultaneamente, a comunidade aproveita as oportunidades de emprego geradas pela empresa privada, distribuindo-as entre os membros da comunidade, através de um sistema rotativo.

3.3. *Framework* Proposto para a Análise da Estratégia do Turismo Comunitário

3.3.1. Teoria dos *Stakeholders*

O Planejamento Turístico é um mecanismo para o desenvolvimento do turismo e, requer uma vontade política de todos que fazem parte deste processo para tomada de decisões em prol do deslançar desta atividade. Dentre as ações necessárias, podem ser levadas as seguintes considerações: ações com o intuito da resolução de problemas de um espaço turístico que se encontre num estado de saturação, ações para o desenvolvimento de um espaço turístico que esteja em estágio de exploração e, dentro de um cenário global orientação para a realização de objetivos regionais.

São necessários, também, profissionais do turismo que possuam uma percepção mais apurada, fazendo parte do processo do planejamento turístico de uma localidade para que este seja elaborado de forma coerente e eficaz, pois assim não sendo podem surgir grandes problemas conforme aponta BEZERRA (2003,p.8):

[...] O maior problema na ausência do Planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado, que leva à descaracterização e a perda da originalidade de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico.

Neste contexto é extremamente importante definir os atores que atuam no crescimento de uma localidade proporcionando um desenvolvimento sustentável. A Teoria dos *stakeholders* é de fundamental importância para dimensionar esses atores pois possui um caráter integrador que destaca em um conjunto de indicadores sociais e valores econômicos que sustentam a criação de riqueza social.

Freeman (1984, p. 25) definiu stakeholder como grupo "qualquer ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa".

Segundo Rowleys (1997) o objetivo maior é identificar quem são os *stakeholders* e determinar quais tipos de influência eles exercem. Nesta perspectiva Mitchell, Agle e Wood (1997) realizaram um estudo sobre a teoria de *stakeholders* em várias classes de *stakeholders* onde devem ser identificadas com base nos atributos: poder, legitimidade e urgência.

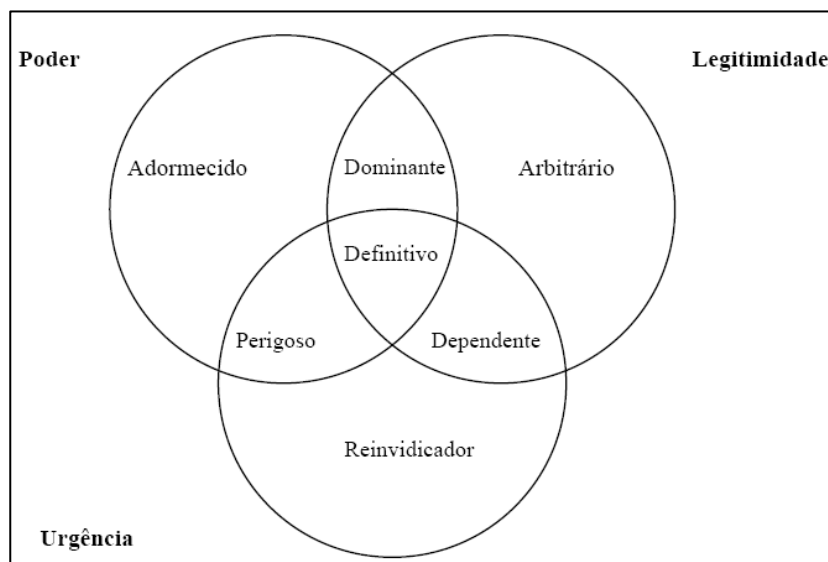


Figura 06: Tipos de *Stakeholders*

Fonte: Mitchell et al. (1997, p. 874)

A partir deste estudo, foram denominados sete tipos de *stakeholders*, indicando ou não a presença dos três atributos, portanto, relevância na administração da organização.

Os Sete tipos de *Stakeholders* que proporcionam a Sustentabilidade:

- a) *Stakeholder* Adormecido: tem poder para impor sua vontade na organização, porém não tem legitimidade ou urgência e, assim, seu poder fica em desuso, tendo pouca ou nenhuma interação com a empresa. A empresa deve conhecer esse *stakeholder* para monitorar seu potencial em conseguir um segundo atributo.
- b) *Stakeholder* Arbitrário: possui legitimidade, mas não tem poder de influenciar a empresa nem alega urgência. A atenção que deve ser dada a essa parte interessada diz respeito à responsabilidade social corporativa, pois tende a ser mais receptiva.
- c) *Stakeholder* Reivindicador: quando o atributo mais importante na administração do *stakeholder* for urgência, ele é reivindicador. Sem poder e sem legitimidade, não deve atrapalhar tanto a empresa; porém deve ser monitorado quanto ao potencial de obter um segundo atributo.
- d) *Stakeholder* Dominante: tem sua influência na empresa assegurada pelo poder e pela legitimidade. Espera e recebe muita atenção da empresa.
- e) *Stakeholder* Perigoso: quando há poder e urgência, porém não existe a legitimidade, o que existe é um *stakeholder* coercitivo e possivelmente violento para a organização, o que pode ser um perigo, literalmente.
- f) *Stakeholder* Dependente: tem alegações com urgência e legitimidade, porém depende do poder de um outro *stakeholder* para ver suas reivindicações sendo levadas em consideração.
- g) *Stakeholder* Definitivo: quando possui poder e legitimidade, já praticamente se configura como definitivo. Quando, além disso, alega urgência, deve-se dar atenção imediata e priorizada a esse *stakeholder*.

Para Savage et al. (1991) as empresas necessitam estipular metas para suas relações com *stakeholders* atuais e em potencial como parte de um processo estratégico contínuo de administração. Estas metas é importante considerar o impacto potencial dos *stakeholders* nas unidades estratégicas corporativas e de negócios. Ressaltando o potencial dos *stakeholders*-chave como foco para ameaçar ou cooperar, os executivos podem evitar a implementação de planos que serão opostos aos dos *stakeholders*, reconhecendo suas necessidades,

transformando planos para envolvê-los, e esquivando-se de problemas associados com a organização subjugados pelos *stakeholders*.

Para Donaldson e Preston (1995) complementa que a teoria dos *stakeholders* como o grupo de todas as pessoas ou grupos com interesses legítimos que participam de uma empresa, fazem-no para obter benefícios e, portanto, não existem motivos para a priorização de um conjunto de interesses em detrimento de outro.

Segundo estes os autores, ainda, afirmam que há uma diversidade de definições de *stakeholder*, mudando conforme com sua abrangência. Em um pólo, há exemplos de definição muito abrangentes, como: *stakeholder* é qualquer ator (pessoa, grupo, entidade) que tenha uma relação ou interesses (diretos ou indiretos) com ou na organização. Existe, também exemplos de definição restrita, como: *stakeholders* primários são atores (ou categorias de atores tais como empregados, gerentes, fornecedores, proprietários/acionistas e clientes), portadores de interesses e expectativas em relação à organização, sem os mesmos a organização não teria viabilidade.

Donaldson e Preston (1995), também, acrescentam que a teoria dos *stakeholders* possuem outros aspectos, podendo ser caracterizada como: descritiva, instrumental e normativa.

O Planejamento do turismo possui algumas particularidades que devem ser levadas em consideração, que são: o enfoque sistêmico; sustentabilidade da atividade; preservação do meio ambiente; preservação e recuperação do espaço urbano; formação profissional e a conscientização e sensibilização da comunidade para a importância do turismo.

É importante, sobretudo Políticas Públicas direcionadas para a atividade turística por meio de Planos, Programas e Projetos para desenvolver o turismo nacional e regional. BENI (2003, p. 110) afirma que: “o êxito futuro da atividade de Turismo dependerá enormemente das políticas formuladas pelo Estado para administrar seu desenvolvimento, crescimento e maturidade”.

Para tanto, é necessário a consolidação de Políticas Públicas do Turismo numa localidade para que o setor do turismo possa ser organizado e dinâmico, sendo pautado no planejamento coerente, também, levando em consideração as características próprias de cada região. Segundo afirma Cruz (2003, p.11):

[...]uma política de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar

e/ou da continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Para Salvati (2004, p.21), o Brasil é detentor de diversas riquezas paisagísticas e de uma diversidade biológica e cultural que desperta um grande interesse para o crescimento do turismo não só doméstico como o internacional. Para tanto, o mesmo autor (2004, p.21) afirma: “....mais do que nunca necessita de instrumentos públicos legais, tanto de incentivos para um turismo mais responsável como de controle para o ordenamento e uso equilibrado dos espaços turísticos.”

3.3.2. Eco-Estratégia Empresarial

É importante definir estratégias sustentáveis para os atores desenvolverem de um planejamento turístico em uma localidade. Freeman (1984) destaca que a estratégia de uma empresa deve ser analisada por três aspectos: análise de valores, análise de temas e a análise dos *stakeholders*. O autor, ainda, ressalta que a análise de valores é um item fundamental para o processo de formulação da estratégia empresarial.

Em relação na análise de valores proposto por Freeman e Gilbert (1988) caracterizam dois tipos de valores que são: os valores intrínsecos e os valores instrumentais. Os valores intrínsecos estão relacionados aos valores que são fundamentais por seu peso e por serem bons por eles mesmos, tendo como exemplo a Democracia. Já, os valores instrumentais estão relacionados com os valores que indicam linhas de comportamento para alcançar os valores intrínsecos.

Na análise dos temas Freeman (1984) ressalta as diferenças centrais tendo como uma preocupação maior quais são os temas que influenciam a sociedade de hoje e, também, se estes temas irão ser considerados fundamentais no futuro. Freeman (1984), ainda, destaca a análise dos *stakeholders* para verificar qual o impacto do presente e qual o impacto do futuro em relação aos temas sociais influenciando os *stakeholders* e, também, a organização.

Para a análise dos *stakeholders* é fundamental apontar quais são os *stakeholders* envolvidos em relação a estratégia da empresa e os interesses da sociedade. Para Carranco (2010) destaca que se um *stakeholder* tiver mais poder maior será a probabilidade do mesmo pressionar para atingir seus objetivos. Já, Freeman (1984) ressalta que os *stakeholders* possuem alguns interesses, entre eles: a propriedade, o mercado e o político.

Freeman (1984) sugere tipos de estratégias, sendo ampliando por Freeman e Gilbert (1988). Já, Carranco (2010) aponta que os diversos tipos de estratégia possuem diferentes

aspectos para quem são as obrigações de uma empresa e, também, quais são seus valores nas quais a mesma defende e acredita.

O *framework* em relação a uma estratégia empresarial compreende pelos seguintes tipos:

- a) estratégia empresarial dos *stakeholders*: maximizar os interesses dos *stakeholders*;
- b) estratégia empresarial de gestão privilegiada: maximizar os interesses da gerência sênior;
- c) estratégia empresarial de *stakeholders* restrito: maximizar os interesses de um grupo específico de *stakeholder*;
- d) estratégia empresarial de *stakeholder* irrestrito: maximizar os interesses de todas as partes interessadas;
- e) estratégia empresarial de harmonia social: forte congruência de valores entre a empresa e a comunidade ou a sociedade;
- f) estratégia empresarial *rawlsiana*: aceita as desigualdades entre os grupos de *stakeholders* apenas se essas desigualdades elevam o nível do grupo de *stakeholders* que tem as piores condições;
- g) estratégia empresarial de projetos sociais: maximizar a capacidade dos membros da organização para encontrar satisfação através da expressão criativa de projetos próprios da organização.

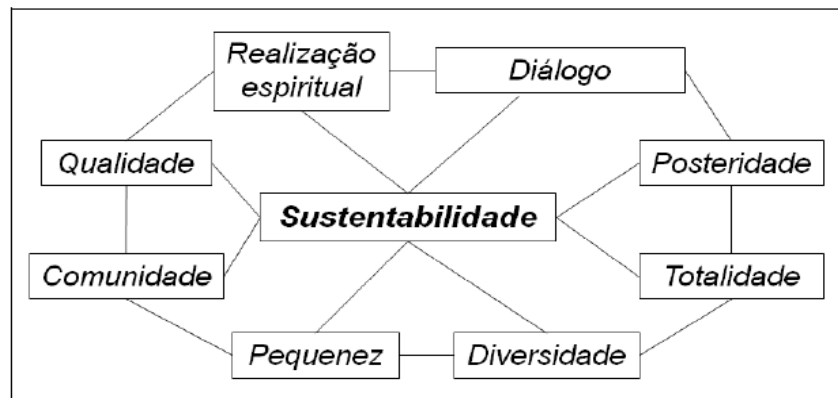
Stead e Stead (2000) complementa o oitavo tipo de estratégia que foi denominado de Estratégia Eco-Empresarial. Este tipo de estratégia segundo Stead e Stead (2000) estar relacionado a sustentabilidade e o respeito ao Planeta Terra. Esta perspectiva destacada por esses autores estar relacionada aos aspectos ambientais, sociais, interligações culturais e econômicos importantes para garantir uma sustentabilidade ecológica entre a sociedade e o meio ambiente na qual vivemos.

Stead e Stead (2000) propôs um *framework* onde ressalta a definição de sustentabilidade como um valor que tem a perspectiva de garantir uma qualidade de vida elevada da gerações atuais e futuras e outros seres vivos, possibilitando uma sinergia de equilíbrio entre a prosperidade econômica, a viabilidade do ecossistema e da justiça social.

Os autores definem os valores instrumentais e que os mesmos estão interagindo com o valor intrínseco da sustentabilidade que são:

- a) **totalidade:** reconhecer as interconexões e as inter-relações subjacente aos padrões sistêmicos, econômicos, social, tecnológico, político e natural no longo prazo. Este valor responde ao dinamismo e à complexidade do meio ambiente empresarial.
- b) **diversidade:** Crucial para manter um ecossistema que sustenta a vida no Planeta. A diversidade fornece os instrumentos de perpetuidade e do equilíbrio da biosfera, da riqueza cultural e do sucesso econômico para sustentar a qualidade de vida humana no planeta.
- c) **posteridade:** enfatiza a conexão entre a saúde econômica da organização e a saúde ecológica do Planeta no longo prazo.
- d) **comunidade:** São redes cognitivas de indivíduos, organizações e instituições que, muitas vezes, são partes de uma geografia comum e sempre parte de valores e aspirações comuns. São desses valores comuns que vem os fundamentos éticos que norteiam o comportamento dos membros das comunidades e as estratégias adotadas pelas organizações. Este valor salienta a importância da participação da cidadania.
- e) **pequenez:** Operações a pequena escala, não importa quão numerosas sejam, são sempre menos agressivas com o planeta.
- f) **qualidade:** É um conceito que abrange a qualidade do trabalho e da qualidade de vida dos colaboradores, clientes e comunidade.
- g) **diálogo:** A capacidade de criar canais de comunicação que permitam levar em consideração as demandas dos *stakeholders* na estratégia.
- h) **realização Espiritual:** valorizar a realização espiritual permite que as organizações coloquem o sucesso econômico e proteção ecológica no intuito de atingir realização de uma maior qualidade de vida. Considera-se aqui os “objetos finais” como a paz, a alegria, a felicidade, a iluminação e a criatividade.

Figura 07: Rede de Valores da Eco-Estratégia Empresarial



Fonte Stead e Stead (2000)

Na perspectiva da Eco-estratégia Empresarial a análise de temas possibilita avaliar o impacto das transações da empresa em relação aos recursos da terra, as espécies, os processos biofísicos e os sistemas sócio-culturais do presente e no futuro.

Stead e Stead (2000) propõem um framework tendo como fundamentação nos estudos de Ehrlich e Ehrlich (1991), onde os autores apontam que o potencial de impacto ecológico da humanidade pode ser melhor dimensionado através da fórmula: $E = P \times A \times T$, sendo:

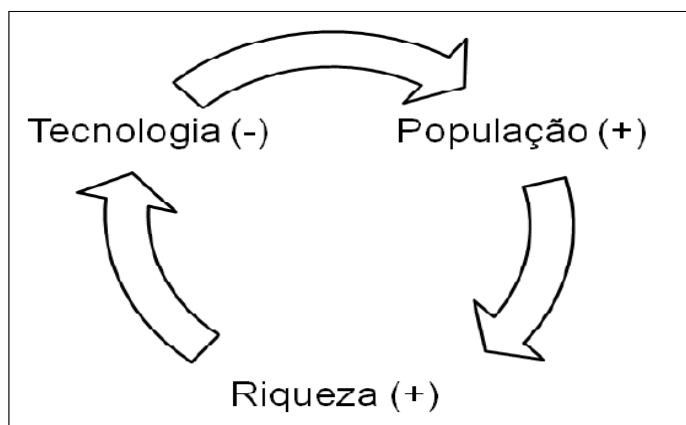
E = impacto ecológico da humanidade

P= população

A= riqueza

T= tecnologia

Figura 08: Sistemas de Temas Ecológicos



Fonte Stead e Stead (2000)

A população, a riqueza e a tecnologia são três variáveis fundamentais para dimensionar o impacto das estratégias das empresas. Através destas variáveis serão aspectos decisivos para a tomada de decisão de quais produtos irão oferecer, a maneira como vão produzir, o local onde serão produzidos, como serão vendidos, como serão a entrega destes produtos, como serão utilizados e, também, em relação ao seu descarte.

3.3.2.1. Eco-estratégia e o Turismo

Na perspectiva da atividade turística, principalmente, nos empreendimentos turísticos essas variáveis serão extremamente importantes para atrair o turista e, também, como fator decisório seu deslocamento para determinado local.

As variáveis população e riqueza possuem um impacto diretamente proporcional. Portanto, quanto maior o aumento na população e, também, um aumento na riqueza maior será o impacto ecológico. Enquanto, a variável tecnologia tem um caráter inversamente proporcional ao impacto que atinge a ecologia. O framework proposto por Stead e Stead (2000) destaca que quanto mais atual for a tecnologia adotada, mais limpa, menos agressiva ao meio ambiente repercutirá na sustentabilidade ambiental.

Para a atividade turística a variável tecnologia será de fundamental importância para minimizar os possíveis efeitos gerados pelos empreendimentos turísticos, principalmente, os hoteleiros localizados em áreas com a presença de atrativos naturais (mar, rio, lagoa, dunas).

Segundo Stead e Stead (2000) os *stakeholders* verdes são: os reguladores, os consumidores, os investidores, as ONG's, os empregados, as seguradoras e os órgãos reguladores. Os reguladores são os representantes do governo, onde estes são os mais rígidos e influentes de todos os *stakeholders* verdes. Os autores acrescentam que a regulamentação ambiental quando bem organizada pode gerar vantagens competitivas para as organizações.

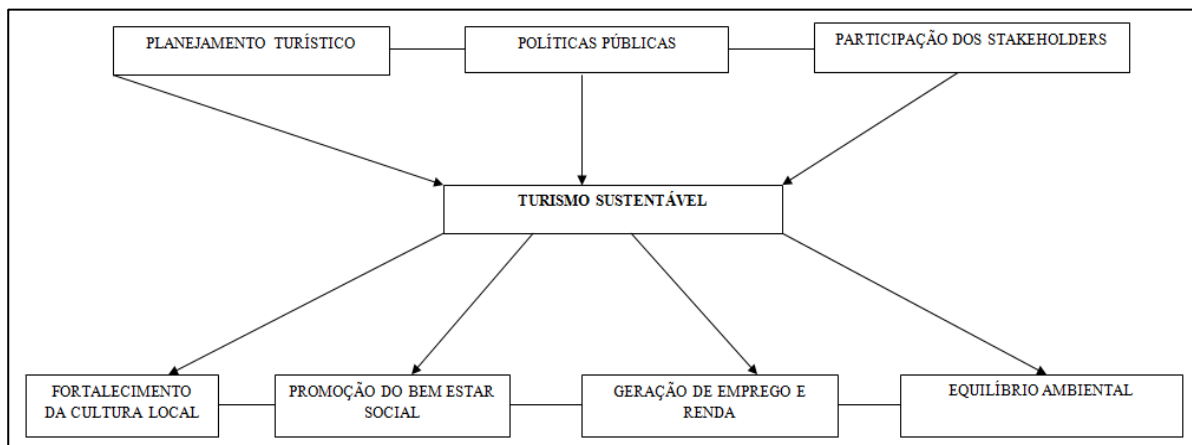
Em relação aos consumidores verdes são aqueles que procuram responsabilidade ecológica e social nos produtos nos quais consomem. Stead e Stead (2000) complementa que os consumidores podem se organizar em relação as motivações e níveis de compromisso ecológico. Segundo Carranco (2010) destaca, também, que um consumidor verde de acordo com suas necessidades podem influenciar de forma pontual na inserção de novos produtos, desenhos de produtos, embalagens, entre outros.

Os investidores possuem dois aspectos fundamentais para legitimar que seus investimentos sejam ecologicamente corretos. Eles tem direcionado seus investimentos para empresas que tenham desempenhos sociais e ambientais.

Um *stakeholder* considerado muito poderoso para Stead e Stead (2000) são as ONG's com interesses ambientais. Os autores apontam que este tipo de *stakeholder* com interesses ambientais normalmente exercem pressão significativa para que as empresas procurem ter uma responsabilidade ecológica sustentável. Enquanto, Carranco (2010) destaca que existem esforços de cooperação entre estes *stakeholders* e as organizações como forma de uma estratégia recente e mais utilizada para gerar uma harmonia entre as questões ambientais ao invés de ações que proporcionam confrontos.

O *framework* proposto para analisar a estratégia sustentável na Prainha do Canto Verde:

Figura 09: Estratégia Sustentável para analisar na Prainha do Canto Verde



Fonte: Próprio autor

O *framework* é composto por elementos que atuam de diretamente em uma comunidade que desenvolve uma atividade turística. Para o turismo se desenvolver em uma localidade é importante um planejamento turístico para organizar o local na infraestrutura básica e de apoio, e da turística para atender as necessidades dos visitantes. Outro elemento fundamental são as políticas públicas direcionadas para fomentar a atividade turística na localidade por meio de diretrizes, leis, programas e projetos. Já, a Participação dos *stakeholders* em uma comunidade é essencial para a tomada de decisões, ações que tem a

finalidade de manter a sustentabilidade do local. O Planejamento Turístico, as Políticas Públicas e a Participação dos *Stakeholders* são importantes para propiciar um turismo sustentável e gerar na comunidade um fortalecimento da cultura local, a promoção do bem-estar social, a geração de emprego e renda e o equilíbrio ambiental.

4. METODOLOGIA

4.1. Característica do Estudo

Esta pesquisa tem como foco principal um ator fundamental no processo de desenvolvimento turístico: a comunidade receptora do destino turístico. A metodologia é um estudo de caso de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e com observação não participante.

De acordo com Godoy (1995) a pesquisa qualitativa é normalmente utilizada para compreender os fenômenos relacionados com os seres humanos e suas relações sociais, tendo como influência o ambiente. A pesquisa qualitativa pode ser classificada de três maneiras: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Devido à importância e à característica da pesquisa enquadra-se em um Estudo de Caso. Godoy (1995) ressalta que o estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa onde o objeto de estudo é uma unidade social que se analisa detalhadamente.

Esta pesquisa foi focada no município de Beberibe, no litoral leste a 120 km de Fortaleza, especialmente na colônia de pescadores Prainha do Canto Verde. O que motivou a pesquisa em Canto Verde foi analisar a contribuição da atividade turística no processo de desenvolvimento da comunidade e a estratégia sustentável adotada neste local que servem como referência e diferencial competitivo para diversificar o produto turístico (hospedagem, eventos, artesanato, gastronomia) através dessa modalidade de turismo, no caso o comunitário. Também, contribuir de forma pontual para o processo de planejamento turístico do local de forma a direcionar futuros negócios capaz de gerar renda para os residentes, tendo como foco os princípios do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa analisou uma experiência concreta de turismo comunitário de uma comunidade litorânea pesqueira e como se organizam em cooperativa de turismo, em associação de moradores, como enfrentam a luta da especulação imobiliária e crises locais.

Entender como os residentes se associam para desenvolver as atividades turísticas, que atividades e serviços as comunidades passaram a oferecer aos visitantes. Observar como o

turismo pode ajudar no desenvolvimento das comunidades litorâneas, sobretudo na Prainha do Canto Verde.

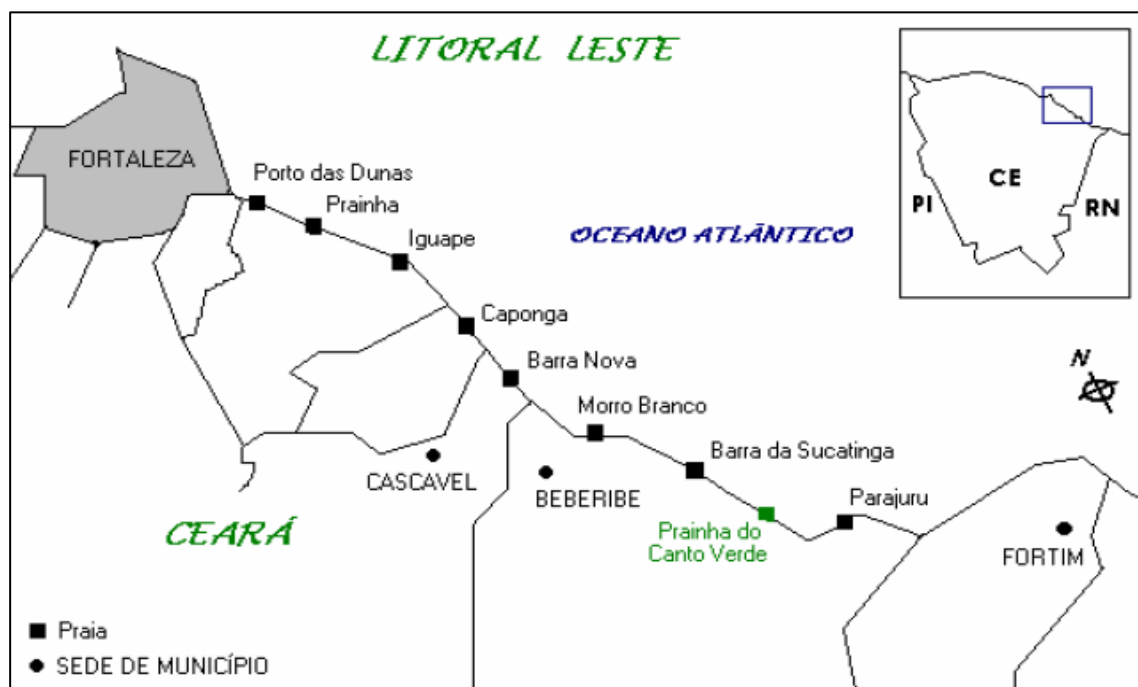
A avaliação da evolução do turismo de base comunitária na América Latina e no Brasil, onde existe a necessidade da efetiva participação dos atores sociais em todas as fases do processo de desenvolvimento turístico, desde a concepção até a execução e gestão e investigar as estratégias sustentáveis utilizadas por esse tipo de turismo.

Para entender o objeto de estudo é necessário compreender o passado da organização e a trajetória percorrida pelos *stakeholders*. Portanto, a metodologia necessária para a análise de fenômenos da *Path Dependence* e, a análise DAFO que propicia um desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

4.1.1. Descrição da Prainha do Canto Verde

A Prainha do Canto Verde, objeto de estudo, está localizada no Litoral Leste no município de Beberibe, precisamente, no distrito de Paripueira à 126 Km da capital Fortaleza. O acesso para a prainha é pela CE 040, encontra-se essa rodovia asfaltada facilitando o deslocamento para os moradores e favorecendo o fluxo de visitantes. Abaixo a Figura 10 segue a sua localização no mapa:

Figura 10: Mapa de Localização da Prainha do Canto Verde



Fonte: Paula et. Al

Paula *et al.* (2002) destacam que a comunidade está localizada em uma planície litorânea próxima ao mar, com a presença de: dunas(fixas e móveis), lagoas temporárias (interdunares) e planícies alagáveis (vazantes). A Prainha apresenta um extenso coqueiral que funciona como um quebra-vento, preservando muitas casas da ação eólica.

Segundo Coriolano (2009) a comunidade da Prainha do Canto Verde teve um destaque em 1993 quando quatro jangadeiros viajaram para o Rio de Janeiro com o intuito de protestar e chamar atenção para os problemas relacionados com a questão ambiental, principalmente para a pesca e o turismo predatório.

Mendes (2010) complementa que a comunidade recebeu o “Prêmio To Do – 1999”, na Feira de Turismo de Berlim, Alemanha em março de 2002. A autora destaca a importância desse prêmio onde o projeto de turismo foi reconhecido socialmente responsável. A comunidade recebeu, também, o prêmio TOURA D’OR 2000 pelo melhor filme documentário sobre turismo comunitário. Mendes (2010) destaca a repercussão dos prêmios ganhos pela comunidade, fortalecendo o turismo de base comunitária na seguinte afirmação:

A demanda turística para comunidade é bastante específica como: pesquisadores, algumas famílias e parentes dos moradores. Privilegia o turismo regional, porém, depois que a comunidade ganhou um prêmio internacional. Muitos turistas, sobretudo europeus procuram conhecer o projeto de turismo comunitário nessa vila tradicional de pescadores. Vale ressaltar que sua demanda ainda é pequena.

A autora, também, aponta a Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde - COOPECANTUR, que realiza diversas atividades de turismo na própria comunidade e favorece a inserção de pequenos empreendimentos (pousadas, barracas de praia, passeios de *buggy*, lojas de artesanato), sendo que os proprietários destes empreendimentos os moradores da Prainha do Canto Verde.

Coriolano (2009) coloca em destaque que os trabalhos realizados na Prainha do Canto Verde são oriundos do Instituto Terramar uma sociedade sem fins lucrativos que está associada a Associação Brasileira de ONG’s – ABONG e com a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde. A autora complementa que a comunidade de Canto Verde e a ONG Terramar formam a Rede de Turismo Comunitário do Ceará (TUCUM). Zechner (2008) complementa que as experiências que obtiveram maior sucesso foram aquelas que estão conectadas em rede, como verificado na Prainha do Canto Verde.

4.1.2. A pesquisa exploratória e os atores envolvidos

A pesquisa identificou os principais *stakeholders* que tem uma relação direta com a comunidade da Prainha do Canto Verde. Nesta fase exploratória, também, foi investigada a participação da organização e os *stakeholders* e as estratégias utilizadas para alcançar um desenvolvimento sustentável.

A pesquisa possui um caráter exploratório e descritivo. Segundo Godoy (1995) é importante estar atento as novas descobertas durante o estudo. A pesquisa teve duas fases: 1) Fase Exploratória e a 2) Fase Complementar.

A fase Exploratória foi iniciada pela pesquisadora que esteve na Prainha do Canto Verde nos meses de agosto e setembro de 2011 quando obteve informações dos principais atores envolvidos nas estratégias utilizadas pelos mesmos para alcançar um desenvolvimento sustentável. Na ocasião as informações sobre a Prainha do Canto Verde foram fornecidas pelo Presidente do Conselho de Turismo Comunitário. A partir destas informações a pesquisadora identificou os principais entrevistados no Quadro 02 que são:

Quadro 02: Atores Envolvidos na Pesquisa

STAKEHOLDER	PERFIL	APÊNDICE
Conselho de Turismo Comunitário	Presidente do Conselho Comunitário da Prainha do Canto Verde	A
Comunidade	Representante da Comunidade	B
Empreendedores Locais	Proprietários de Pousadas e Restaurantes Locais	C

Fonte:Próprio autor

Nesta primeira fase, ainda, teve como fundamentação da investigação com os atores de acordo com o framework proposto por Stead e Stead (2000) onde destaca a definição de sustentabilidade.

Na fase complementar da pesquisa foi aplicado o questionário na Comunidade da Prainha do Canto Verde abrangendo o framework proposto para analisar a estratégia sustentável utilizada na comunidade.

4.1.3. Instrumentos da Coleta

Godoy (1995) aponta que os dados devem ser coletados no local onde os eventos e os fenômenos que estão sendo estudados, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos.

Hair Jr. (2005) destaca que na pesquisa qualitativa a coleta dos dados é realizada na fase exploratória da pesquisa. A importância da pesquisa qualitativa para a coleta de dados é identificar os problemas da pesquisa.

Na fase complementar foi aplicado um questionário junto ao Conselho de Turismo Comunitário e os principais *stakeholders* com o intuito de avaliar a trajetória percorrida por eles na busca das estratégias sustentáveis para o desenvolvimento do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, além disso foram aplicados questionários em janeiro e fevereiro de 2012 por meio de questionários aplicados, também, contendo os elementos chaves propostos pelo *framework* de acordo com o Quadro 03:

Quadro 03: Elementos do *framework*

Framework	Questões Chaves	Entrevistados
Planejamento Turístico	Objetivos e metas; Projeto de turismo Comunitário; Recursos; Responsáveis pelo planejamento.	Presidente da Associação dos moradores da prainha do Canto Verde; Coordenador de turismo local; Empreendedores locais; Empreendedor Social; Representante das Varzantes; Representante da Educação; Presidente da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências.
Políticas Públicas	Políticas de Turismo Comunitário; Políticas Públicas Municipais e Locais; Políticas adotadas na prainha como estratégias para garantir a posse do território;	Empreendedor Social; Coordenadora de Turismo de Beberibe; Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Beberibe; Assessora de

	Reserva.	Turismo da EMATERCE; Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde; Coordenador de Turismo Local; Gerente da Reserva.
Participação dos Stakeholders	Atuação de cada <i>stakeholders</i> na prainha do canto verde;	Empreendedor Social; Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde; Coordenador de turismo local; Empreendedores locais; Presidente da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências; Gerente da Reserva.
Fortalecimento da Cultura Local	Turismo Comunitário como forma para preservar a identidade cultural da prainha do canto verde.	Empreendedor Social; Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde; Empreendedores locais; Presidente da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências; Representante da Educação;
Equilíbrio Ambiental	As ações dos representantes locais, municipais para manter a preservação ambiental na prainha do canto verde; A questão do lixo e a reciclagem.	Empreendedor Social; Representante da educação; Presidente da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde; Representante das Varzantes; Coordenador de turismo local; Empreendedores locais; Presidente da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências;
Bem –Estar Social	Os benefícios do turismo comunitário gerados para a comunidade da prainha do canto verde.	Representante das Varzantes; Empreendedores locais;
Geração de Emprego e Renda	A importância do turismo comunitário como sendo uma atividade complementar para a comunidade da prainha do canto verde.	Representante das Varzantes; Coordenador de turismo local; Representante da educação; Empreendedor local;

Fonte: Próprio autor

4.2. Análise dos Dados

4.2.1. *Path Dependence*

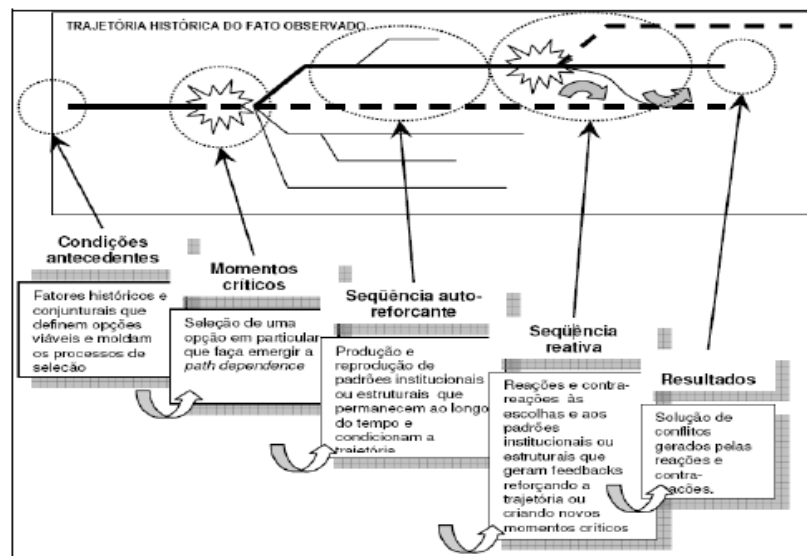
A metodologia é de extrema importância para a confiabilidade e resultados da pesquisa. Hoff (2008) propôs uma estrutura analítica, a *Path Dependence*, com o objetivo de analisar as características das relações entre a organização e seus *stakeholders*, facilitando a compreensão do posicionamento das organizações durante a trajetória para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A partir do conceito de Hoff (2008) a *Path Dependence* é fundamental para esclarecer as ações adotadas em determinado momento e os resultados obtidos das mesmas, destacando a importância das relações entre as organizações e seus *stakeholders* para conduzir a uma trajetória de um desenvolvimento sustentável.

A pesquisa utilizou a *Path Dependence* para compreender os acontecimentos ocorridos durante o percurso de um desenvolvimento sustentável entre as relações dos *stakeholders* e a comunidade no contexto do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde. Hoff (2008) ressalta os estudos de Torfing (1999) que evidenciam que a *Path Dependence* é utilizada, também, para compreender os estudos que tem a preocupação com o bem estar social de uma comunidade.

Na figura 11 Hoff (2008) propõe a trajetória histórica dos momentos observados que são: condições antecedentes, momentos críticos, sequência auto-reforçante, sequência reativa e resultados.

Figura 11 – Estrutura Analítica para o Estudo de Fenômenos *Path Dependence*



Fonte: Hoff (2008), p.1533

A pesquisa teve a etapa que compreende as entrevistas que estão inclusas perguntas direcionadas para identificar e entender esses momentos. No Quadro 04 evidencia características desses momentos importantes para a análise das relações entre a Prainha do Canto Verde e seus *stakeholders*.

Quadro 04: Trajetória Histórica do Fato Observado

MOMENTOS	CARACTERÍSTICAS
Condições Antecedentes	Fatores históricos e conjunturais que definem opções viáveis e moldam os processos de seleção;
Momentos críticos	Seleção de uma opção em particular que faça emergir a path dependence;
Seqüência auto-reforçantes	Produção e reprodução de padrões institucionais ou estruturais que permanecem ao longo do tempo e condicionam a trajetória;
Seqüência Reativa	Reações e contra-reações às escolhas e aos padrões institucionais ou estruturais que geram feedbacks reforçando a trajetória ou criando novos momentos críticos;
Resultados	Solução de conflitos gerados pelas reações e contra-reações.

Fonte: Hoff (2008)

Para identificar o processo de estudo foi utilizado o fenômeno da *Path Dependence* na prainha do canto verde. Utilizou-se as técnicas qualitativas de pesquisa histórica com observação documental e pesquisa oral. No Quadro 05 mostra metodologia aplicada na prainha do canto verde e o percurso das atividades utilizadas durante a pesquisa.

Quadro 05: Metodologia da *Path Dependence*

PASSOS	CARACTERÍSTICA DAS ATIVIDADES
1	Construir a trajetória histórica que leva a estratégia sustentável na prainha do canto verde;
2	Identificar as condições antecedentes, leis gerais e outros elementos da conjuntura existente no ambiente de inserção da estratégia sustentável, que possam contribuir para o surgimento de momentos críticos para a formação da path dependence;
3	Identificar, ao longo da trajetória da prainha do canto verde, os momentos críticos que levam a escolhas que fazem surgir uma trajetória dependente;
4	Testar os momentos de escolha dos <i>stakeholders</i> , utilizando-se a análise

	contra-factual, visando identificar os momentos realmente críticos;
5	A partir das escolhas, observar a formação de elementos institucionais e estruturais que contribuam para o condicionamento da trajetória da prainha do canto verde, ou seja, que gerem seqüências auto-reforçantes, dificultando o retorno para as condições iniciais que permitam outras escolhas entre as alternativas disponíveis;
6	Identificar as seqüências reativas oriundas da escolha e da formação dos elementos institucionais e estruturais que servem de feedback positivo ou negativo ao processo, permitindo ratificação do caminho ou o surgimento de novos momentos críticos;
7	Descrever os resultados finais observados a partir da solução dos conflitos surgidos na fase das seqüências reativas na prainha do canto verde.

Fonte: Hoff (2008)

Estes passos da *Path Dependence* na prainha do canto verde foram importantes para compreender a trajetória da comunidade para manter o seu espaço preservado da especulação imobiliária em detrimento do turismo de massa e a estratégia adotada pelos *stakeholders* para manter um turismo sustentável.

4.2.2. Análise DAFO

Existem diversos instrumentos legais e de planejamento com a finalidade do ordenamento do espaço turístico para se buscar um cuidado maior nos aspectos territoriais, ambientais, histórico-culturais, entre outros. Dentre estes instrumentos legais, o de maior relevância para este ordenamento do espaço turístico é o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT).

O PDT utiliza-se de quatro instrumentos para o planejamento da atividade turística: o Diagnóstico Turístico, o Prognóstico, o Zoneamento Turístico-Ambiental e o Plano de Ações.

No Diagnóstico Turístico utiliza-se a análise DAFO. Conforme Fernandez (citado por ROMERO, 2004) a análise DAFO possibilita distinguir de maneira simples e estruturada, os pontos fundamentais para desenvolver a atividade turística em toda amplitude, proporcionando uma melhor organização das estratégias relacionadas à oferta em análise.

O mesmo autor destaca que a sigla DAFO significa os quatro pontos principais para o conhecimento estratégico: Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades. As

Debilidades caracterizam deficiências ou obstáculos em qualidade ou na quantidade de alguns recursos internos, os quais não se pode ter como base para conseguir os objetivos estabelecidos. As mesmas quando presentes constituem um aspecto invariável e de caráter negativo. Enquanto, as Ameaças significam aspectos externos, os quais colocam em perigo a aplicação de alguma fortaleza ou aumenta uma debilidade, como também podem estar presentes ou ameaças de futuro. Já, as Fortalezas compõem os aspectos internos favoráveis, constituem-se aspectos invariáveis de caráter positivo e estão presentes no território. Em relação às Oportunidades significam situações externas que se originam em tempo presente ou no futuro e, também, admitem utilizar-se de algum recurso ou fortaleza interna.

A pesquisa de campo na Prainha do Canto Verde foi realizada por meio de informações disponibilizadas pela comunidade, pesquisa documental, informações de BRITO (2012) em relação à estrutura turística e de apoio. A pesquisadora identificou as debilidades, ameaças, fortalezas e as oportunidades para que a Prainha do Canto Verde desenvolva o turismo comunitário de forma planejada e sustentável.

A pesquisa de campo seguiu o roteiro apresentado na metodologia do inventário da oferta turística adotada pelo Ministério do Turismo como instrumento de pesquisa para o planejamento do espaço turístico. Registra-se no entanto que, pela exigüidade do tempo, não foi efetuado o inventário propriamente dito, fato que não obstaculiza a análise, pois o lugar é bem pequeno e a pesquisadora já tem um bom conhecimento sobre a Prainha do Canto Verde.

A contribuição da análise da oferta turística na prainha do canto verde é sugerir propostas para futuros projetos para um planejamento turístico na comunidade relacionadas à infraestrutura de apoio e turística e, também, em relação à forma sustentável para utilizar os atrativos naturais e culturais como produto turístico capaz de gerar um fluxo turístico na comunidade.

5. RESULTADOS

5.1. Oferta Turística da Prainha do Canto Verde

Durante a pesquisa de campo na Prainha do Canto Verde foi realizado um levantamento de informações para saber o que a comunidade dispõe em relação a estrutura turística e de apoio. Estas informações sobre a Prainha do Canto Verde foram obtidas junto ao Conselho de Turismo Comunitário, comunidade e pelos dados disponibilizados pela pesquisadora BRITO (2012). Após esses dados serão identificados as debilidades, ameaças, fortalezas e as oportunidades para que a Prainha do Canto Verde desenvolva o turismo comunitário de forma planejada e sustentável.

A Prainha do Canto Verde está localizada no Litoral Leste no município de Beberibe, precisamente, no distrito de Paripueira à 126 Km da capital Fortaleza. O acesso para a prainha é pela CE 040, encontra-se essa rodovia asfaltada facilitando o deslocamento para os moradores e favorecendo o fluxo de visitantes. No entanto, vai até a lagoa da poeira, a esquerda, ainda são percorridos ainda 6 km até a praia. A Empresa de ônibus que faz esse deslocamento é a São Benedito que faz a linha até a lagoa.

A coleta de lixo na prainha do canto verde é realizada pela Prefeitura municipal de Beberibe por meio de uma empresa terceirizada a Transmaster. A pesquisa apontou que não existe rede sanitária na prainha.

5.1.1. Infraestrutura de apoio ao turismo

De acordo com o manual do Inventário da Oferta Turística do Ministério do Turismo (Mtur) a Infraestrutura de apoio ao turismo corresponde a toda estrutura física e serviços que possibilitem condições que atendem as necessidades de vida da comunidade e facilita o desenvolvimento da atividade turística, entre eles: sistemas de transportes, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional etc.

A Prainha do Canto Verde não dispõe de nenhum sistema de comunicação como: jornal, rádio, revistas e televisão. A comunidade possui uma *Lan House* com cinco computadores. Entretanto, o sinal não atende a esses cinco equipamentos.

Em relação à conexão da telefonia do celular é precária, apesar de ter as operadoras da TIM, OI, VIVO e CLARO. Entretanto, somente em alguns pontos da prainha do canto verde é possível efetuar ligações.

A segurança da Prainha do Canto Verde é deficiente em relação ao sistema de segurança. Não há policiamento permanente na comunidade. Contudo, quando acontece algum problema os policiais de Beberibe são solicitados para fazerem o policiamento. A pesquisa apontou, também, que durante algum evento realizado na prainha a participação do corpo de Bombeiros e a Companhia de Policiamento Turístico (PMTUR) são solicitados.

A maioria dos atendimentos médicos são realizados em Beberibe. A comunidade possui uma ambulância para fazer o transporte de emergência.

A comunidade possui uma escola de ensino fundamental que oferece, também, cursos profissionalizantes, entre eles: aquicultura e pesca, artesanato, informática.

A prainha do canto verde disponibiliza três lojas de artesanato: pousada Sol e Mar, Pousada da Mãezinha e Bodega (Marli). E uma boutique.

Em relação a religiosidade da comunidade na prainha é diversificada possui uma igreja católica e uma igreja evangélica.

Durante a pesquisa na prainha uma ausência de agência bancária ou de casa lotérica. Para o nativo ou o turista necessitando deste serviço terá que se deslocar para Beberibe. Este aspecto precisa ser refletido, principalmente, porque existe uma demanda turística na comunidade.

5.1.2. Serviços e Equipamentos Turísticos

Correspondem aos serviços e equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, para eventos, de lazer e entretenimento de acordo com o manual da oferta turística do Ministério do Turismo (MTur).

A Prainha do Canto Verde possui uma infraestrutura para hospedagem com cinco pousadas, totalizando aproximadamente a capacidade de 100 leitos para atender a uma demanda turística.

A Pousada Recanto da Mãezinha foi construída com uma estrutura de cinco chalés e mais seis apartamentos próximos à praia. Os chalés possuem: varanda, quarto, banheiro, frigobar e ventilador. Já, os seis apartamentos possuem uma estrutura com: varanda, quarto, banheiro, frigobar e ventilador, área de lazer com piscina. Na estrutura da pousada, também,

tem um restaurante que fica à beira da praia, disponibilizando um cardápio com a culinária típica da comunidade a base de peixes. Possui uma lojinha de artesanato, onde se encontram peças confeccionadas de labirinto.

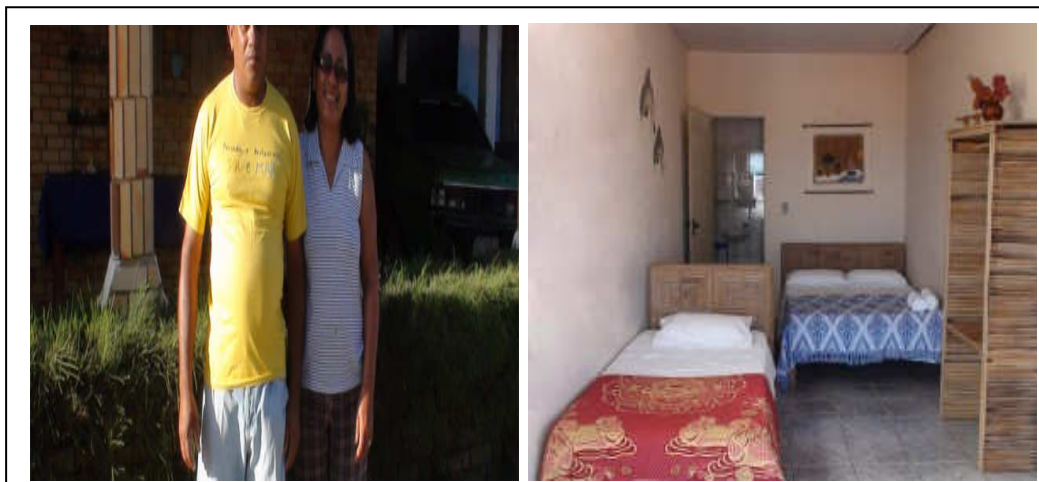
Figura 12: Pousada Recanto da Mãezinha



Fonte: Própria

A Pousada Sol e Mar é a casa dos proprietários que são nativos que investiram na estrutura de pousada onde possui seis suítes cada um deles com cama de casal, cama de solteiro, rede, frigobar. Tem uma lojinha de artesanato, onde as peças são confeccionadas pelas artesãs da comunidade e pela própria proprietária da pousada. O turista tem a oportunidade de conviver com os nativos. A pousada disponibiliza o serviço de café da manhã, refeições, lavanderia e Translado. Além, de oferecer ao turista o serviço de internet na recepção da pousada

Figura 13: Pousada Sol e mar



Fonte: www.prainhadocantoverde.or

A Pousada Refúgio da Paz é uma casa de uma nativa da prainha que adaptou em pousada para receber os turistas. Neste empreendimento o turista tem a oportunidade de conhecer os costumes, a cultura da prainha. A estrutura desta pousada tem quatro suítes cada uma delas com duas camas, uma de casal e outra de solteiro. No entanto, somente três quartos dispõem de frigobar.

Figura 14: Pousada Refúgio da Paz



Fonte: www.prainhadocantoverde.org

A Pousada Recanto Verde e a Pousada da Lú a pesquisadora não obteve informações devido na oportunidade estarem fechadas. Na prainha do canto verde, também, encontram-se outros meios de hospedagem onde os nativos alugam suas casas.

Percebe-se, que na prainha do canto verde a estrutura das pousadas atende um pequeno fluxo turístico. Verifica-se, também, uma deficiência na legalização destas pousadas nos órgãos oficiais de turismo. A pesquisa revelou, também, que os proprietários desses empreendimentos são nativos e que os mesmos já realizaram cursos na área de atendimento, hospedagem e culinária.

Em relação aos serviços e equipamentos de gastronomia a prainha do canto verde disponibiliza três barracas de praia: Barraca e Restaurante da Pousada da Mãezinha, Palhoça Por do Sol e Bar de Praia Belo Dia. Possui, também, uma pizzeria e uma pastelaria. O restaurante da Pousada Sol e Mar está disponibilizado não só para quem se hospeda como também para o público em geral. Percebe-se que estes serviços e equipamentos para a gastronomia possuem uma deficiência de uma qualificação maior para os nativos atenderem melhor o visitante tanto nacional quanto internacional como cursos de línguas e, também,

alguns destes equipamentos precisam melhorar a sua estrutura física para atender melhor e com qualidade o turista.

Durante a pesquisa, verificou-se que não existe na prainha uma agência de viagem e turismo. Entretanto, o serviço de agenciamento fica na responsabilidade do Conselho de turismo para atender e orientar os turistas que chegam na prainha do canto verde.

Em relação aos serviços de transporte a comunidade não possui um sistema de transporte público para facilitar o deslocamento dos moradores da prainha do canto verde. No entanto, existe o transporte de motociclistas para a realização de corridas fora do perímetro da comunidade. A pesquisa na prainha, também, revelou que para realizar o deslocamento dos turistas para realizar os passeios nas trilhas, nas lagoas e conhecer os limites da reserva é utilizado os *buggys*. Este deslocamento é realizado pelo motorista e também ocorre com a presença do nativo que é informante turístico do local.

Na Prainha do Canto Verde existem espaços onde são utilizados equipamentos e serviços para eventos como reuniões. Estes espaços são o Centro Comunitário e a escola. O Centro Comunitário possui alguns equipamentos como: data show, computador, caixa de som, microfones, cavaletes para rabiscos e, ainda, banheiros feminino e masculino, cozinha, armários. O Centro Comunitário possui uma área que comporta aproximadamente cem pessoas. Já, a escola tem uma capacidade de trinta a quarenta pessoas referentes à área livre coberta.

Em relação aos Serviços e Equipamentos de lazer e Entretenimento a Pousada Recanto da Mãezinha disponibiliza passeios de *buggys*, jangada, trilhas ecológicas e kite surf. E, também, o serviço de traslado sendo realizado mediante agendamento.

Outros Serviços e Equipamentos Turísticos são realizados pela Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, a Associação Independente da Prainha do Canto Verde e Adjacências e o Centro Comunitário. Na prainha do canto verde, também, possui cinco mercearias e uma barbearia.

A pesquisa revelou que a Associação do Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) foi fundada em 1989 possui aproximadamente 260 sócios, sendo a maioria de jovens tem como Presidente José Alberto Ribeiro. O principal objetivo da formação desta associação foi a comunidade ter um representante jurídico para representar os moradores da prainha em qualquer ocasião, principalmente em defesa da terra ou em captar recurso para desenvolver alguns projetos.

Já, a Associação Independente da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) foi criada em 2009 por alguns moradores da prainha por não concordarem com a implantação

da reserva extrativista continental. O Presidente desta associação é o José Almir Rodrigues Alencar e possui 370 associados.

5.1.3. Atrativos Naturais e Culturais

A Prainha do Canto Verde possui uma beleza natural singular. Os Atrativos naturais que a prainha possui são: Praias, piscinas naturais, lagoas, bicas, dunas, falésias e olho d'água nas falésias.

A Praia de acordo com a Figura 15 encanta o turista por ter uma água azul, transparente e morna. A areia da praia é uma areia grossa e amarela. A praia é limpa conforme a Figura 16 e as dunas preservadas de acordo com a Figura 16 em toda a sua extensão e nota-se a presença das jangadas na praia conforma a Figura 17. Proporciona ao visitante um bem estar. Entretanto, não existe sinalização turística para esses atrativos naturais.

Existe, também, na prainha do canto verde a Trilha dos Erios e do Córrego do Sal e a duna do Anil. Na duna do Anil pode ser praticado esquí – bunda pelos turistas.

Figura 15: Destaca a paisagem natural da praia preservada.



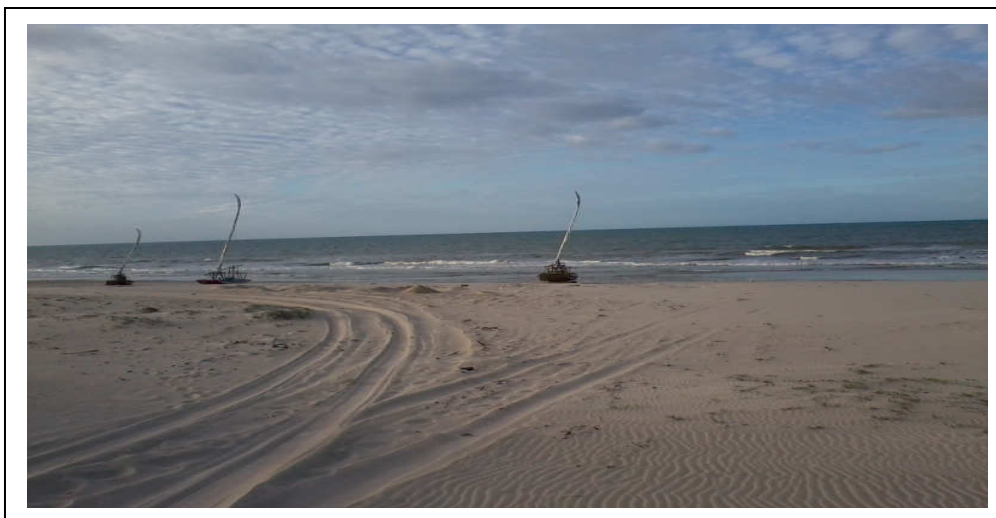
Fonte: Própria

Figura 16: Ressalta as dunas preservadas da prainha do canto verde.



Fonte: Própria

Figura 17: Destaca a presença das jangadas dos pescadores da prainha do canto verde



Fonte: Própria

5.1.3.1. Os Atrativos Culturais

Os principais atrativos culturais da prainha do canto verde são: A festa de São Pedro, os Papangus, a Festa Junina e a Regata Ecológica.

É importante, também, destacar como atrativo cultural o artesanato confeccionado pela mulheres dos pescadores da prainha do canto verde que abrange toalhas de mesa, colchas de cama e blusas. Estes artefatos são todos de labirinto. É uma tradição de família que é repassada para as futuras gerações. Outro fator a destacar deste artesanato é fonte de renda complementar para as famílias dos pescadores.

5.2. A análise DAFO

De acordo com a oferta turística na Prainha do Canto Verde pode-se realizar a análise DAFO deste local como forma de apontar as Debilidades, Ameaças, Fortaleza e as Oportunidades para desenvolver o turismo de forma planejada e organizada.

As debilidades verificadas foram, principalmente, a ausência de uma política pública e de recursos direcionados para o turismo comunitário, e uma articulação maior entre todos os *stakeholders* envolvidos. Há, também, uma deficiência na infra-estrutura turística que envolve a qualidade das vias de acesso à prainha do canto verde, a qualidade e a disponibilidade de água e de apoio para atender as expectativas do visitante, destacando-se a necessidade da qualidade dos serviços e, também, a deficiência da qualidade mão de obra qualificada.. A telefonia de celulares é muito precária. A inexistência de uma sinalização turística para os atrativos. Portanto, percebe-se que na prainha do canto verde há uma deficiência de um planejamento turístico. Outro fator importante é a inexistência de plano de manejo que facilitaria o ordenamento da área da prainha do canto verde minimizando possíveis conflitos na comunidade.

Em relação às ameaças (riscos), observa-se que na prainha do canto verde existe um conflito ideológico em relação a reserva que, ao longo do tempo, poderá a vir a enfraquecer a comunidade, afetando principalmente na união da comunidade para manter seu território preservado, podendo gerar uma vulnerabilidade nos praieiros que poderão optar pelo turismo convencional e, assim afetar de forma negativa o desenvolvimento sustentável.

Por meio das informações da oferta turística na prainha do canto verde, percebe-se que a prainha possui algumas fortalezas bastante relevantes como a praia, piscinas naturais, lagoas, bicas, dunas, falésias e as trilhas ecológicas, sendo essa paisagem natural preservada.

O patrimônio cultural, a organização da comunidade para a manutenção do território preservado da especulação imobiliária, legalizando a prainha do canto verde em uma reserva e o turismo comunitário que é desenvolvido na comunidade é um diferencial das outras praias do litoral leste. Estes fatores internos são favoráveis para atrair um fluxo turístico da cidade.

Outro fator importante é a deficiência no sistema de segurança, pois trata-se de uma comunidade bem tranquila, onde o clima bucólico ainda não foi afetado pela violência.

Os *stakeholders* locais entrevistados são favoráveis ao desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade, entretanto reclamam no sentido da deficiência de recursos e ações para estimular este tipo de turismo. Outro aspecto interno fundamental é a proximidade da prainha do canto verde com os pólos turísticos já consolidados, como Praia das Fontes, Morro Branco, Canoa Quebrada, onde existem investimentos importantes como a duplicação da CE-04 melhorando a via de acesso para essas localidades e, também, a construção já finalizada do Aeroporto Regional Dragão do Mar no município de Aracati. Essas melhorias na infraestrutura do litoral leste do Ceará irão gerar um maior fluxo da demanda turística. Outro fator que denota seu potencial é já ter sido registrada a presença e a fixação de turistas internacionais no local, principalmente com a finalidade de experimentar o turismo comunitário para ter a oportunidade de um convívio maior com os nativos da prainha do canto verde, mesmo sem nenhum esforço em relação a preparação da comunidade para as atividades turísticas e a respectiva divulgação.

As oportunidades existentes na prainha do canto verde são o aproveitamento dos atrativos naturais para o turismo ecológico e pedagógico. Estimular o fortalecimento da Rede tucum nas comunidades que fazem parte dessa rede e que estão próximas da prainha do canto verde para gerar roteiros integrados de turismo comunitário, pois a prainha possui atrativos naturais e culturais capazes de motivar a visita, gerando a diversificação da oferta na região do litoral leste. Pode também inserir os eventos, como a Festa de São Pedro, a Festa Junina e a Regata Ecológica, no calendário de eventos do Estado do Ceará.

5.3. *Path Dependence*

Na prainha do canto verde os nativos sempre defenderam a terra para eles próprios em detrimento das pessoas de outras localidades que queriam se fixar e se apoderar daquela área.

Nos anos 80 apareceu a primeira pessoa a desafiar essa resistência da comunidade foi o grileiro Antônio Sales Magalhães. Segundo informações era um grileiro de terra que residia em Fortaleza, o trabalho dele era de cercar áreas e expulsar algumas pessoas e depois registrar aquela área junto ao cartório através do usucapião. Existia um morador na prainha que o grileiro conseguiu comprar essa posse. De posse do documento que é o usucapião foi

expulsar a comunidade. Como destaca o gerente da reserva extrativista da prainha do canto verde:

Quando o grileiro foi cercar a área na prainha a comunidade não aceitou e não reconhecia aquele documento como sendo legítimo, um documento válido. E toda vez que ele tentava colocar uma cerca. A comunidade ia lá e derrubava.

A partir de 1985, a Arquidiocese de Fortaleza por meio do Arcebispo de Fortaleza Dom Aloísio Lorscheider começou a realizar uma assessoria à comunidade com a finalidade de orientar os direitos que os moradores da prainha do canto verde tinham em relação à permanência naquela terra. A pesquisa revelou que o arcebispo foi a primeira assessoria institucional que a prainha do canto verde teve em relação à luta pelo seu território. E hoje quem realiza é o Instituto Chico Mendes.

A assessoria da arquidiocese motivou os moradores da prainha do canto verde entrarem na justiça para questionar esse usucapião que o grileiro tinha conseguido na Justiça Estadual, alegando que aquelas terras eram da união. Entretanto, a justiça estadual não era competente para julgar sobre essa questão da posse. Entretanto, a justiça federal cassou o pedido da justiça estadual.

O grileiro vendeu a área para o proprietário da Imobiliária Henrique Jorge, onde este fez um loteamento. Este loteamento com vários lotes foram aprovados pela Prefeitura de Beberibe. Desses vários lotes um empresário de Fortaleza comprou onze lotes.

Em 2001, a comunidade iniciou o processo da criação da reserva, solicitando o uso coletivo da área. A comunidade da prainha do canto verde entrou com um processo junto ao Patrimônio da União, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos recursos Naturais Renováveis -IBAMA para ver analisar qual a melhor alternativa para a comunidade. Esses órgãos realizaram estudos daquela área. Após, esses estudos foi diagnosticado que a reserva extrativista era a melhor opção para aquela área e atendia as necessidades da comunidade que era o combate à pesca predatória e a regularização fundiária da terra. Para o andamento do processo da reserva extrativista foram realizados estudos técnicos.

Em 2006 a Justiça Federal manteve a cassação do usucapião. Como corrobora o gerente da reserva da prainha do canto verde:

Estes documentos que foram gerados pelo usucapião foram cancelados. Ninguém é dono daquela área. Mas a comunidade não tinha a área reconhecida a seu favor.

Em 5 de junho de 2009, foi decretada a área da reserva extrativista da Prainha do Canto Verde. A comunidade da prainha do canto verde tem uma preocupação maior com o reconhecimento do território e, também, com o problema da pesca predatória, sendo esses dois fatores os motivos de luta e resistência da comunidade. Como ressalta o gerente da reserva da prainha do canto verde:

Porque eles são pescadores artesanais. O território deles tem terra e tem mar. É o território daquela comunidade. É esse sentimento de território deles. Foi uma forma de reconhecer oficialmente o território, foi uma forma de fortalecer o combate da pesca predatória.

O gerente da reserva da prainha do canto verde destaca que uma reserva extrativista é uma área juridicamente mais protegida, sendo uma reserva tem uma fiscalização, uma lei mais rigorosa, são áreas que tem um uso sustentável e uma conservação dos recursos naturais.

A comunidade da prainha do canto verde buscou se organizar de forma interna criaram um estatuto da terra onde cada nativo tinha direito a 300m² para morar, mais uma casa para alugar para montar comércio, uma vazante para plantar e os filhos desses nativos tinham o mesmo direito. E quem não era nativo da prainha não tinha esse direito. Entretanto, um nativo teria o direito de vender uma benfeitoria para alguém, contudo esse nativo não poderia morar mais na comunidade. Essa regra foi utilizada como uma estratégia dos nativos para combater a especulação dentro da comunidade. Portanto, as principais lutas da comunidade são a especulação imobiliária e a pesca predatória.

Outro a desafiar a resistência da comunidade foi um empresário de Fortaleza que construiu sua casa numa área em que a comunidade tinha uma ocupação antiga, ainda, uma ou das famílias na área nos lotes em que o mesmo tinha adquirido. Entretanto, na comunidade não tinham a informação de que este empresário era o proprietário dessas terras. Os moradores da prainha o reconheciam como veranista e tinha uma boa relação com a comunidade. Como destaca o gerente da reserva da prainha:

Ninguém sabia que ele era dono dessas terras. O pessoal já reconhecia ele como veranista. Ele construiu essa casa a 24 anos atrás e tinha uma boa relação com a comunidade. Naquela época era uma casinha de pescadores. Ele tinha uma distância física onde o núcleo comunitário estava, mas que antes dele fazer a casa a comunidade já estava.

A Pesquisa revelou que a partir do momento em que a reserva foi criada surgiu a informação na prainha do canto verde de que este empresário era o proprietário destas terras. Com a criação da reserva este empresário resolveu erguer uma cerca que ia abranger a metade do território da comunidade. Durante a pesquisa o gerente da reserva esclareceu que o mesmo tinha sido notificado para justificar a colocação da cerca. Como aponta o gerente da reserva:

a gente notificou para saber que cerca era aquela. A gente pediu para ele apresentar documentos, mas ele não apresentou. Damos um prazo para ele retirar a cerca e ele não retirou. Aí a gente foi lá retirou e multou ele.

A pesquisa, também, revelou que este empresário entrou na justiça antes mesmo da reserva ser criada para tentar impedir a criação da reserva. Entretanto, a justiça não atendeu a sua reivindicação, sendo indeferida.

Não tendo êxito na justiça este empresário criou uma associação com um grupo de moradores da prainha que não compartilhavam com as mesmas ideias da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. Ele criou essa a Associação Independente dos Moradores da prainha do Canto Verde e Adjacências. Esta associação defende que a reserva não deveria ser continental mas só marítima. Como destaca Presidente da Associação Independente dos Moradores da prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV):

Eu como assinei. Não gostei. Por que tivesse me chamado para dizer Almir a gente vai incluir a parte continental. Eu assino mais um. Hoje eu não estaria nessa briga. A partir daí foi quando iniciou a questão do conflito: reserva ou não reserva. A gente apoia a marítima. A parte continental não. Porque a gente não apoia devido o mal da assinatura. O seu valor é da assinatura no papel.

A pesquisa na Prainha do Canto Verde revelou, também, que existe uma deficiência de um plano de manejo que ocasiona sérios conflitos na comunidade relacionados à desapropriação, ou de liberação, ou de retirada de supostos proprietários que existem na área.

Durante a pesquisa verificou que em 20 de outubro de 2010, o Diário Oficial da União publicava a Portaria 550/2010, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio formou um Grupo de Trabalho com o que objetivo de avaliar o Decreto de criação da Reserva Extrativista da prainha do Canto Verde e se fosse preciso propor um melhoramento neste decreto. O Grupo de Trabalho era composto por três ambientalistas que teriam um prazo de noventa dias para mostrar um relatório final com uma análise daquela área.

Este Grupo de trabalho realizou um estudo “in loco” analisando documentos, verificaram os limites da reserva, realizaram reuniões com os moradores com a finalidade de fazer um diagnóstico detalhado da prainha para produzir o relatório. Nesses três meses, eles realizaram um importante trabalho profissional: analisaram documentos e processos; entre os dias 18 a 23 de janeiro de 2011 visitaram a Prainha e o seu entorno e realizaram averiguação dos limites da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde; reuniram-se com os moradores; e, finalmente, produziram um rico, esclarecedor e muito bem fundamentado Relatório, datado no dia 28 de janeiro de 2011.

Em 28 de janeiro de 2011, o Grupo de Trabalho finalizou este relatório onde destaca o histórico dos momentos de luta da comunidade contra a especulação imobiliária, os motivos que levaram a Associação dos Moradores da prainha do Canto Verde a solicitar o pedido da criação da reserva em 2001, a caracterização da área da reserva e a trajetória realizada pela comunidade junto aos órgãos públicos. O Grupo de Trabalho, também, realizou a análise dos dados coletados destacando a importância da área prainha do canto verde ser uma unidade de conservação e expressa que é fundamental a não exclusão da parte terra na reserva e não só inserir a marítima. No relatório este Grupo de trabalho, também, alerta que o mais apropriado seria inserir na parte da terra da reserva as áreas ambiental e social que no início não tinham sido contempladas nos limites das demarcações e que são elementos fundamentais para serem preservadas.

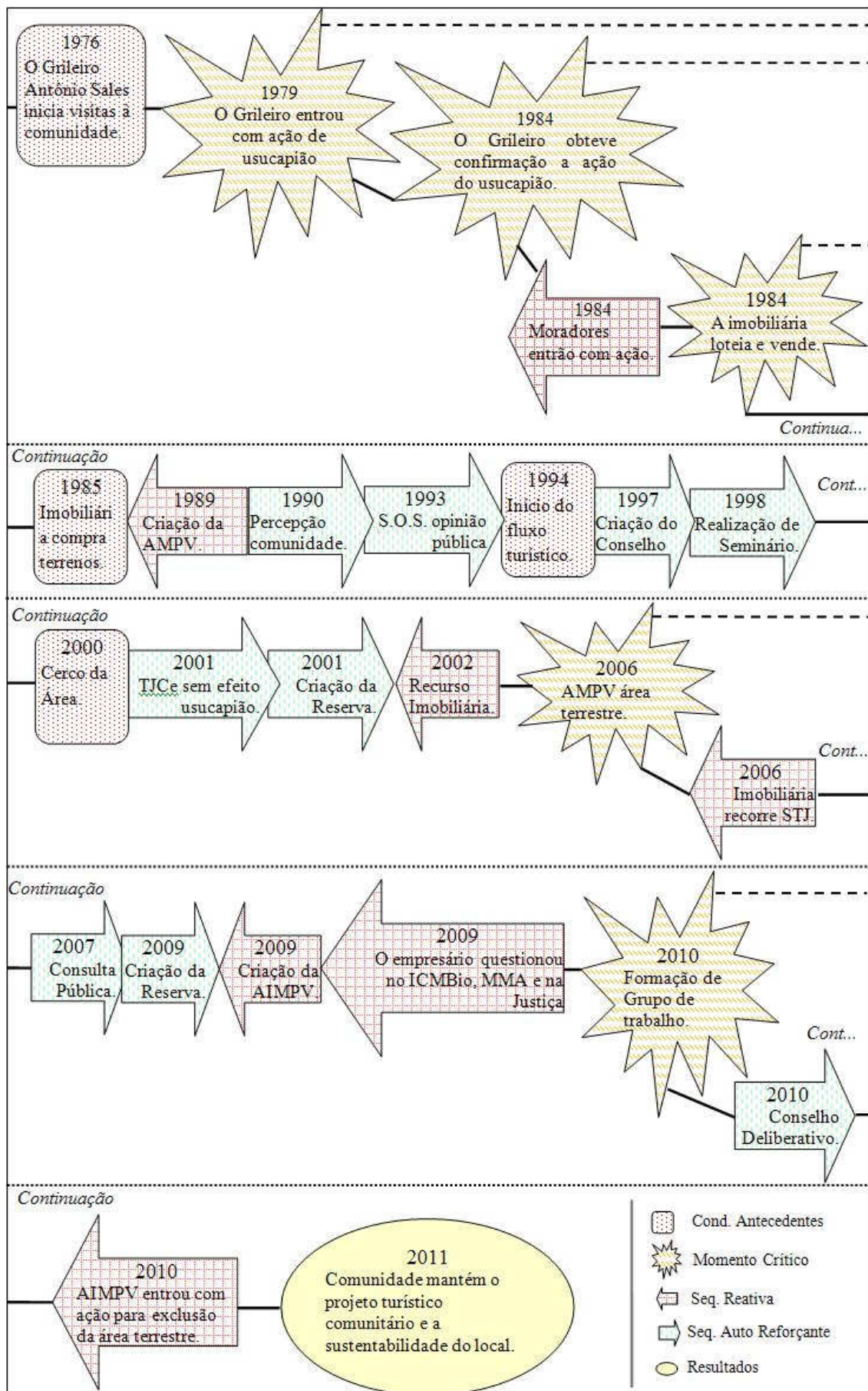
O conflito que existe na prainha do canto verde é um conflito ideológico. Percebe-se que esse conflito é preocupante, pois poderá ao longo do tempo enfraquecer a comunidade em relação ao real sentido da luta dos nativos e, também o desenvolvimento do turismo comunitário.

A trajetória da comunidade da Prainha do Canto Verde é marcada pela luta contra a especulação imobiliária e a manutenção do território preservado e a escolha do turismo comunitário como forma de garantir o desenvolvimento sustentável. Para entender essa trajetória, utilizou-se a *Path Dependence* de acordo com a Figura 18 para compreender as condições antecedentes, os momentos críticos, as sequências auto-reforçantes e as sequências reativas.

A história da prainha do canto verde é uma referência de luta onde a maioria dos moradores são pescadores e sobrevivem, principalmente, da pesca. A escolha do Turismo Comunitário a ser realizado nesta comunidade foi uma estratégia da mesma para manter a identidade cultural e os recursos naturais preservados em face do turismo de massa desenvolvido, principalmente, no litoral leste do Estado do Ceará que degradou áreas ambientais e descaracterizou os valores culturais e, também, gerou o deslocamento dos nativos devido a especulação imobiliária. O Turismo Comunitário é uma segunda fonte de renda para os moradores e se alinha ao objetivo dessa comunidade de crescer de forma sustentável.

É verificada a trajetória da comunidade da prainha do canto verde é caracterizada, principalmente pela luta de resistência da não especulação imobiliária e pelo conflito que existe na prainha do canto verde em ser uma reserva extrativista que abrange a área marítima e terrestre.

Figura 18: Trajetória da Prainha do Canto Verde de acordo com a técnica da *Path Dependence*



Fonte: Elaboração Própria

5.4. Turismo Sustentável

Para desenvolver um turismo sustentável na prainha do canto verde é fundamental considerar alguns aspectos importantes um deles é definir estratégias para inserir cada vez mais os nativos a aderirem o turismo comunitário e as atividades turísticas geradas por esse tipo de turismo.

Outro aspecto importante é a forma como os empreendimentos turísticos podem se desenvolver de forma sustentável e de que maneira podem oferecer serviços de qualidade, principalmente, na área da hospedagem, restaurante, barraca de praia. Para desenvolver esses empreendimentos é importante ter um investimento na capacitação dos nativos para poderem atenderem ao perfil do turista que realiza o turismo comunitário, principalmente ter o domínio de uma outra língua, pois tem se registrado a presença de turistas internacionais na prainha do canto verde.

É fundamental que os nativos que são proprietários de empreendimentos comunitários tenham uma orientação e uma conscientização ambiental sobre os impactos dos equipamentos e serviços utilizados em seus empreendimentos ao meio ambiente dentre eles: evitar o desperdício da água e a forma correta da separação e destinação do lixo produzido quando tem um fluxo turístico nos empreendimentos comunitários.

Outro aspecto fundamental para o turismo sustentável é a preocupação com a equidade social. É importante que os nativos tenham a mesma oportunidade de poder ter uma estrutura física que possam receber um turista. Ressaltando, que a atividade turística seja um complemento da atividade tradicional realizada pela comunidade. Esse aspecto é verificado nas ações dos principais *stakeholders* da prainha do canto verde.

Um aspecto, também, importante para o turismo sustentável na prainha do canto verde são os cuidados que a comunidade tem em relação à preservação da natureza no sentido de garantir qual o limite da capacidade de suporte que a prainha do canto verde tem para receber um fluxo turístico sem degradar os recursos naturais. Como, também, identificar atividades turísticas e ações que estimulem a conservação do meio ambiente como o guiamento ecológico e a inserção de placas educativas ressaltando a preservação dos atrativos naturais.

O turismo sustentável está relacionado aos possíveis impactos gerados pela atividade turística, pois quando não existe um planejamento turístico direcionado para minimizar os efeitos dessa atividade pode causar na comunidade uma degradação ambiental. Na prainha do canto verde é essencial ter um cuidado maior com a acessibilidade dos atrativos naturais, pois

com um fluxo significativo de turistas poderá gerar uma degradação nos recursos naturais gerado com a excessiva utilização de *buggys*, principalmente nas dunas.

Para o turismo sustentável em uma localidade é imprescindível, também, que haja a manutenção dos valores culturais e a conscientização dos nativos por meio de um trabalho de reconhecimento da sua identidade cultural. Como, também, um trabalho de sensibilização com os turistas para tornarem sensíveis e interessados no patrimônio cultural e natural. Na prainha do canto verde tem essa mobilização na comunidade para a preservação da cultura local, principalmente, iniciando na escola com os jovens para manter essa identidade cultural.

A atração da prainha do canto verde é a tranquilidade, a praia preservada. Outra característica que diferencia a prainha é que não possui nudismo, não tem grandes hotéis ou resorts, não tem um grande fluxo de turista como o turismo desenvolvido em Canoa Quebrada, Morro Branco ou a Praia das Fontes.

A Prainha do Canto Verde já é conhecida internacionalmente como uma comunidade de grande organização. Uma das estratégias em relação a sustentabilidade local está relacionada questão da preservação do território e a luta contra a especulação imobiliária e isso vai garantir que as pessoas da comunidade trabalhem com o turismo comunitário de forma sustentável.

O turismo comunitário faz inclusão da comunidade nas atividades turísticas. A comunidade administra seus empreendimentos, valoriza a cultura local, realiza as parcerias com as empresas de turismo, faz a divulgação dos seus produtos turísticos, gerando um turismo sustentável na comunidade que adota este tipo de turismo. Essas características do turismo comunitário fortalece o turismo sustentável na localidade. Enquanto, o turismo de massa desenvolvido em outras localidades não tem essa preocupação de preservar os atrativos naturais e a manutenção da identidade cultural de um lugar. Como destaca o Quadro ? as características do turismo de massa e o turismo comunitário:

Quadro 06: As Diferenças entre o Turismo de Massa e o Turismo Comunitário

ASPECTOS	TURISMO DE MASSA	TURISMO COMUNITÁRIO
Estrutural	Desenvolvimento rápido e descontrolado.	Desenvolvimento lento e controlado.
Comportamental	Turistas viajam em grandes grupos.	Turistas viajam em pequenos grupos.
Equipamentos Turísticos	Grandes construções de hotéis e resorts.	Construções comunitárias.
Gestão do Empreendimento	A gestão dos empreendimentos não é realizada pela comunidade local.	A gestão dos empreendimentos é realizada pela comunidade local.
Cultura Local	Aculturação das comunidades receptoras.	Preservação da identidade cultural na comunidade receptora.
Recursos Naturais	Degradação dos atrativos naturais.	Preservação dos atrativos naturais.

Fonte: Elaborado pelo autor

O turismo comunitário fortalece os princípios do desenvolvimento sustentável, uma das estratégias que pode ter um turismo sustentável na comunidade da prainha do canto verde é sensibilizar cada vez um maior número de nativos se inserirem nas atividades turísticas.

Na prainha do canto verde o Conselho de Turismo possui um grupo de gestão com o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) para atrair mais moradores da comunidade para o turismo comunitário que até hoje, ainda, não se inseriram e que pode ter algum tipo de prestação de serviços turístico como hospedagem, informante turístico, traslados, passeios nas trilhas. A inserção dos moradores da prainha do canto verde é um dos princípios do turismo sustentável e que gera o desenvolvimento local.

Na prainha do canto verde existe um conflito ideológico que poderá influir de forma negativa no desenvolvimento sustentável, principalmente, porque está relacionado às dimensões do territorial e social. É importante trabalhar essa questão da união da comunidade para desenvolver de forma sustentável o turismo comunitário.

A estratégia adotada pela comunidade de desenvolver o turismo comunitário, a participação dos *stakeholders* locais e o planejamento turístico, embora, precise ser melhor trabalhado conseguem manter o turismo sustentável na prainha do canto verde. A forma como a comunidade se organizou para manter a paisagem natural da preservada sem a presença de grandes resorts e a luta para o local se tornar uma reserva extrativista possibilita este tipo de turismo.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DO *FRAMEWORK* PROPOSTO

Os resultados da pesquisa serão analisados por meio do framework proposto a partir dos seguintes elementos: Planejamento Turístico, Política Pública, Participação dos *stakeholders*, Fortalecimento da Cultura Local, Equilíbrio Ambiental, Promoção do Bem-Estar Social e a Geração de Emprego e Renda.

6.1. Planejamento Turístico

O Planejamento Turístico em uma localidade é fundamental para o desenvolvimento de forma organizada e sustentável, garantindo a preservação ambiental, cultural e a inserção da comunidade neste processo.

Em 1990 a comunidade da prainha do canto verde começou a perceber que o tipo de turismo desenvolvido em outras praias como Canoa Quebrada, Praia das Fontes, Morro Branco não trazia benefícios para a comunidade. A partir desse aspecto gerou na comunidade local um olhar mais cuidadoso em relação ao tipo de turismo que gostariam de desenvolver na prainha. O Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) corrobora:

Nós já tinha um pouco de diferença em termos de organização referente a essas comunidades a gente acreditou que era possível aqui ser diferente. Então o que motivou a gente foi a gente querer o desenvolvimento da comunidade através do turismo de uma forma que nós fosse vamos dizer assim os donos do negócio o protagonismo do próprio turismo. Esse foi o motivo.

O Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV), ainda, aponta que é importante uma atenção maior para o projeto do turístico comunitário, principalmente, com os planos estratégicos adotados no local para fortalecer esse tipo de turismo.

O coordenador de turismo local da prainha do canto verde ressalta que no planejamento do turismo comunitário na prainha foi inicialmente realizada uma pesquisa de campo em praias onde era desenvolvido o turismo de massa como Canoa Quebrada, Praia das Fontes e Parajuru. A partir dessa pesquisa começou a comunidade a refletir que tipo de turismo poderia ser adotado na prainha, pois nas praias que desenvolviam o turismo de massa a comunidade na maioria das vezes não administrava o negócio. O coordenador de turismo da prainha do canto verde destaca:

Aí a gente percebeu que as pessoas daquelas comunidades não tinham participação dessa fatia. Então a gente começou a pensar numa proposta que a gente pudesse ter

retorno e que a gente trabalhasse de forma conjunta com a comunidade. Então por isso a gente lançou essa proposta de turismo comunitário que era uma ideia de trabalhar o turismo com as pessoas da comunidade.

Para que o projeto de turismo comunitário pudesse funcionar na prainha teriam que perceber quais eram os equipamentos disponíveis na prainha do canto verde para se trabalhar com o projeto de turismo comunitário. Como reforça o coordenador de turismo local:

O turismo comunitário pudesse funcionar na comunidade no momento que a gente começou a perceber que para se trabalhar um projeto comunitário a gente tinha algumas coisas que estavam na comunidade e que não eram usado. Então a gente começou a transformar esses equipamentos em infraestrutura para esse projeto de turismo. Por exemplo quem tinha uma casa com três, quatro quartos, mas não moravam mais os filhos, família não ocupava mais esse espaço. Então a partir daí nasceu a proposta de fazer quartos domiciliar para as pessoas. Então a partir daí começou essa ideia de usar os próprios equipamentos que a gente tinha.

O plano estratégico adotado na Prainha do Canto Verde está, também, direcionado a vida simples e tranquila da comunidade, com a preservação do meio ambiente, educação, a economia e a pesca. A luta pela preservação ambiental é um aspecto motivador entre as pessoas da comunidade para garantir esse tipo de turismo. O turismo de massa não atendia esses interesses da comunidade, pois existe uma forte especulação imobiliária. Como corrobora o Presidente da Associação dos Moradores da prainha do Canto Verde, o Representante da Educação e Empreendedora Local, respectivamente:

A gente tem o nosso plano estratégico podemos chamar assim de projeto ou planejamento existe no sentido de a gente ter muito claro que o nosso maior patrimônio pode destacar dois: um é a preservação do modo de vida e também da natureza. Eu entendi que a Prainha estar mais bonita do que era a 20 anos atrás. Isso é uma estratégia. Nós acha que nós mantendo a cultura, mantendo a preservação do meio ambiente vai ter sempre turista que vai se interessar nos visitar.

Na verdade é uma coisa que a gente via que podíamos explorar. E nós não explorávamos. E nós escolhemos o turismo comunitário porque era um modelo que se adequava a intenção, ao modo de vida da comunidade e também dava conta de inserir a comunidade. Nós não queríamos um turismo que fosse feito pelos os empresários.

Quando a gente começou com o turismo a gente começou a gente sentou e discutimos que tipo de turismo a gente queria para nossa comunidade. Assim a Prainha do Canto Verde como você sabe a gente quer só preservar com nativos.

Dentro do plano estratégico foram adotados esses fatores como estratégias fundamentais para desenvolver o turismo comunitário na prainha e respeitando a identidade cultural dos moradores da prainha que são essencialmente de pescadores .A pesquisa apontou,também, que uma das estratégias adotadas na prainha foi a garantia do território com o foco maior na questão da terra.

Ao planejar o turismo na comunidade é fundamental ter um cuidado maior com infraestrutura física adequada tanto para o morador da prainha do canto verde como para a

hospedagem do turista. Como relata o Presidente da Associação dos Moradores da prainha do Canto Verde (AMPV):

Nós também achamos que não tem sentido, discutimos muito nos anos 90, não tem sentido a gente pensar numa pousada ou mesmo num quarto domiciliar bem arrumado para o turista e você vê de lado morando em condições muito inferiores. A gente tem que nivelar que não tenha muita diferença de onde o turista vai ficar e onde você mora. Mas isso motivou a gente pensar quando a gente vai construir a casa já se pensa em todas as alternativas.

O plano estratégico na prainha tem como característica dar oportunidade aos moradores da comunidade de complementar sua renda com as atividades turísticas, mas, sobretudo em possibilitar o envolvimento da comunidade com a discussão do projeto de turismo comunitário, sendo um tipo de turismo que é sustentável com os moradores inseridos neste projeto e a preservação do meio ambiente.

A pesquisa revelou que em 1990 a comunidade já discutia assuntos relacionados a pequenos furtos, drogas (mesmo não existindo) e prostituição. Porém, nos dias atuais já se encontram esses problemas dentro da comunidade. Entretanto, o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) ressalta que esses problemas não foram causados pelo turismo, mas principalmente pela conjuntura que tá no entorno, principalmente pelo turismo de massa que é desenvolvido pelo litoral leste do Ceará como, por exemplo, em Morro Branco, Praia das Fontes e Canoa Quebrada.

Em 1998 foi realizado na Prainha do Canto Verde um seminário de planejamento com os membros da comunidade do turismo e outras comunidades que já estavam atuando em rede. Entretanto, essa rede ainda não existia em 1998. Esta rede inclui comunidades que atuam no segmento do turismo comunitário, este seminário foi o ponto de partida para a formação da Rede Tucum.

Na ocasião deste seminário estiveram presentes representantes de diversos segmentos, entre eles: a ONG Terra Mar, Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Prefeitura Municipal de Beberibe e o Sebrae. O objetivo desse encontro foi dar início ao planejamento na prainha e decidir qual o tipo de empreendimento que se queria implantar no local.

O Empreendedor Social revela que na proposta original em 1998 estava sendo discutida a organização de uma cooperativa na Prainha do Canto Verde. Nessa época, ocorreu a iniciativa de uma incubar esta cooperativa pela Universidade Federal do Ceará. Ocorreram diversas oficinas para capacitar os moradores que estariam envolvidos nas atividades do turismo na questão do associativismo, cooperativismo.

Contudo, foi elaborado o estatuto, o regimento interno, mas nunca foi formalizada a Cooperativa de Turismo e Artesanato - COOPECANTUR. Esta cooperativa começou a funcionar como o Conselho de Turismo, aplicando as ideias de cooperativismo e etc. O Empreendedor Social destaca o que ocorreu em 1998:

Eram um grupo de gestão e as decisões foram tomadas em assembléia. Era só uma vez ao ano. Só que aí a gente sentiu depois de dois anos que a gente precisava adaptar isso aqui porque era muita pouca participação dos membros do Conselho de Turismo da cooperativa daquela época.

De acordo com o Representante das Varzantes o planejamento na prainha do canto verde iniciou com um trabalho na comunidade incentivando os praiheiros a participar da cooperativa, onde tudo era dividido. Trabalhou-se com a juventude para fazer a caminhada com o visitante, trilhas. Foi trabalhado, também, a culinária com as esposas da comunidade. O tipo de turista que vem para a prainha gosta de conhecer o trabalho da comunidade, ter um pouco de ar puro, um pouco de natureza. Portanto, ocorreu um planejamento na comunidade para se adequar as necessidades dos turistas e para capacitar o povo para receber as pessoas.

Outro aspecto fundamental a ser analisado nessa época foi a dificuldade da compreensão do associativismo ressaltado pelo Empreendedor Social pelas pessoas da comunidade que participavam da cooperativa, a questão de compreender que uma parte da receita gerada pelos empreendimentos envolvidos nas atividades turísticas como hospedagem, barracas de praia teriam que retornar para o Conselho de Turismo para suprir gastos para fomentar o turismo na prainha do canto verde.

O Empreendedor Social menciona, ainda, que o Conselho de turismo funcione como uma coordenação entre os prestadores de serviços etc. Portanto, tem gastos como material promocional, telefone e gastos com viagens. O Coordenador do Turismo local da prainha recebe esse pagamento, sendo responsável para fazer esses serviços, receber reservas, fazer propostas de pacotes.

O entrevistado revela que em 1998 se cobrava 10% de comissão de todos os que prestavam serviços turísticos. Entretanto não era mais viável esta cobrança porque os turistas chegavam e iam diretamente para as pousadas, não passavam pela cooperativa onde o coordenador de turismo local era o responsável para receber e direcionar estes turistas. Em consequência desse fator foi instituído o sistema de concessão.

Nesse sistema de concessão a pousada pagava de acordo com o número de quartos e em hotelaria o termo técnico se refere as unidades habitacionais. O valor para cada unidade

habitacional seria R\$10,00. Esse valor o empreendedor hoteleiro pagava por mês para a cooperativa, esse valor é chamada de taxa social. Entretanto, este tipo de concessão não possibilitou identificar o número de turistas hospedados por cada empreendimento de hospedagem e a renda gerada por este tipo de empreendimento.

O empreendedor social explica, ainda, que os outros moradores que prestavam serviços turísticos como traslados, também, teriam que repassar para a cooperativa os 10% do serviço turístico realizado. O Entrevistado destaca:

se o Lindomar faz um traslado para o aeroporto de 150,00 então fica 15,00 para a cooperativa.

Outro aspecto importante verificado na pesquisa que os empreendimentos hoteleiros na prainha do canto verde, ainda, não possuem cadastro nos órgãos oficiais do turismo como na Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Ceará (ABIH-CE) e na Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo do Ceará. É necessário, também, o cadastro para os empreendimentos de alimentação da prainha como as barracas de praia, restaurantes, pizzaria, pastelaria estarem cadastradas na Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Ceará (ABRASEL CE). O Empreendedor Social destaca:

As pousadas trabalham na informalidade.

Uma grande dificuldade que se verifica na prainha é que alguns moradores não estão inseridos neste projeto de turismo comunitário e não tem como definido este tipo de turismo como ideal para a comunidade. O Presidente da Associação dos Moradores da prainha do Canto Verde (AMPV) aponta que um dos motivos é a influência do turismo de massa que é desenvolvido em algumas praias do litoral leste como Canoa Quebrada. Como afirma:

A grande dificuldade é que a gente não tem conseguido de acordo com a necessidade de ter como base na cabeça da maioria dos moradores e de alguns que também já estão no ramo do turismo desse projeto algumas pessoas como eu e um grupo tem isso muito definido mas tem muitos nativos que não tem isso muito claro na cabeça dele isso dificulta.

A pesquisa apontou outra dificuldade os moradores não conseguem entender que um dos objetivos do projeto de turismo comunitário é a comunidade administrar seus empreendimentos, gerando trabalho e renda para sua família.

É importante que haja uma sensibilização para esses moradores que não conseguem entender os objetivos do turismo comunitário que vem sendo desenvolvido na prainha do

canto verde e para a necessidade da preservação do patrimônio cultural e natural. Como ressalta o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV):

uma das vantagens eu posso colocar a gente tem um patrimônio ou um produto, um patrimônio no geral e um produto para oferecer ao turista que cada vez estar ficando escasso no litoral do ceará e que com isso nós vamos ter, estamos tendo e vamos ter a oportunidade de a gente ter o turismo sempre como uma renda complementar de uma forma equilibrada que os benefícios sejam aí maiores que os riscos e os prejuízos para manter isso.

A pesquisa revelou que um dos maiores benefícios do turismo comunitário para a prainha é proporcionar um crescimento da atividade do turismo de forma controlada preservando as características culturais da comunidade.

O turismo comunitário é uma estratégia importante para o planejamento da prainha do canto verde como forma de garantir a não especulação imobiliária. A prainha sendo uma reserva foi uma importante estratégia para conter esta especulação imobiliária tão disseminada no litoral leste do Estado do Ceará.

Para o Representante das Vazantes pelo Conselho de Turismo existe uma luta para manter a preservação do meio ambiente, a posse da terra. Portanto o turismo comunitário é o tipo de turismo que se adequa a essa luta da comunidade. O entrevistado corrobora:

A luta para manter isso aqui ser preservado a gente sabe muito bem se a gente deixar o turismo convencional entrar já era. Então a gente teve que optar para não ficar fora a gente optou pelo turismo comunitário. Por essa razão a saída seria o turismo comunitário. Nessa linha que a gente caminha pode alguém crescer, mas é devagar.

O planejamento turístico na prainha em relação a Copa de Mundo de 2014 ainda não ocorreu discussões entre a comunidade para se organizaram para receber essa demanda. Conforme afirma o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV):

A gente pensando até que tá, mas discutindo esse pensamento no coletivo a gente não tá discutindo, mas é uma demanda que tá aí até o final do ano a gente tem que encarar sério porque de uma forma ou de outra.

A Prainha do Canto Verde estar em uma área de abrangência estratégica da Copa, pois em seu entorno tem as praias de Beberibe e Canoa Quebrada. Existem investimentos pontuais no litoral leste em relação à infraestrutura, principalmente o aeroporto em Aracati que vai ter uma influência Copa e pós Copa, facilitando o deslocamento de uma demanda tanto nacional quanto internacional.

É importante que na prainha se planeje turisticamente para esse aumento da demanda. Como corrobora, ainda, o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde:

a gente tem que se preparar e vê isso como uma oportunidade, mas com muito pé no chão porque isso vai ser incentivo a gente querer em algum momento acelerar algumas coisas que talvez não seja bom acelerar na comunidade, mas é um tema que não sendo discutido ainda, mas já tá em vista que a gente tem que discutir urgentemente. sobre a demanda que virá para a Copa do Mundo de 2014 e que poderá querer vir para a Prainha.

O Representante das Varzantes no Conselho de Turismo alerta que na prainha terá que se estruturar com uma condição mínima para receber a demanda proveniente da Copa de 2014. Este entrevistado afirma:

Porque não adianta querer ultrapassar os limites da gente porque termina não dando certo. Eu acho que daqui para lá a gente vai ter que pensar nisso para tentar pelo menos se enquadrar numa mínima condição para que alguém por acaso precise não se decepcione. Fortaleza vai ser sede da Copa. É muito perto quem sabe até algumas pessoas queiram ficar aqui. Mas uma coisa eu tenho certeza a gente não vai poder muita coisa aqui não. Você que nas grandes cidades, grandes capitais estão com dificuldades. Imagine nós. Eu acho que a gente ainda vai fazer alguma coisa. Porque não vamos ficar desprevenidos.

O Planejamento Turístico na Prainha do Canto Verde tem sido realizado de quatro em quatro anos. Entretanto, o coordenador de turismo local ressalta que em 2012 estar com a proposta de ser realizado de dois em dois anos devido ao desenvolvimento do turismo e, também, decidir quais serão as estratégias de captação de recurso, qualificação para a comunidade.

A estratégia que vem sendo adotada na prainha para a captação de recursos é o planejamento do local e a capacitação para os cooperados. Na prainha do canto verde já existe uma discussão sobre novos empreendimentos turísticos. Esta discussão estar relacionada ao pensamento da comunidade em considerar que a prainha não possui uma infraestrutura suficiente que atenda uma demanda turística significativa. No entanto, a infraestrutura que existe atualmente atende a uma demanda que realiza o turismo comunitário, pois em datas comemorativas os empreendimentos hoteleiros ficam com 100% da sua capacidade de leitos preenchidas.

A pesquisa revela que o Plano Estratégico adotado na prainha, encontra-se um pouco defasado, pois não está mais com tanta força como foi no início. Esse plano estratégico com as suas finalidades, com suas metas isso foi muito forte e conseguiu ser forte por um bom tempo. Só que ao longo dos anos de 1996 para os dias atuais foram aparecendo algumas

dificuldades foram se incluindo outras pessoas que não do grupo inicial que discutia a proposta, diferente que começou e plantou essa semente do turismo comunitário aqui.

A pesquisa aponta que o modelo de turismo comunitário permanece, ainda, na comunidade mesmo com essas resistências de alguns moradores. A principal característica do turismo comunitário é feito pela comunidade, é gerido pela comunidade. Mas enquanto organização/grupo sólido o plano estratégico perdeu força.

Mas essas pessoas que se inseriam nessa mesma ideia de turismo comunitário não queriam participar. Aí foram criando alguns conflitos e algumas resistências. Como corrobora o representante da educação:

Você sabe que em todo grupo tem aquelas que compreendem e aquelas que vão puxadas pelos benefícios ou mesmo pelo conselho de outro. E isso enfraqueceu o turismo, enquanto grupo/organização.

O grupo de turismo na prainha não é só das pousadas tem diversos grupos pequenos de prestação de serviços, as merendeiras, grupos de guias, tem barraqueiros. Mesmo se dissolvendo ao longo dos anos.

Esse plano do ponto de vista estratégico possui objetivos em organizar as pessoas, fortalecer a comunidade. Entretanto, não se percebe que esse planejamento tenha tanta força. Como corrobora o representante da educação:

Acho que ele existe mas não tem mais força. Tanto é que a gente sente uma dificuldade do grupo de sentar para discutir. O grupo de turismo que estar com esse projeto, apesar de não estar tão sólido, mas eu quero dizer que é um grupo bem pequeno. O que eu quero dizer de sólido é isso que ele é pequeno, não é que ele não exista.

A pesquisa revelou que uma das dificuldades é principalmente o fato das pessoas não quererem contribuir para o crescimento e a melhoria da organização desse modelo de turismo. A nível de comunidade, se cada qual faz do seu jeito e cada qual faz independente pode ser que algumas coisas dê certo, mas tem coisas que só dá certo se fizer junto. Como destaca o representante da educação:

O marketing, por exemplo, tem pessoas na comunidade que não participa. Mas quando a associação divulga o turismo comunitário, ele divulga o turismo comunitário da prainha. Não é do que são associados é de um todo. Era isso que todo o mundo podia entender e contribuir porque isso demanda esforço de algumas pessoas que faz para todo mundo. Mas na hora de contribuir as pessoas se recusam e isso é uma das dificuldades.

A pesquisa revelou que a maioria das pessoas que vem para o Ceará vem conhecer o litoral Leste e realizam o turismo de massa. Já, o Turismo Comunitário que é realizado na prainha do canto verde não é divulgado.

Outra dificuldade em se planejar na prainha é o fato de algumas pessoas ainda achar que o turismo comunitário não é o mais adequado para a Prainha do Canto Verde. Na comunidade tem pessoas que preferem o turismo de massa, de grandes hotéis e “resorts” pois é o que gera retorno financeiro mais rápido. Essa dificuldade gera algumas resistências entre os moradores e, também, uma certa desorganização relacionada à resistência.

Em 2009 foi criada na Prainha do Canto Verde uma outra associação composta por moradores que não compartilham das mesmas ideias que a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV). A Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) foi criada devido a essas resistências existentes na comunidade e, principalmente, da prainha se tornar uma reserva.

A Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) tem uma proposta que abrange não só a prainha do canto verde como também as comunidades vizinhas. Como afirma o Presidente desta associação:

A preocupação não é só a prainha mas o município inteiro. Não me preocupo só com a prainha. Se eu tenho um projeto na prainha e estar dando certo, mas comunidade vizinha que eu conheço não estar dando certo. A nossa experiência de associação é levar para as outras comunidades. Como a gente estar tendo parceria com Jardins, Lagoa de dentro, Córrego do Jé Tomé. Nós já estamos nessas comunidades fazendo um trabalho de organização.

A proposta desta associação, também, é buscar benefícios para os associados, principalmente, gerar uma demanda turística para os equipamentos turísticos não só no fim de semana como também durante a semana. Como destaca o Presidente desta associação:

funcionar durante a semana, trazendo universidades, amigos, grupos para no decorrer da semana conhecer, fazer uma trilha. Que durante a semana tenha uma ocupação turística dentro da comunidade. É muito mais importante do que no decorrer do final de semana. O final de semana já é garantido.

A preocupação dessa associação em relação à Copa do Mundo está direcionada a infraestrutura turística e também com a qualificação profissional dos moradores para atender aos turistas. Como corrobora, ainda, o Presidente desta associação:

nossa preocupação em relação a essa demanda que vai vir pela Copa é que a Prainha não tem infraestrutura. A gente também não tem uma qualificação garantida para atender esse tipo de turista. A nossa preocupação é a qualificação das barracas, a qualidade dos preços. A capacidade de leitos em geral a prainha pode receber até 100. Não adianta ter leitos se não tem demanda. Hoje a pousada não depende da associação A ou B já tem seu próprio público.

Em relação ao turismo comunitário esta associação tem uma preocupação maior estar direcionada a resistência da pesca. Apesar dos diversos trabalhos desenvolvidos por essa

associação que abrange desde o turismo, a educação e a saúde. Como ressalta o Presidente da AIMPV:

É impressionante dizer isso: Se disser que a pesca acabou a comunidade se acaba. O turismo é bom, só que é um complemento. O que estou mais preocupado que o setor pesca estar jogado. A única coisa aqui na comunidade que está garantindo a pesca e o litoral do Ceará é o seguro desemprego.

A pesquisa revelou que o conflito que existe na prainha do canto verde independe da comunidade, pois no dia a dia todos os praiheiros tem uma boa relação interpessoal entre si. O que se observa na prainha é um conflito ideológico.

Para ter um planejamento turístico sustentável na prainha é importante, também, políticas públicas direcionadas ao turismo comunitário para desenvolver a prainha de forma sustentável. O Planejamento turístico na prainha do canto verde encontra-se, ainda, incipiente, no entanto existem ações isoladas como a mudança do local para uma reserva extrativista como forma de garantir a preservação natural.

6.2. Políticas Públicas

O Brasil, por meio do Ministério do Turismo (2010), desenvolve o turismo comunitário por meio de macroprogramas, entre eles: promoção do turismo como fator de inclusão social, geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística; apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões; fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos; promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos.

A Rede Tucum é um projeto turismo comunitário situado no Estado do Ceará direcionado para promover a relação entre sociedade, cultura e natureza com a finalidade de alcançar a sustentabilidade sócio-ambiental. É formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense. Esta rede abrange dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais e dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza. Possui duas ONG's o Instituto Terramar (Brasil) e a Associação Tremembé (Itália) que atuam na Rede Tucum dando apoio institucional.

A Rede Tucum possui dois objetivos fundamentais para desenvolver o turismo comunitário, principalmente no Ceará: promover formas de oferta turística locais para garantir

às populações tradicionais a permanência em seu território (há décadas existe um acentuado processo de expulsão das populações costeiras) e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura e oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de conhecerem estas localidades fascinantes e as populações que nelas vivem.

No Estado do Ceará a Rede Tucum atua nas seguintes comunidades: Jenipapo Canindé, Batoque, Ponta Grossa, Tremembé, Curral Velho, Centro de Formação e Pesquisa Frei Humberto, Associação Mulheres em Movimento, Tapeba, Flecheiras, Assentamento Coqueirinho, Tatajuba, Caetanos de Cima e a Prainha do Canto Verde.

A pesquisa apontou que na Prainha do Canto Verde existe uma deficiência de apoio em relação ao poder público em relação a assistência técnica e recursos. O empreendedor social afirma:

As dificuldades são do apoio do governo municipal, que não tem dinheiro não tem muitos técnicos capacitados para isso, a falta de apoio do governo do Estado, que não tem reconhecido o potencial realmente do turismo comunitário, e aí a falta de infraestrutura.

A Secretaria de Turismo de Beberibe possui estratégias que estão direcionadas a desenvolver o turismo de massa e a qualificação com projeto jovem guia e, também, a qualificação das pessoas que trabalham nas barracas de praia, eventos. A Coordenadora de Turismo do município de Beberibe destacou que os investimentos que estão sendo desenvolvido no município são recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR que foram destinados para as praias do Morro Branco e a Praia das Fontes. Os projetos enviados para o PRODETUR abrangem a revitalização das praias, saneamento das praias, a melhoria do estacionamento das Praias do Morro Branco.

A pesquisa revelou que estes investimentos para o município de Beberibe estão sendo realizados devido ao aumento da demanda turística e, principalmente, este município será sub-sede da Copa do Mundo. Como ressalta a Coordenadora de Turismo e Secretário do Meio Ambiente de Beberibe, respectivamente:

Estão vindos muitos turistas, muitos ônibus e estar ficando inviável. Asfaltar a estrada que liga a praia do Morro Branco a praia das fontes. Esses são os projetos mais certos de virem.

Estar previsto ser Beberibe uma sub-sede da Copa do Mundo. Tudo indica que vamos receber uma equipe internacional. Vai ter uma série de investimentos. Inclusive as praias do Morro Branco e a Praia das Fontes foram escolhidas pelo Banco Mundial como destino turístico internacional e já estão vindo para Beberibe por conta desses projetos.

A pesquisa revelou a necessidade de apoio maior pela prefeitura de Beberibe, principalmente, em relação a orientar os proprietários de empreendimentos turísticos de legalizar seus equipamentos nos órgãos oficiais de Turismo como a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira –ABIH.

Durante a pesquisa, também, foi observado que a Secretaria de Turismo de Beberibe não possui nenhum plano estratégico ou investimentos para desenvolver o turismo comunitário. Como destaca a Coordenadora de Turismo de Beberibe:

A gente não tem um plano estratégico só para o turismo comunitário. A gente dá o apoio que eles precisam. Como eventos, torneio de jangadas. Todo o suporte a Prefeitura dá. Não há nenhum trabalho desenvolvido com a prainha do canto verde junto com a secretaria. Apenas damos o apoio.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Beberibe- EMATERCE apoia o turismo comunitário com a finalidade de aproveitar os recursos naturais produzidos pelos produtores rurais. Como corrobora a Assessora de Turismo da EMATERCE:

É levar o turismo, as pessoas que querem conhecer e ter uma gastronomia diferenciada, tudo mais natural. Foi oportunizar as pessoas do campo. A trabalharem com o turismo. Não somente com a agricultura. De gerar mais um tipo de renda.

A EMATERCE de Beberibe está trabalhando com o turismo comunitário desde 2009. O objetivo é desenvolver o turismo sustentável para que possa gerar emprego e renda para as futuras gerações. A EMATERCE apoia o turismo comunitário de Beberibe, Cascavel e de Camocim.

A pesquisa apontou que a EMATERCE possui uma dificuldade em desenvolver nas comunidades do litoral leste esse tipo de turismo, pois a política de turismo comunitário é muito incipiente e é difícil de ser trabalhada porque não tem recursos e as pessoas das comunidades estarem ligadas na área da agricultura.

Pela dificuldade de recursos a EMATERCE atua, principalmente, nas capacitações, levantamentos de dados e verifica as dificuldades da comunidade. O Pescador e o agricultor são o público que a EMATERCE direciona desenvolver o turismo comunitário. Como corrobora a Assessora de Turismo da EMATERCE:

Como nós não temos verba para ajudar na questão da infraestrutura. A gente já fez capacitações, levantamentos de dados, quais as dificuldades da comunidade. A gente pensa em conseguir cursos para esse ano de 2012 para o aperfeiçoamento do artesanato, da gastronomia, buscando parcerias com o SEBRAE e órgãos.

A pesquisa revelou que as políticas públicas adotadas para o município de Beberibe não estão priorizando o turismo sustentável. O turismo desenvolvido em Beberibe é, principalmente, o turismo de massa. Como ressalta a Assessora de Turismo da EMATERCE:

Só que acho que Beberibe não estar muito nessa de turismo sustentável. A gente sabe que gera impactos os investimentos estrangeiros. As praias de Morro Branco e das Fontes é o point hoje elas tem ainda o que mostrar. Mas, se você tivesse vindo a Morro Branco anos atrás o labirinto só passava uma pessoa. E, hoje passa um carro.

A comunidade da Prainha do Canto Verde estiveram na luta para a preservação do meio ambiente natural e o patrimônio cultural. Dentre as iniciativas foi a conquista dos moradores da prainha do canto verde de conseguir que o local se tornasse em uma reserva, sendo uma estratégia para garantir o território e essa preservação natural do local.

Em 2009, o governador do Ceará Cid Ferreira Gomes deu seu parecer favorável para a implantação da Reserva Extrativista nos seus limites de terra e mar. A Prainha do Canto Verde foi decretada reserva em 05 de junho de 2009 pelo Presidente.

Este aspecto é corroborado pelo Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV):

A reserva ela vem simplesmente consolidar o nosso projeto de preservação e de manter a cultura, o nosso modo de vida. Eu acho que a reserva vem dar essa garantia, esse instrumento que vai nos ajudar a garantir. A gente sempre achou que as regras de uso da prainha poderia se tornar pelo menos uma lei municipal, não pensava em estadual e de repente estava federal. **José Alberto Ribeiro**

A pesquisa revelou que a criação da reserva pode gerar mais benefícios tanto econômico no sentido de dar oportunidade para as pessoas conseguirem benefícios como melhorar sua casa. E a assistência técnica por meio de cursos para melhorar a qualidade dos serviços e a qualificação profissional para a comunidade.

O Conselho de Turismo e a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) busca políticas públicas para gerar benefícios para a população local. O Conselho e a Associação tem o cuidado de não se envolver em questões políticas. Conforme ressalta o Coordenador de Turismo Local:

A gente tenta buscar da melhor maneira possível sem entrar nessa questão política partidária. A gente tenta uma política pública que pode beneficiar a comunidade.

O coordenador de Turismo Local, ainda, destaca que há uma deficiência em uma parceria com o Governo, pois não há um incentivo maior para desenvolver o turismo comunitário. Enquanto, o turismo de massa possui investimentos importantes como a duplicação da CE-040, a construção do aeroporto de Aracati, para fortalecer este tipo de turismo no Ceará.

A pesquisa na prainha revelou que o Governo do Estado do Ceará reconhece que o Turismo Comunitário é um tipo de turismo que não dá resultados positivos aos cofres públicos. Entretanto, o Conselho de Turismo e a Associação dos Moradores da Prainha do

Canto Verde (AMPV) tem buscado estratégias de captação de políticas públicas para a comunidade. O Conselho de Turismo e a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) tem realizado projetos na comunidade como a construção escola por mutirão.

Durante a pesquisa foi observado que apesar da prainha se transformar em reserva, sendo uma estratégia para manter o território preservado pelos impactos gerados pelo turismo de massa, o conflito existente no local pode ser um risco para manter a sustentabilidade do território e o desenvolvimento do turismo comunitário.

O que se verifica na prainha do canto verde mediante este conflito é um momento atípico que a comunidade está enfrentando, pois a luta dos moradores foi sempre pela preservação do território. Como ressalta o Gerente da reserva:

O que está acontecendo é fora da normalidade a prainha sempre foi um local que sempre defendeu a terra para eles próprios em detrimento das pessoas de fora que querem chegar e se apoderar daquela área. Tem isso incutido em todos eles. A prainha é dos praiheiros. A Prainha é nossa são dos nossos filhos.

A pesquisa revelou que os moradores da prainha do canto verde se sentem excluídos da política de turismo do município de Beberibe. Como corrobora o Gerente da reserva:

Você vai na secretaria de turismo de Beberibe e pega qualquer documento lá que divulga o turismo de Beberibe essa unidade de conservação não é contemplada. A imagem que as pessoas de Beberibe tem da prainha é que é um povo briguento, de um povo valente, de um povo fechado.

Durante a pesquisa o gerente da resex destaca, também, que é necessário uma reflexão na gestão do turismo que estar sendo desenvolvida na prainha, pois as decisões terão que se adaptar às necessidades da comunidade e que o ordenamento da área e as regras propostas na prainha possam ser legalizadas. Como destaca o entrevistado:

Mas tá em um momento enquanto gestor daquela área, analisando a situação de repensar a gestão do turismo. Porque tem que se adaptar ao querer coletivo e também o ordenamento e as regras para se tornar uma lei. Porque a reserva propicia a isso. Porque eles não tinham como tornar suas discussões, projetos em lei, mas a reserva propicia a isso.

É importante que as políticas públicas na prainha do canto verde estejam direcionadas ao turismo comunitário e que os participantes como as associações, gestores locais e municipais atuem na prainha como forma de garantir a sustentabilidade do local.

6.3. Participação dos *Stakeholders*

A Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) foi constituída com ajuda com apoio do Centro de defesa e promoção dos direitos humanos. Existia uma agressão do grileiro que estava se apossando das terras e isso motivou a comunidade a se organizasse para poder primeiro entrar na justiça contra o usucapião que o juiz de Beberibe tinha concedido ao grileiro e ao mesmo tempo começar a organizar a comunidade para o desenvolvimento.

O Turismo na prainha ocorreu de forma natural esse tema presente nas discussões na comunidade, com moradores com os diretores da associação. Surgiu na comunidade alguns questionamentos sobre que tipo de turismo ia ser desenvolvido na prainha como o Empreendedor Social relata:

Aí vem a pergunta e o Turismo? Como vai ser? A gente não quer o Turismo do Henrique Jorge que era a imobiliária. Então qual era o Turismo que a gente quer?

A partir de 1994 já em diferentes reuniões da comunidade foi debatido esse tema. E nessa época já estava começando a chegar um fluxo de pessoas oriundas das universidades, das ONG's que vinham trabalhar em diferentes projetos na comunidade. Esses foram os primeiros turistas da prainha do canto verde. O turismo evolui pela necessidade de hospedagem das pessoas que vinham. Foi por meio da iniciativa privada de moradores que para oferecer hospedagem começaram alugar os quartos de suas residências. E por isso que até hoje realmente a infraestrutura turística, a oferta turística continua sendo principalmente na iniciativa privada.

A qualificação profissional faz parte de um dos atributos do Conselho de Turismo. Teve o curso da UFC da incubadora, depois cursos com o Sebrae/Ce. Estes cursos realizados pelo Sebrae/Ce. Primeiro começou com cursos para vinte e cinco pessoas com carga horária 40 horas. No entanto, não ocorreu um aprendizado satisfatório.

A pesquisa apontou que depois da tentativa dos cursos pelo Sebrae/Ce optou-se por uma consultoria com a finalidade de avaliar os serviços oferecidos pelos empreendimentos turísticos. Reuniram os prestadores serviço de hospedagem e realizaram um levantamento dos problemas de cada estabelecimento, as deficiências. Depois, elaboraram uma proposta de trabalho para cada um dos empreendimentos, onde foram sugeridos as melhorias com pouco

recurso ou nenhum e como poderiam fazer com pequenos investimentos para melhorar a qualidade do serviço turístico.

O trabalho mais importante do Conselho de Turismo é manter essa linha e essa discussão porque esse grupo ele pode ao decorrer do tempo poderia se desviar para outros posicionamentos diferentes em relação ao tipo de turismo a ser desenvolvido na prainha

Existem na prainha grupos que estão monitorando a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV), a própria escola, alguns parceiros que ficam acompanhando de perto esse grupo. Esse grupo são todos que fazem parte do Conselho de Turismo que tem conseguido manter essa linha, embora que as pessoas que prestam esse serviço hoje nem todas são desse grupo. Mas o grupo que ainda está consolidado consegue manter a linha de discussão. Isso não deixa de ser um serviço e também a forma de vender a prainha lá fora. A prainha tem um site de divulgação a prainha com seus atrativos naturais, culturais e a oferta hoteleira.

A formação da Associação dos Moradores da Prainha (AMPV) foi fundada em 1989, entretanto a mesma passou dois anos discutindo essa formação da associação e o principal objetivo foi a comunidade ter uma pessoa jurídica que pudesse representar a comunidade em qualquer espaço que fosse necessário, principalmente em defesa da terra ou em captar recurso para desenvolver alguns projetos.

Então a associação tem a finalidade de ajudar uma sociedade coletiva, sendo composta a associação pelos moradores da prainha do canto verde, mas nem todos os moradores se sentem parte ou são sócios da associação.

A pesquisa revela que a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) quando trabalha uma coisa específica direcionada aos sócios ocorre a convocação dos sócios e quando se trabalha em coisas na comunidade convoca a comunidade. Como corrobora o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde:

Vai trabalhar uma discussão sobre a moradia, educação, lixo, saúde convoca a comunidade. Quer trabalhar sobre a mudança de estatuto, fechar pacote se convoca os sócios porque eles que tem legitimidade. Estar chegando uns duzentos e sessenta sócios e a grande maioria deles são jovens. Porque a gente trabalha na questão da liberdade.

De cinco em cinco anos se faz um cadastramento dos sócios, onde os mesmos tem a liberdade se quer continuar a fazer parte da associação. A maioria dos sócios participa de forma ativa. Alguns destes sócios quando não estão presentes na assembleia, encontra-se nos

grupos temáticos discutindo, sendo uma forma de fortalecer os grupos temáticos de saúde, educação, pesca, turismo e juventude.

O Conselho de Turismo trabalha na organização do turismo. Este Conselho organiza: as pousadas, as pousadas comunitárias; os guias; as cozinheiras (culinária). O Conselho está responsável por essa organização.

O primeiro acontecimento histórico foi em 1993 com a viagem com a jangada SOS sobrevivência foi o primeiro para o pensamento de turismo porque a comunidade já defendia a questão da não especulação imobiliária. A visão da comunidade era que o turismo fosse feito e fosse organizado pelas as pessoas da comunidade. E se tivesse não poderia ter um projeto porque alguém ia chegar e manter um emprego muito grande. Então em 1993 com a jangada SOS já marca o começo da proposta do turismo e do Conselho de turismo.

A pesquisa na prainha aponta que o Conselho de Turismo nasceu a partir da Associação dos moradores que era a entidade que estava organizada em segmentos. Ela dividiu os segmentos na comunidade como saúde, educação, pesca. O turismo era uma ideia, uma proposta originou-se como o Conselho. Em 1996 ele apareceu depois que todos os segmentos já estavam mais organizados, mais planejados. As pessoas já vinham procurando o turismo na comunidade. O coordenador de turismo local destaca como surgiu o conselho:

Como fazer esse Conselho? Essa proposta funcionar? Foi quando a gente decidiu criar um seminário para poder oficializar isso. Sair uma proposta. Então daí nasceu essa ideia de se pensar o turismo comunitário.

Discutido pela comunidade com algumas ideias sobre o tipo de turismo. Recorreu-se as Universidades, parceiros, Instituições do poder público para poder ajudar nessa tomada de decisão. Ocorreu um seminário na prainha para discutir uma proposta e ter a decisão de fazer o Turismo Comunitário.

O Conselho aparece nesse cenário como se fosse uma instituição, mas na verdade ele é um setor, uma junção formado, por todas as pessoas que participam dele, como membros, sócios. Mas, ele só garante que cada um nativo, morador, tenha seu espaço para construir seu empreendimento turístico ou sua casa de morada. Ele não tem uma perspectiva de como Conselho de ficar com a terra ou etc. A terra na verdade não é do Conselho. As terras são das pessoas que participam do Conselho.

A pesquisa apontou que o Conselho tem sempre colocado que a comunidade tradicionalmente de pescador. O turismo na prainha do canto verde é a principal atividade na comunidade e uma atividade complementar. A comunidade realmente é inata de pescadores. Essa realidade é ressaltada pelo coordenador de turismo:

Tem algumas famílias que melhoraram sua qualidade de vida porque hoje tem um empreendimento. Tem algum segmento novo na pesca, o turismo é a segunda renda. E isso vai passando para as pessoas que estão aqui na comunidade, os jovens a possibilidade deles trabalharem alguma coisa.

Existe parceria do Conselho de turismo com outras comunidades que desenvolvem o turismo comunitário. As doze comunidades que fazem parte da Rede Tucum são parceiras e existe um intercâmbio de experiências entre as comunidades.

A pesquisa revela que o turismo comunitário desfaz alguns preconceitos como que só realiza este tipo de turismo que é oriundo da formação acadêmica. O coordenador de turismo local destaca:

apesar da gente saber que muitas pessoas dizem que o turismo é uma coisa para ser trabalho por pessoas quem vem da Universidade, que tiveram formação e etc. O turismo comunitário quebra esse tabu. A gente se capacitando, a gente se organizando a gente pode fazer um turismo que é diferente, que é diferenciado. A gente pegou uma série de junções que as pessoas batem com a cabeça como é fazer turismo comunitário dentro de assentamento de reforma agrária? A gente tem assentamento do coqueirinho aqui no Fortim. Eles se organizaram criaram pousada, restaurante comunitário, trilha ecológica.

O Conselho de Turismo da prainha é como se fosse uma pequena agência de negócios, só que negócios comunitários. Ninguém é dono, ou seja, ninguém é dono do Conselho. O Conselho é apenas uma Instituição que oferece os serviços e repassa para as pessoas e faz uma captação do que ele vende para poder repassar para as pessoas que ofereceram os serviços. Então em esse elo que as pessoas podem estar se autoajudando entre um e outro.

A pesquisa aponta que o Conselho de Turismo tem alguns segmentos importantes como: grupo dos restaurantes, grupo das pousadas, grupo dos passeios, grupo das merendeiras, grupo das cozinheiras. Esses segmentos são fundamentais para o funcionamento deste Conselho porque estes segmentos são formados pelos prestadores de serviços que fazem esse Conselho funcionar.

O Conselho de Turismo tem uma atuação importante para orientar, viabilizar cursos, divulgar, captar cursos, recursos para proporcionar o desenvolvimento dos empreendedores da prainha. Como destaca duas empreendedoras hoteleiras:

com certeza é muito bom porque quando a gente tem uma dificuldade a gente se senta se reuni a gente discute será isso mesmo que a gente quer como vamos resolver. A gente senta e planeja daqui a cinco anos a gente quer que cresça aqui na Prainha. A meta que a gente tem que cumprir. Isso ajuda muito o planejamento. Agora tem a rede de turismo comunitário a Rede Tucum que ajuda muito.

O Conselho de Turismo é organizar o turismo, organizar também a comunidade, organizar o grupos que chegam, dividir para cada pousada. Visitar, fazer reuniões.

A pesquisa, também, revela que alguns empreendedores turísticos não estão satisfeitos com a maneira da gestão do conselho de turismo.

A Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) foi criada em 2009. Esta associação atua na prainha do canto verde realizando diversos trabalhos para a comunidade. Dentre os trabalhos desenvolvidos por essa associação o primeiro está direcionado a saúde, com a aquisição da ambulância como benefício não só da prainha como de toda a adjacência. O segundo trabalho foi com as crianças especiais que existem na comunidade.

A pesquisa revelou que a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) está elaborando pacotes turísticos, incluindo hospedagem e os passeios de buggys para a realização das trilhas ecológicas. O Presidente desta associação estar se articulando com os proprietários hoteleiros para disponibilizar diárias durante a semana pelas redes sociais como forma de divulgar a prainha e atrair um fluxo turístico não só no fim de semana como durante a semana. Como destaca o Presidente Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV):

Já entrei em acordo com os donos das pousadas, vocês vão doar duas diárias hospedagens durante a semana. Todos já concordaram. A gente já vai trazer as pessoas para acessar as páginas da associação. Vamos ter um facebook®. Vamos fazer a divulgação nas redes sociais.

O gerente da reserva destaca que as associações são um instrumento de gestão das unidades de conservação. O plano de manejo, como o contrato concedido real de uso que é dado a associação, o programa dos agentes ambientais voluntários e o Conselho deliberativo são os principais instrumentos de gestão participativa na prainha do canto verde. O gerente da reserva da prainha do canto verde, também, destaca que foi criado em 2010 o Conselho Deliberativo da reserva, onde iniciou o funcionamento em 2011. O Conselho Deliberativo da resex realizou seis reuniões. A gestão do gerente da resex da prainha do canto verde iniciou novembro de 2009, 2010 e 2011, totalizando dois anos já na gestão daquela área.

É necessário que esses atores locais da prainha atuem de forma sustentável para manter a identidade cultural da prainha onde seus moradores são predominantemente de pescadores.

Abaixo segue o Quadro 07 que apresenta os principais Stakeholders da Prainha do Canto Verde:

Quadro 07: Principais Stakeholders da Prainha do Canto Verde

STAKEHOLDERS	PAPEL DOS STAKEHOLDERS	POSICIONAMENTO DOS STAKEHOLDERS SOBRE O TURISMO SUSTENTÁVEL	RELACIONAMENTO DOS STAKEHOLDERS
Empreendedor Social	Disseminar a importância do turismo comunitário para os pescadores desenvolverem o turismo sustentável.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva e Empreendimentos hoteleiros.
Conselho de Turismo	Orientar, viabilizar cursos, divulgar, captar cursos e recursos para promover o desenvolvimento dos empreendedores da prainha do canto verde.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva e Empreendimentos hoteleiros.
Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV)	Representar os moradores, principalmente, no desenvolvimento de projetos relacionados à saúde e turísticos.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Não possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva e Empreendimentos hoteleiros.
Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV)	Representar a comunidade, principalmente, em defesa da terra ou em captar recursos para desenvolver projetos.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva e Empreendimentos hoteleiros.
Gerente da Reserva da Prainha do Canto Verde	Responsável pela gestão da área da reserva da Prainha do Canto Verde.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva e Empreendimentos hoteleiros.
Empreendedores Hoteleiros	Gerir os seus empreendimentos, buscando apoio nos stakeholders locais.	Favorável ao desenvolvimento do turismo sustentável na Prainha do Canto Verde.	Possui relacionamento favorável com o Conselho de Turismo, AMPV, Gerente da Reserva.

Fonte: elaborado pelo autor

6.4. Fortalecimento da Cultura Local

A pesquisa na prainha do canto verde tem revelado que as tradições culturais tem se mantido preservadas com o desenvolvimento do turismo. O convívio do nativo com os turistas não alterou as tradições culturais do local. Como corrobora o Empreendedor social:

Lembro que 15 e 20 anos atrás quando chegava aqui era uma celebridade. Mas os nativos aqui nunca tiveram uma questão de reserva com as pessoas de fora. Mas eram muito curiosos para saber quem eram. Eram fáceis as pessoas se integrarem e conversar com o povo. Isso não criou um impacto. E a gente tem tido alguns problemas por exemplo não com o nosso turismo, mas com os piqueniques. Esse sim gera problemas sérios. Como brigas, roubo de coco para tomar cachaça, nudismo na praia, bandidos.

A pesquisa, também, revelou que o turista traz hábitos diferentes a vida simples e pacata da comunidade. No entanto, esse turista quer conhecer a cultura do local as tradições, a culinária, as histórias e as festas culturais. Como corrobora as empreendedoras hoteleiras:

Se o turista vem para minha casa e quer na casa da labirinteira conhecer como é feito o labirinto a gente leva lá.

o que mais gosto em receber as pessoas é a amizade, o conhecimento, a entrosação, mostrando minhas plantas, meu quintal. Acaba igual a família, muito íntimo. O contato me faz bem.

Problemas com os turistas não tem se verificado com os nativos devido a esse tipo de turista que realmente vem já consciente, se adapta à comunidade. O turismo comunitário incentiva a manter essas características culturais na prainha do canto verde como os Papangus, a festa do padroeiro e a festa junina. A pesquisa revelou que a festa junina retornou a ser realizada pela comunidade devido ao turismo.

Alguns eventos culturais foram motivados pelo turismo comunitário como a Regata Ecológica, e agora depois da reserva foi ampliada com o festival de velas e estar sendo realizada uma semana de evento no mês no final de novembro para começo de dezembro desde o início de 90.

A tradição cultural dos Papangus é realizada na semana santa. Os Papangus são alguns nativos que se vestem principalmente de traje de bananeiras, como se fosse um traje, colocam uma máscara bem horrível que sai por aí fazendo medo as crianças, correndo.

Isso é uma atração, principalmente para as crianças. Dentro dessa atração no final da noite todos os acontecimentos ou os principais acontecimentos, principalmente aqueles que as pessoas não gostam de se lembrar, alguns deles, em forma de verso é lido a noite que se chama de verso dos Judas. Isso é uma tradição que toda a comunidade se junta, com outras pessoas de fora estão aqui. Essa tradição cultural é realizada na semana da páscoa.

Outra festa tradicional na comunidade, ocorre em 29 de junho é a festa de São Pedro. Tem a feira de ciências que é realizada pela escola, mas é em parceria dentro do projeto regata, que é no mesmo período, durante a semana que está acontecendo o evento regata como um todo, paralelo na escola em si está acontecendo a feira de ciência que sempre escolhe temas semelhantes ao da regata e que também se torna durante aquela semana se torna uma atração.

Outra estratégia realizada pelo Conselho para fortalecer a cultura na prainha do canto verde foi a questão do próprio coral infantil da comunidade. Que também era uma forma de educar as crianças e a gente cantar músicas da terra também era uma forma de atração turística.

Tem o passeio de jangada, que é tradição em todas as praias turísticas. Mas uma das principais atrações na prainha tem sido manter esse modo de vida que o turista faz a trilha, o turista estar convivendo com os nativos. Isso é a estratégia que o Conselho de turismo prioriza no local. Isso reflete no perfil do turista que realiza o turismo comunitário. Como corrobora o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha (AMPV):

o turista chega aqui mais selecionado, ou seja, eu sempre digo quem quer som alto quem quer balada vai para Canoa Quebrada, Morro Branco, Cumbuco. Quem quer tranquilidade vem aqui para a Prainha. A gente aqui não quer muito baralho também estar dentro do nosso objetivo. Com isso a gente tem atraído alguns eventos do próprio movimento como também de algumas instituição que as vezes faz alguns eventos aqui que não deixa de ser uma renda principal dentro do nosso projeto.

Durante a pesquisa na prainha foi destacado que o fluxo de turista no início foi um pouco assustador para os nativos. Hoje os nativos consideram natural. Como o fluxo de turista é pequeno então não dá o impacto tão grande e a maioria deles já vem pela segunda vez e alguns deles já tem um laço com as famílias com a comunidade. Como corrobora, ainda, o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha (AMPV):

Exemplo bem concreto são esses momento réveillon, carnaval, semana santa, natal. Você vai ver não dar para dizer em números, mas posso até me arriscar em dizer que uns 80% das pessoas, já são pessoas que já são clientes de alguns anos, que interagem com as famílias, já conhecem. Talvez em alguns momentos a comunidade já sinta falta se eles não viessem. É um potencial do turismo de base comunitária essa relação do turista com o povo, já que é um turista que vem buscar a tranquilidade, conviver com a natureza.

A relação do nativo é considerada boa com o turista que vem para a prainha é aquele que vem em busca daquilo que a comunidade tem para oferecer. A comunidade possui uma

característica importante que é a hospitalidade inata. Como corrobora o Presidente da Associação Independente da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV):

Toda a comunidade abraça o turista como se fosse pai, filho. Já, andei em muitas comunidades e vejo como é difícil essa proximidade. Já, a comunidade tem um carisma para receber, conversar com o turista. Se você chegar e conversar com o pescador, ele passa o dia todo com você acompanhando. Isso é muito bom para a gente que representa um grupo, uma comunidade. É muito gratificante para a gente saber que as pessoas não tem formação para o turismo mas sabe receber, como se fosse da família.

A comunidade tem discutido sobre os avanços da tecnologia como o recurso da energia e da internet. Na prainha um tempo atrás não se pensava em não ter energia, mas chegou uma hora que não deu para não utilizar desse recurso. A internet não tinha em canto verde. Hoje quase todas as pessoas na sua casa tem internet. O Conselho de Turismo tem alertado a comunidade para que esse avanço da tecnologia não interfira na prainha pra não perder sua identidade cultural. Como por exemplo resgatar sempre a questão da cultura. As festas folclóricas, na questão da sua identidade cultural que a escola também trabalha essa questão da festa junina, a tradição da festa do padroeiro, São Pedro. O resgate da festa dos Papangus que é uma coisa que a um tempo atrás era muito tradicional mas algum tempo foi esquecido e foi voltado. Nessa questão cultural a comunidade tem sempre trabalhado para isso não ser esquecido e mantido.

A pesquisa, também, revelou que com o turismo foi criando um certo conflito na comunidade porque o turista que vem de fora trazia outros hábitos. Como corrobora o representante da educação:

Nós éramos uma comunidade, vou dizer assim o verbo no passado, nós éramos uma comunidade muito pacata, a gente não tinha costume com certas coisas. Certas pessoas que vinham de fora, os estrangeiros com certos costumes de topless, coisas assim, as pessoas vinham e tinham um impacto. Foram umas coisas assim que a gente não se precaveu.

A comunidade começou a ser muito visitada por grupos que vinham de ônibus, os farofeiros que realizam piqueniques. Mas, não vem para a prainha do canto verde devido ao turismo comunitário. É o turismo que vem para a praia.

O turismo influenciou muito na culinária porque os nativos tem na sua gastronomia principal pirão de peixe. Muitos moradores teve que aprender a fazer outras comidas para poder oferecer ao visitante. Como destaca o representante da educação:

O turista não ia comer só o pirão. É uma mistura de culturas.

A pesquisa apontou que hoje não tem mais uma comunidade tão tranquila, devido a presença de prostituição e drogas, entretanto não foi motivada pela atividade. Apesar destes problemas encontrados na prainha, ainda, é considerada um local tranquilo onde o turista pode ter como diversão a praia. Como destaca o representante da educação:

A gente pensava que com o turismo vinha droga, prostituição. Aqui tem, mas não foi por causa do turismo não. O turismo comunitário aqui é um turismo selecionado. O pessoal que vem aqui atrás de diversão, não tem isso aqui. Aqui é um turismo diferente. O pessoal vem para descansar a diversão aqui é a praia.

Para alguns donos de empreendimentos locais o desenvolvimento do turismo comunitário não alterou a identidade cultural dos nativos da prainha. Ao contrário, fortaleceu a cultura dos nativos e motivou a comunidade a realizar um planejamento para receber os turistas.

O turismo comunitário na prainha do canto verde além de motivar a manter as tradições culturais da comunidade, também, despertou um cuidado maior em relação a preservação do meio ambiente.

6.5. Equilíbrio Ambiental

O trabalho ambiental na prainha do canto verde, iniciou-se com o departamento de geografia da UFC. Em 1993, os trabalhos ambientais na prainha do canto verde tiveram a contribuição do Instituto Terra Mar por meio de parcerias com instituições como Aquasis que atuavam com projetos ambientais no litoral do Estado do Ceará.

Em 1993 ocorreu a viagem da jangada para o Rio de Janeiro que foi um protesto contra a falta de apoio do Governo para a pesca artesanal, contra a especulação imobiliária, contra a pesca ilegal. A partir desse fato iniciou na comunidade uma rede com as outras comunidades para combater a pesca ilegal. E ao mesmo tempo promover a pesca responsável. Os próprios pescadores pescavam a lagosta miúda. Esse foi um trabalho que começou na prainha em 1994 e continua até hoje.

A pesquisa revelou que tem reuniões regularmente com as praias de Redonda, Barra da Sucatinga e, com as outras colônias de pescadores do litoral leste para favorecer essa pesca responsável. Tem uma proposta de criação de uma área de marinha protegida que está no Instituto Chico Mendes em Brasília para ser avaliado que estão inseridos os municípios de Beberibe até Icapuí numa área de marinha protegida.

O Conselho de Turismo trabalha essa questão da preservação ambiental com a escola e com os informantes turísticos do local. Esse tema de preservação os recursos naturais em

Canto Verde são percebidos na Regata Ecológica que é um evento anual onde se coloca esses temas. Em setembro e novembro é um tema debatido na escola e, também, nas reuniões da comunidade sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Na Prainha do Canto Verde existe uma preocupação com as condições ambientais, principalmente com o lixo gerado na comunidade. No entanto, ainda não se conseguiu resolver. A coleta do lixo é feita com um convênio entre a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) com a Prefeitura de Beberibe. O Empreendedor social destaca como é realizada essa coleta:

A Toyota da comunidade recolhe o lixo de casas que tá longe da estrada. Recolhe e leva para o galpão do lixo isso acontecerá na quarta-feira. E na quinta-feira a caçamba ou caminhão do município vem para coletar o lixo que estar. Aí os moradores deixam na estrada. Mas não se tem conseguido para separar o lixo.

Tem tido iniciativas pontuais na prainha como na escola cursos de reciclagem para fazer papel. Entretanto, esse curso não conseguiu sensibilizar um número significativo de moradores em relação a essa questão do lixo. A pesquisa apontou que há discussões com a prefeitura para fazer um projeto oriundo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) ou do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) para realizar esse trabalho. Como corrobora, ainda, o Empreendedor social:

A prefeitura está muito interessada de continuar com o selo municipal do meio ambiente. E hoje estar mais disposto a investir nessas coisas. E a gente estar torcendo que tenha mais apoio da prefeitura.

A pesquisa revelou que a coleta de lixo de Beberibe é terceirizada pela empresa Transmaster sendo realizada em todo o município. A Prefeitura de Beberibe não realiza nenhum trabalho para a questão da reciclagem do lixo. O que existem em Beberibe são trabalhos realizados por terceiros como o trabalho dos catadores. Entretanto, a Prefeitura de Beberibe já ganhou três selos verdes e o certificado de praia limpa em 2011 e 2012. Durante a pesquisa o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Beberibe ressaltou que o Governo do Estado vai financiar a construção de um galpão para a triagem de resíduos sólidos. A Prefeitura de Beberibe vai disponibilizar um área de 1hectare para esse galpão.

O lixo produzido na prainha desde os anos de 1995 era normalmente jogado nas dunas ou se cavava um buraco e enterrava os mesmo sem nenhum cuidado.

Depois começou a se fazer um trabalho junto com a prefeitura onde se levava o lixo e acumulava em determinado local. Logo após, o carro da prefeitura vem e recolhe e o leva para outro local mais próximo não permanecendo dentro da comunidade. Isso vem se

mantendo até hoje a gente pega o lixo e leva para determinado local e a Prefeitura leva para o aterro. Uma dificuldade para se manter esse tipo de coleta mesmo com a parceria da Prefeitura é um custo caro para a comunidade. O representante da educação destaca que existe uma carência em relação ao poder público para iniciativas para a coleta do lixo:

Porque a Prefeitura não tem interesse nisso. Só se for a comunidade mesmo. E a comunidade já tentou e conseguimos recursos externos que não era do Governo aqui que era para esse projeto. Então foi construído aquele espaço. E a ideia era que o lixo que chegasse lá através desse contrato que a associação tem com a Prefeitura de recolher o lixo da comunidade.

A pesquisa aponta, também, que avançou a consciência dos moradores em relação a questão do lixo. Como destaca o Presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV):

Mas outras coisas que digo assim comparando com a época já é uma cultura na cabeça das pessoas pelo menos acumular o lixo em casa para levar para um determinado local. Que para mim é um começo de um alicerce uma oportunidade da gente partir por um objetivo maior que é educar as pessoas fazer um trabalho seletivo do lixo.

O lixo gerado na prainha, ainda, tá muito misturado então o próximo passo foi a discussão para um projeto relacionado para verificar o tipo de lixo da prainha para se trabalhar com a reciclagem.

No lixo gerado na prainha, encontra-se muito papelão, muitas outras coisas que dar para fazer adubo orgânico. Iniciou-se ideia do projeto seletivo do lixo. Entretanto, não existe iniciativas concretas para a coleta seletiva. O entrevistado corrobora o Presidente da Associação dos Moradores da prainha do Canto Verde (AMPV):

Então acho que é o próximo passo que nós tem que partir para isso dar uma limpeza manter de uma forma frequente pelo menos de seis em seis meses uma limpeza geral na comunidade isso é o nosso desejo. E a gente partir para esse processo do projeto seletivo. Mas, no geral se eu tiver que dar uma nota por nosso lixo aqui pelo nível de organização que a gente tem eu considero 5,0. Acho que pelo trabalho que nós tem feito aqui se nós tivesse tido cuidado e uma atenção maior nós poderia ter mais além isso é o que motiva a gente a melhorar sempre.

O Representante das Varzantes complementa que essa questão do lixo na prainha, ainda, é uma questão complicada pois alguns moradores não possuem essa conscientização da não degradação ambiental. O entrevistado destaca:

O lixo é uma coisa complicada. Você ver quando a gente vem ali. Degrada muito. Fica muito feio o ambiente com isso aí. A gente tem trabalhado muito. Mas é muito difícil. Para mim o que fica mais feio o ambiente aqui é o lixo. Antes da década de 90 a gente já lutava. Depende de todo mundo. Já pensamos na reciclagem, já pensamos e tentamos tudo. Uma das coisas que não sei dizer onde estar esse

engancho para resolver a questão do lixo. Já teve um rapaz que tentou fazer. Quando você entra na prainha você já vê.

O Conselho possui uma parceria com a associação para discutir essa questão do problema ambiental. A prainha possui algumas iniciativas para se trabalhar a preservação ambiental como, por exemplo a Regata Ecológica com tema ambiental. As crianças pintam as velas, os desenhos que são estampados nas velas. Na prainha do Canto Verde tem sempre o dia chamado de limpeza de praia. Essa questão ambiental é realizada sempre com uma parceria entre a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) e o Conselho de turismo.

A pesquisa revelou que um dos aspectos preocupantes é a prainha ser uma comunidade pequena, no entanto já se verifica um aumento no número de construções, repercutindo nos impactos ambientais pois na prainha, ainda, não tem saneamento básico.

Outra questão importante são os impactos do avanço das dunas, que vem avançando, devido alguns moradores construírem suas casas. Por isso o Conselho de Turismo tem realizado um trabalho para orientar as pessoas da comunidade construírem suas casas no lugar certo, reduzindo o impacto na área de duna. O Coordenador de turismo local afirma:

Algumas famílias já perderam suas casas porque tinham construído suas casas em canto de duna.

Na prainha tem sido realizadas ações para conscientizar as crianças na escola que faz ações de preservação ambiental. A escola trabalha um programa que fala para as crianças para os pais não pescarem lagosta miúda porque é crime ambiental. Ressalta, também, a preservação para não matar as tartarugas. Existe um trabalho na prainha do canto verde que se encalhar um animal eles cuidam através de um grupo e qualquer animal aquático eles resgatam. Como corrobora o representante da educação:

A gente sempre diz o que temos mais importante é isso. É tentar conservar isso. Enquanto houver essa natureza bonita que nós temos, vamos ter um atrativo certo. Para continuar atraindo as pessoas para virem para cá. A escola tem um papel importante na educação ambiental, a consciência ambiental. A associação sempre fez este trabalho a gente nunca separou as nossas conquistas da terra. Para nós a terra é um bem mais precioso.

A pesquisa aponta que a reserva foi uma ação conjunta, um resultado de um conjunto de ações que vinha sendo trabalhado na prainha para a preservação do meio ambiente. Para alguns moradores a prainha ter se tornado em reserva é preocupante. Já, para outros é a garantia para o futuro das gerações. Como corrobora o coordenador de turismo local:

Para algumas pessoas a gente deu a terra de mão beijada para o Governo. Como se o Governo viesse aqui querer morar aqui. Então não existe essa questão. Hoje a reserva é a garantia das futuras gerações, da preservação ambiental. De que a gente

pode estar pescando, mas pescando de uma forma sustentável, garantindo que os estoques vão estar sempre mantido.

A pesquisa na prainha do canto verde, também, verificou não existe fonte de energia renovável aqui na Prainha. Contudo, já se trabalhou um projeto de energia solar. Existe, também, um parque eólico muito próximo da comunidade a 3km e meio. Mas essa captação de energia ela é para uma subestação. Futuramente essa energia vai ser consumida por essas comunidades.

Na prainha do canto verde existe uma preocupação em conscientizar, também, o turista que vem para a prainha sobre a preservação do meio ambiente. Como corrobora duas empreendedoras locais:

A gente conversa muito com os turistas sobre isso. Até porque os turistas que vem para a Prainha quer saber muito quais são os projetos que tem na prainha como vive.

As pessoas que vem para cá se preocupam com o meio ambiente.

Na prainha, também, tem a preocupação com a limpeza das praias para conservar o ambiente da praia sem lixo. Isso repercute na qualidade do meio ambiente que o turista vai desfrutar. Algumas barracas de praia na prainha do canto verde realizam a limpeza no entorno da sua barraca. Existem já ações para promover a limpeza da praia a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) estão com um projeto dos tambores de lixo para colocar em pontos estratégicos da praia. Como destaca o Presidente desta associação:

Nós já estamos com o projeto dos tambores de lixo. A gente vai fazer a demarcação para ver onde precisa. Como vou cobrar da comunidade para depositar seu lixo se não tem lugar. Estamos pintando os tambores com a logomarca e vamos distribuir nos pontos estratégicos da praia.

É importante ações conjuntas entre os representantes locais e a Prefeitura de Beberibe para garantir que o ambiente natural (a praia, as dunas, a paisagem natural) da prainha do canto verde seja mantido preservado, principalmente, para o desenvolvimento do turismo comunitário gerando, também, na comunidade um bem-estar social.

6.6. Promoção do Bem - Estar Social

A pesquisa revelou que os benefícios do turismo comunitário são caracterizados por uma renda complementar, pois ninguém sobrevive apenas do turismo, e não seria sustentável sobretudo economicamente. Na Prainha do Canto Verde os beneficiados com este tipo de

turismo foram: os donos de pousadas, os donos de restaurantes, foram as pessoas que fazem serviços traslados, de carros excursões, passeios de jangadas, de catamarã, as trilhas.

Uma das características do turismo comunitário é que o resultado econômico é lento. Devido a esse aspecto desperta um certo desânimo para alguns que fazem parte desse processo. Entretanto, o turismo comunitário gera como benefício a preservação dos recursos naturais. Esse aspecto é o sentido de luta da comunidade que gera um dos benefícios deste tipo de turismo. O Representante das Varzantes ressalta esse aspecto:

Como benefício eu vejo o que nós temos se a gente admite um turismo diferente nós tinha perdido essa beleza que a gente tem. E hoje você assim daqui uns cinco a dez anos você já vê mais diferente, vai modificando a medida que a gente vai tentando controlar, não consegue, mas vai tentando e não é aquela coisa tão desordenada como se a gente tivesse o outro tipo de turismo. Isso para mim talvez é o maior benefício do turismo comunitário. Para nós que luta por isso esse é o sentido.

O turismo comunitário tem, também, como característica que a comunidade administre seus empreendimentos, gerando na mesma um sentimento de pertencimento do lugar. A pesquisa apontou que esse sentimento pertencimento entre os moradores gera uma motivação de luta para com o local não permitindo que outras pessoas se fixem na prainha e administrem seus empreendimentos. Outro benefício gerado por esse tipo de turismo é que a comunidade está inserida em todo o processo da cadeia produtiva do turismo. Esse sentimento ressalta a característica deste tipo de turismo que desperta entre os moradores locais a consciência da preservação do território. Um dos Empreendedores Locais corrobora:

A necessidade de tomar dessa cidade de conta do trabalho desse turismo antes que alguém de fora. Porque o maior medo que a gente tinha era esse de ter um turismo que não fosse nosso. Um turismo que fosse das imobiliárias de pessoas já especulavam a muito tempo. A luta da terra que despertou para que a gente visse a necessidade do turismo comunitário que fosse um turismo que a gente pudesse administrar um turismo trabalhado por a gente mesmo da comunidade.

O turismo comunitário gera na comunidade local interesses sociais. Na Prainha do Canto Verde é trabalhado de forma que proporcione essa renda complementar para a população local. Entretanto, o Coordenador de Turismo local destaca que o projeto comunitário não consegue atender a todos da comunidade. No entanto, a pesquisa ressalta que esse tipo de turismo na prainha é considerado aberto para os moradores da comunidade onde tem a possibilidade deles se capacitarem para atender o visitante. E, também, o Conselho de Turismo tem a preocupação de contabilizar ao final as atividades que geram receitas para a

comunidade como passeios, alimentação, trilhas e uma parcela dessa receita se destina para a comunidade.

O entrevistado, ainda, ressalta que uma das formas de inserir as pessoas para que participe dessa renda do turismo comunitário seria doando para a escola, fazendo algum trabalho que envolva toda a comunidade. Como por exemplo a festa dos idosos, alguns casos doações para a escola para comprar material para aquelas famílias mais carentes.

Outro benefício na prainha pelo turismo comunitário foi a renda que permanece no local. Essa renda é percebida, principalmente, nos meses considerados de alta estação dezembro, janeiro, julho onde o fluxo de turistas aumentam significativamente através da hospedagem, alimentação, passeios, trilhas.

6.7. Geração de Emprego e Renda

O turismo comunitário gerou na Prainha do Canto Verde um melhoramento na renda das famílias e, também, a necessidade de uma qualificação profissional para atender aos turistas nos diversos serviços como: restaurante, informações turísticas, passeios de *buggys*, pousadas e atendimento em geral.

Este tipo de turismo trouxe uma outra perspectiva além da pesca artesanal, pois com a chegada do turista a comunidade teve uma outra opção de renda com o aluguel dos quartos das residências dos pescadores. Além de proporcionar a este turista o convívio com os moradores locais e degustar da comida típica da prainha. Como ressalta o Representante das Varzantes:

Com a chegada do turista aqui na comunidade mudou. Nós não tinha nada,nada, nada para se apegar a não ser o mar. O turismo comunitário trouxe o seguinte: se eu alugo um quarto eu ganho dinheiro, normalmente, as pessoas que alugam o quarto quase todas fazem sua própria alimentação. Aqui uma das atrações, também, é a comida caseira. Muitas pessoas gostam. Algumas das pessoas que alugam fazem a comida para as pessoas ali mesmo.

Outro aspecto importante que a pesquisa apontou com o turismo comunitário foi a inserção dos jovens da prainha para a informação turística do local, gerando uma receita para os mesmos. Também, a pesquisa destaca que a prainha possui um grupo de cozinheiras que preparam alimentação para grupos de 15 a 20 pessoas que chegam em Canto Verde. Essa renda beneficia de uma forma importante os moradores.

O coordenador do turismo local da Prainha do Canto Verde destaca a necessidade de qualificação profissional entre as pessoas da comunidade que estão inseridos na prestação dos serviços turísticos. O mesmo corrobora:

A gente tem se preocupado. A gente tem passado para todos os prestadores de serviço essa condição e essa capacidade de estar fazendo cursos, formação, capacitação para poder trabalhar com o turismo mas não trabalhar essa questão só de chegar e fazer a coisa acontecer. Fazer uma coisa organizada.

Outro aspecto importante que a pesquisa revelou na Prainha do Canto Verde foi o estímulo da geração de emprego e renda entre as pessoas da comunidade que repercutiu em um melhoramento da qualidade de vida das pessoas. O Coordenador de Turismo Local destaca que as pessoas que tem o turismo como uma atividade de renda começaram a melhorar a estrutura de suas casas, adquirir automóvel e até mesmo na pesca artesanal. Outro aspecto destacado pelo coordenador de turismo que é importante a diversificação das atividades que se pode trabalhar com o turismo como restaurante, hospedagem, trilhas, passeios. Isso é destacado pelo coordenador de turismo local:

Pessoal o turismo não é só pousada e restaurante. O turismo é um passeio de charrete que você faz, o turismo é uma trilha ecológica que você faz, isso capta recurso e vocês podem estar incluído dentro dele. Então essas questões tem trabalhado dentro do Conselho para não deixar as pessoas umas com muito gosto da coisa e outras desanimada.

O Turismo comunitário gerou um fluxo de visitantes na prainha do canto verde, repercutindo de uma forma direta na economia do local. A pesquisa apontou que o fluxo de turistas na prainha beneficiou de uma forma significativa na renda das famílias dos pescadores que começaram a trabalhar com atividades turísticas como hospedagem, alimentação, informações do local. O Representante da Educação afirma:

Com a vinda dos visitantes melhorou a renda de algumas famílias. Hoje tem muito mais famílias envolvidas. No início era bem pouca, até porque as pessoas não tinham despertado também para isso. Só algumas pessoas que também tinham alguma renda que tinham condições para construir mais uma casa para poder fazer quartos e alugar por exemplo ou uma barraca. Essas pessoas deram o primeiro passo. Hoje tem mais pessoas envolvidas se beneficiando e melhorando a renda, principalmente com o aluguel.

A Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde (AMPV) tem um papel importante para estimular a funcionalidade do turismo comunitário no local, fazendo a divulgação de canto verde atraindo mais turistas. O Representante da Educação destaca:

Esses outros serviços e aí a Associação teve um papel muito importante e ainda tem porque esses outros serviços: exemplo merendeiras, pessoas que fazem janta ou almoço para grupos, e guias que prestam serviço de guias, aí eu ressalto a importância da Associação porque ela é uma das molas mestras na funcionalidade desse programa, projeto.

A pesquisa revelou que a Associação dos Moradores na Prainha do Canto Verde (AMPV) teve um papel muito importante porque realizava contatos, oferecia os serviços disponibilizados para os turistas. No, entanto na prainha, ainda, possui uma deficiência na estrutura dos equipamentos turísticos para receber os visitantes. Como, também, para realizar reuniões, pois existe apenas o Centro comunitário. Este espaço não possui estrutura suficiente para atender a eventos, principalmente os do município.

Um aspecto importante é que essa geração de renda na Prainha do Canto Verde é caracterizada por uma renda complementar, sendo a pesca artesanal a principal atividade da economia do local. A comunidade é caracterizada pela figura do pescador. Esta característica é ressaltada por uma empreendedora local:

Fomos as primeiras pessoas a construírem pousadas aqui na Prainha. Eu, meu marido, minha filha e também outras pessoas que não são da minha família que a gente paga. O Turismo não é uma fonte de renda que a gente sobreviva do turismo é um complemento.

O Turismo Comunitário desenvolvido na prainha possibilitou que a renda gerada pelas atividades do turismo permanecesse no local, sendo distribuída dentro da comunidade. Esse aspecto a pesquisa revelou que em uma família de oito a dez pessoas trabalhando em diversas áreas como recepção, gerência, atendimento, camareira, garçom, cozinheira a renda é distribuída entre os membros da família. Outro empreendedor local coloca em destaque que a renda gerada pelo turismo comunitário permanece na própria comunidade.

6.8 Limitações da Pesquisa e Trabalhos Futuros

Para realizar a pesquisa na Prainha do Canto Verde é necessário ter a aprovação conselho deliberativo da Prainha do Canto Verde e pelo Instituto Chico Mendes. Esse aspecto caracteriza uma limitação da pesquisa nessa reserva extrativista.

Para dar continuidade nos futuros trabalhos sobre a Prainha do Canto Verde sugere-se uma análise mais aprofundada de alguns pontos, devido a abrangência do assunto é fundamental pesquisas futuras. Recomenda-se como sugestões alguns pontos a serem pesquisados em trabalhos futuros:

- a) analisar as políticas ambientais sobre as unidades de conservação adotada pelos órgãos ambientais no âmbito nacional e estadual em relação ao município;

- b) analisar as estratégias de desenvolvimento sustentável e dos *stakeholders* dentro dos dilemas conceituais de articulação das redes de turismo comunitário;
- c) analisar a conceituação sobre conflitos e as possíveis consequências em comunidades que adotam o turismo comunitário;
- d) analisar o papel das associações e as estratégias adotadas em uma comunidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a estratégia da prainha do canto verde a partir do framework composto por aspectos importantes para um desenvolvimento de forma sustentável. Um dos elementos que compõe este framework é o planejamento turístico que é essencial que uma localidade planeje sua infraestrutura de apoio e de serviços para a realização das atividades turísticas.

Nesta caminhada rumo a sustentabilidade é fundamental, também, que existam políticas públicas para incentivar este tipo de turismo na localidade com instrumentos legais para desenvolver e a possibilidade de recursos. Outro elemento importante é a atuação dos *stakeholders* na localidade. Estes elementos influenciam de forma direta para gerar um turismo sustentável e, conseqüentemente, fortalecer aspectos importantes em uma localidade como: o fortalecimento e o resgate da cultura local, a promoção do bem-estar social por meio das atividades turísticas, a geração de emprego e renda ressaltando um dos princípios do desenvolvimento sustentabilidade que é a equidade social e, principalmente, o equilíbrio ambiental para a manutenção dos atrativos naturais preservados para as gerações futuras.

A comunidade da prainha do canto verde tem um sentimento de pertencimento de território muito evidente e com isso motivou os nativos a optarem a desenvolver o turismo comunitário. A partir do desenvolvimento do turismo comunitário na prainha começaram a realizar seminários e estudos e gerou um fluxo de pessoas oriundas de ONG's, Universidades e, conseqüentemente, o turismo comunitário veio a contribuir para as pessoas da comunidade que adaptaram suas residências para a hospedagem e ter a atividade turística como uma segunda fonte de renda.

A participação dos *stakeholders* na prainha do canto verde foi verificada pelas principais lideranças locais (Associação dos Moradores da Prainha do canto Verde, Conselho de turismo, Empreendedores Locais, Empreendedor Social, Gerente da Reserva e a Associação Independente dos Moradores da prainha do Canto Verde e Adjacências), Prefeitura de Beberibe, Secretaria de Turismo de Beberibe e a EMATERCE. Estes *stakeholders* atuam de forma direta na estratégia de turismo sustentável da prainha do canto verde. Foi observado que as principais lideranças locais da prainha apoiam o desenvolvimento do turismo comunitário sustentável como forma de fortalecer a preservação dos atrativos naturais e da identidade cultural. Entretanto, as divergências entres estes *stakeholders* se

concentram no conflito ideológico em relação a reserva abranger além da parte marítima a parte terrestre.

As associações são importantes *stakeholders* influenciam nas decisões da comunidade. A relação dos *stakeholders* locais, como a Associação dos Moradores da prainha do canto Verde é de forma direta por meio de reuniões, projetos de turismo, educação e saúde. Uma das finalidades desses *satkeholders* é incentivar cada vez mais os nativos a se inserirem nas atividades comunitárias. Já, a Associação Independente da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPV) atua na comunidade realizando trabalhos relacionados à saúde e, também, na elaboração de pacotes turísticos, incluindo hospedagem e os passeios de *buggys* para a realização das trilhas ecológicas.

Outro *stakeholder* importante é o Conselho de Turismo que atua na comunidade como se fosse uma instituição, mas funciona como um setor, uma formado por todas as pessoas que participam dele, como membros, sócios. O Conselho de Turismo trabalha na organização da pousadas comunitárias; os guias; as cozinheiras (culinária). Foi observado que a organização destes *stakeholders* no início foi para orientar, agenciar os visitantes. No início estes serviços de agenciamento eram cobrados por uma taxa social que cada empreendedor pagava por unidade habitacional. Entretanto, com a utilização da internet e telefonia celular o próprio empreendedor já realizava essas atividades. E, realiza a divulgação do turismo comunitário desenvolvido na prainha do canto verde.

Foi verificada uma ausência de ações conjuntas dos *stakeholders* municipais com os *satkeholders* locais da prainha do canto verde para desenvolver o turismo comunitário. A relação dos *stakeholders* municipais com a comunidade da prainha do canto verde não é muito próxima, entretanto apoiam a comunidade nos eventos quando solicitados. A atuação destes *stakeholders*, ainda, é muito deficiente, pois foi observado uma ausência de projetos e recursos para desenvolver o turismo comunitário na prainha do canto verde.

Durante a pesquisa, constatou-se que a prainha do canto verde é uma referência para as outras comunidades, pois a estratégia sustentável adotada por essa comunidade é adotar o turismo comunitário e se alinha ao objetivo de preservar o território contra a especulação imobiliária e o turismo de massa desenvolvido por outras comunidades no litoral leste do Estado do Ceará. É referência, também, pela sua organização enquanto grupo para lutar contra essas forças externas e de ter esta atividade turística como um negócio para gerar renda e emprego para a comunidade acompanhado, também, da qualificação profissional dos moradores. Outra estratégia aplicada por essa comunidade foi a criação da reserva extrativista

da prainha do canto verde, pois sendo uma unidade de conservação garante esse território mediante leis que seja preservado para as futuras gerações.

Verificou-se que o Planejamento Turístico na prainha do canto verde encontra-se deficiente pois necessita ser reformulado para atender as necessidades dos turistas e dar uma melhor condição de vida para os moradores, embora o planejamento desenvolvido no local propicie um turismo sustentável na prainha. É importante uma sensibilização para esses moradores que não conseguem entender os objetivos do turismo comunitário que vem sendo desenvolvido na prainha do canto verde e, também, para a necessidade da preservação do patrimônio cultural e natural.

Este estudo teve como objetivo, também, realizar a análise da oferta turística da prainha do canto verde e indicar as possíveis estratégias para iniciar o processo de desenvolvimento do turismo no município. O objetivo proposto foi alcançado de forma positiva.

Os resultados da pesquisa contribuem, de forma efetiva, para um processo de planejamento da atividade turística de forma sustentável. A Prainha do Canto Verde possui atrativos naturais e um patrimônio cultural que são potenciais para gerar um fluxo turístico na cidade.

A prainha do canto verde possui uma vocação turística com atrativos naturais, como a praia, as dunas, as trilhas ecológicas e a paisagem cênica da entrada da cidade com características singulares. Já, em relação aos atrativos culturais destacam-se a Festa de São Pedro, a Festa Junina, os Papangus e, também a culinária típica a base de peixes que constituem aspectos relevantes para gerar um fluxo turístico. O artesanato em labirinto é um atrativo bastante forte na prainha do canto verde, pois faz parte da identidade cultural do local, além de beneficiar muitas artesãs no aspecto econômico.

A Prainha do Canto Verde possui expressivos atrativos naturais. A Praia, as dunas e as trilhas ecológicas precisam ter uma sinalização turística adequada e placas educativas de preservação ambiental como também ter uma infraestrutura de apoio e turística adequada para atender as necessidades dos visitantes. Estes atrativos naturais poderiam ser melhor aproveitados, também, para o turismo pedagógico. Uma das estratégias para atrair turistas seria trabalhar roteiros integrados com as comunidades situadas no litoral leste do estado do ceará que desenvolvem o turismo comunitário.

O artesanato da prainha, principalmente, o labirinto necessita de uma articulação mais eficaz por parte dos *stakeholders* locais, precisando também realizar um trabalho de

conscientização turística com as artesãs, no sentido de preservar a sua originalidade, tornando uma atividade sustentável.

Em relação aos eventos existentes na sede do município, como a Festa de São Pedro, a Festa Junina e a Regata Ecológica deveriam ser inseridas no calendário de eventos do Estado do Ceará e também ter uma maior divulgação para gerar fluxo de turistas.

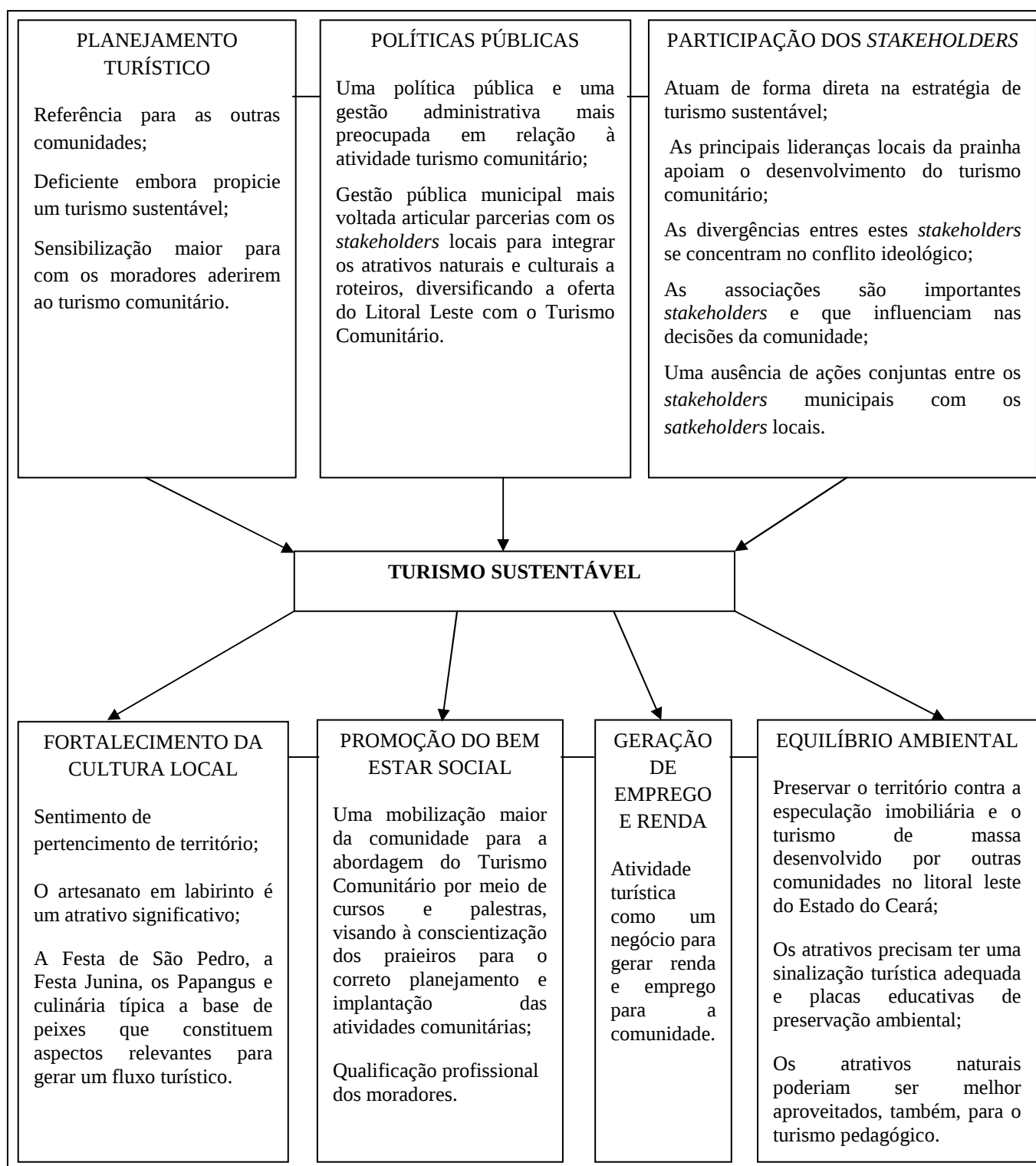
É necessário que haja também por parte da gestão pública municipal um interesse maior em articular parcerias com os *stakeholders* locais para integrar os atrativos naturais e culturais a roteiros, diversificando a oferta do Litoral Leste com o Turismo Comunitário.

Outra providência imediata é uma mobilização maior da comunidade para a abordagem do Turismo Comunitário na escola, e em outras organizações da prainha do canto verde, por meio de cursos e palestras, visando à conscientização dos praieiros para o correto planejamento e implantação das atividades comunitárias.

Não se pode deixar de destacar a necessidade, também urgente, da melhoria das condições físicas e dos serviços das pousadas e principalmente dos restaurantes.

Enfim, é fundamental que exista uma política pública e uma gestão administrativa mais preocupada em relação à atividade turismo comunitário na prainha do canto verde como forma de gerar emprego e renda, de forma sustentável. A inserção da comunidade neste processo é fundamental para a preservação dos valores culturais.

A partir dos resultados da pesquisa conforme analisado pelos elementos do framework proposto de acordo com a Figura , constata-se que a estratégia de adotar o turismo comunitário e a participação dos *stakeholders* locais propiciam na prainha do canto verde um planejamento turístico capaz de desenvolver na comunidade um turismo sustentável.

Figura 19: Resultados da Pesquisa de acordo com os Elementos do *Framework* Proposto

Fonte: Elaborado pela própria autora

Como recomendação, sugere-se a união da comunidade para fortalecer cada vez mais o turismo comunitário na prainha do canto verde, em detrimento ao conflito ideológico existente.

A estratégia utilizada na Prainha do Canto Verde direcionada a um desenvolvimento sustentável requer a união da comunidade para fortalecer os praieiros na luta contra a especulação imobiliária e a manutenção do território preservado. É importante, também, direcionar estratégias para o planejamento turístico para atender as necessidades da comunidade e dos turistas e uma política pública mais direcionada a desenvolver o turismo comunitário com a finalidade de diversificar a oferta turística do litoral leste do Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA. E. N. M. 2003. **Prainha do Canto Verde: Turismo Socialmente Responsável e Gestão Participativa**. Fortaleza. 143 p. (Dissertação Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará);

ARAÚJO, Guilherme P. de; GELBECK, Daniele Lima. **Turismo Comunitário: Uma Perspectiva ética e educativa de desenvolvimento**. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, nº 03, p. 357 – 378, set/dez. 2008;

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO: DIFERENTES VISÕES. Disponível em: <www2.anhembi.br/publique/media/leandro> Acesso em: 2 NOV. 2011;

BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. São Paulo: Papirus, 2002;

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2003;

BEZERRA, Deise Maria Fernandes. **Planejamento e gestão em turismo**. São Paulo: Roca, 2003;

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 1999;

BRITO, Lina. **Análise Turística da Prainha do Canto Verde para Futuros Projetos de Reestruturação**. Artigo, MBA de Gestão de Projetos, Universidade de Fortaleza, 2012;

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002;

CARRANCO, Maria Fernanda Orquera. **Visão Ética Complexa na estratégia Sustentável de Turismo Comunitário em uma Comunidade Índigena Andina**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2010;

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em mudanças**. Fortaleza: EdUECE, 2009;

DONALDSON, T, Preston, L..1995, **The Stakeholder Teory of Corporation: Concepts, Evidence, and implications**. Academy of Management Review 20, 65-91;

Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública / Ministério do Turismo. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010;

ERLICH, P. R. and A. H. Erlich:, **The Population Explosion**, Simon & Schuster, New York. 1990;

FREEMAN, R. E. . **Strategic Management: A Stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984;

_____.1994, **The Politics of Stakeholders Teory: Some Future Directions**, **Business Ethics Quarterly** 4, 409-421;

FREEMAN, R. E. and D. R. Gilbert: **Corporate Strategy and the Search for Ethics**, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ. 1988;

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1994;

GODOY, Arida Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.5, p. 20 – 29, mai/jun, 1995;

HAIR JR., Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre:Bookman, 2005;

HOFF, D. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders: a proposição de uma estrutura analítica**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2008, 425p.;

INGLEY, C., Mueller, J., & Cooks, G. **The Financial crisis, investor activist and corporate strategy: will this mean shareholders in the boardroom?** Wall Street Journal, 2010.

IPECE. **Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Estado do Ceará**. Disponível em: <www.ipece.ce.gov.br> Acesso em: 1 jun. 2012;

IRVING, Marta de Azevedo. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**. In: BARTHOLO, Roberto; BURZTYN, Ivan; SANSOLO Davis Gruber. **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**;

IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Realidade e Desafios na Construção de Projetos Turísticos de Base Comunitária**. In: TREVISAN, Salvador D. P. . **Comunidades Sustentáveis: a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006;

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 1993;

MALDONADO, Carlos. **O Turismo rural comunitário na América Latina**. In: BARTHOLO, Roberto; BURZTYN, Ivan; SANSOLO Davis Gruber. **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**;

MARTINS, José Cleron de Oliveira. **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003;

MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; MAURER, Ângela Maria; SILVA, Tânia Nunes da. **As Relações entre as Inovações Sociais e o Desenvolvimento Sustentável: O Caso UNIVENS**. In: Encontro da ANPAD, XXXIV, 2010, Rio de Janeiro:2010, p. 1-17;

MENDES, Eluziane Gonzaga; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Prainha do Canto Verde: Espaço de Luta e Turismo Comunitário**. Fortaleza: 15p. Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará;

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado**. In: BARTHOLO, Roberto; BURZTYN, Ivan; SANSOLO Davis Gruber. Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras;

_____, Teresa Cristina de Miranda. **‘Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?’**. 2004.xvi, 192 f.: il. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. Disponível em: <www.braziltour.com> Acesso em 8 de out. 2011;

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização**. Disponível em: <www.braziltour.com> Acesso em 8 out. 2011;

MITCHELL, R. K., AGLE, B. R., & WOOD, D. J. 1997. **Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who e what really counts**. The Academy of Management Review. 4: 853- 886;

MUNASINGHE, M. **Sustainomics and sustainable development**, *Encyclopadia of Earth*, 2007. Disponível em: <www.eoearth.org/article/sustainomics_and_sustainable_development> Acesso em: 27 set. 2011;

PAULA, Henrique Luís de; PINHEIRO, José César Vieira. **A ARTE DA SUSTENTABILIDADE DA PESCA NA COMUNIDADE DA PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE/CE**. Dissertação do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente da rede PRODEMA-UFC.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de Pólos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001;

_____. **Planejamento e Gestão**. São Paulo: Futura, 1998;

PRAINHA DO CANTO VERDE. Disponível em: <www.prainhadocantoverde.org> Acesso em: 10 jul. 2012;

PRAINHA DO CANTO VERDE. Disponível em: <www.prainhadocantoverde.com> Acesso em: 10 jul. 2012;

PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO. Disponível em: <www.pnmt.sc.senac.br/opnmt.asp> Acesso em: 08 out. 2011;

RELATÓRIO FINAL DO ICMBio SOBRE A RESERVA EXTRATIVISTA DA PRAINHA DO CANTO VERDE. Disponível em: <racismoambiental.net.br> Acesso em: 12 de jul. 2012;

ROESCH, Sylvia Azevedo. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2006;

DE ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo: Planejamento e Marketing**. São Paulo: Manole, 2002;

ROMERO, Silvia Helena de Menezes. **Aproveitamento de Oportunidades através da Gestão Participativa em Icapuí**. In: BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.). Planejamento e gestão em turismo. São Paulo: Roca, 2003. p.53-63;

_____. **Aplicação e Significado da Análise DAFO**. Nota de aula do Curso de Turismo na UNIFOR, Fortaleza, 2004;

ROLOF, J. **Learning from Multi-Stakeholder Networks: Issue – Focussed stakeholders Management**. Journal of Business Ethics. 82, 233-250, 2008;

RUSCHAMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 1997;

SALVATI, Sérgio Salazar. **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Brasília: WWF Brasil, 2004;

SACHS, Y. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002;

_____, Y. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008;

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009;

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**. In: BARTHOLO, Roberto; BURZTYN, Ivan; SANSOLO Davis Gruber. Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras;

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ- SETUR. Plano Integrado Desenvolvimento Turístico Ceará 2004-2007. Disponível em: <www.setur.ce.gov.br> Acesso em: 10 set. 2011;

SPERB, Matias Poli. **Avaliação da Capacidade de Carga da Ilha do Mel**, PR: Perspectiva de Proprietários do Setor de Hospedagem. Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Fortaleza: Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – FEACC. Ano 7, n.1, p. 93-102. Jan/jun. 2009;

STEAD, J. G., & STEAD, E. **Eco-enterprise strategy: standing for sustainability**. Journal of Business Ethics. 24 (4), 313-330;

TREVISAN, Salvador D. P.. **Comunidades Sustentáveis: a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006. AGUIAR, Maria de Fátima; FERREIRA, Ângela Maria

Rodrigues; MOTA, Norma Lopes Ginez. Centro de Ciências Administrativas. Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos do curso de Turismo. Fortaleza: UNIFOR, 2004;

TORFING, J. **Towards a shumpeterian warfare postnational regime: path-shaping and pathdependency in Danish welfare state reform.** Economy and Society, Roskild, v.28,n. 3, p. 369-402, aug. 1999;

TUCUM. Rede de Turismo Comunitário. Disponível em: <www.tucum.org> Acesso em: 20 jun. 2012;

ZECHNER, Talita C; Henríquez, C; Sampaio, Carlos C. **Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenhas.** In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008. Anais. Fortaleza – CE, 2008;

ZUCATTO, L. **Análise de uma cadeia de suprimentos orgânica orientada para o desenvolvimento sustentável: uma visão complexa.** Tese (doutorado).

ANEXOS**ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PRESIDENTE DO CONSELHO DE TURISMO COMUNITÁRIO E GERENTE DA RESERVA DA PRAINHA DO CANTO VERDE**

Nome do Entrevistado_____

Data da Entrevista_____/_____/_____

E-mail para contato_____

Pergunta Etapa 1: Análise histórica da estratégia sustentável

1. Quais foram os acontecimentos históricos importantes que o Senhor considera que influenciaram na criação do Conselho de Turismo?
2. O que incentivou o Senhor a pensar no turismo comunitário que hoje existe em Canto Verde?
3. Em que momento achou que o turismo comunitário podia funcionar na sua comunidade?
4. O Senhor pode relatar a história do Conselho de Turismo?

Pergunta Etapa 2: Análise da estratégia sustentável atual e o papel dos stakeholders na estratégia**Desenvolvimento sustentável**

5. Quais são os interesses sociais do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?
6. Quais são os interesses do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde no âmbito ambiental?
7. Quais são os interesses territoriais do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?
8. Sobre o tema econômico, qual é o principal interesse do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?
9. Quais são os interesses do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde no âmbito político?

Análise dos Valores

10. Quais são os valores que o Senhor considera como os mais importantes dentro da estratégia de negócios do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?

Análise dos Riscos

11. Qual seria o impacto ambiental e social do incremento de pessoas dentro da comunidade por causa do turismo comunitário?
12. Qual seria o impacto ambiental e social do aumento da riqueza para sua comunidade por causa do turismo comunitário?
13. Considera que para reduzir o impacto ambiental se deve investir em planejamento turístico?
14. Existem ações de desenvolvimento ambiental e de áreas de preservação ambiental na Prainha do Canto Verde?
15. Existe fontes de energia renováveis na Prainha do Canto Verde? Onde elas se encontram?

Análise dos Stakeholders

16. Pode mencionar se existem parcerias entre o Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde e outras comunidades?
17. Existem pessoas ou Instituições interessadas no desenvolvimento das atividades do Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde? Pode identificar quais são e mencionar a relação?
18. Quais são as pessoas ou grupos de pessoas que o Senhor acha que são estratégicos para o Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?
19. Qual o papel do Governo em relação ao trabalho desenvolvido pelo Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O REPRESENTANTE DA COMUNIDADE

Nome do Entrevistado_____

Data da Entrevista_____/_____/_____

E-mail para contato_____

Perguntas Etapa 2: Análise da estratégia sustentável atual e o papel dos stakeholders na estratégia

1. O que motivou a sua comunidade a apoiar o turismo comunitário dentro dela?
2. Em que consiste o Plano Estratégico da Comunidade de Canto Verde?
3. Quais são os benefícios e dificuldades que se tem percebido em Canto Verde relacionados com o turismo comunitário?
4. Quais tem sido os trabalhos conjuntos mais importantes entre o Conselho de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde e a comunidade?
5. Como lida a comunidade com a presença dos visitantes em Canto Verde?
6. Qual a principal preocupação da comunidade no futuro em relação ao turismo comunitário?
7. Como mudou a vida da comunidade a partir da chegada dos visitantes à Canto Verde após a implantação do turismo comunitário?
8. Quais são as estratégias realizadas pela comunidade para a preservação ambiental existentes na Prainha do Canto Verde?
9. Existe ações realizadas pela comunidade para a coleta seletiva do lixo na Prainha do Canto Verde?
10. Existe iniciativas ambientais pela comunidade pra o Tratamento e Reciclagem dos Resíduos gerados na Prainha do Canto Verde?

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O REPRESENTANTE DOS EMPREENDEDORES LOCAIS (FAMÍLIAS)

Nome do Entrevistado_____

Data da Entrevista_____/_____/_____

E-mail para contato_____

Perguntas Etapa 2: Análise da estratégia sustentável atual e o papel dos stakeholders na estratégia

1. O que motivou a sua família a participar do turismo comunitário?
2. De que maneira participa cada membro da família no turismo comunitário?
3. Quais são os benefícios e dificuldades percebidas na sua família devido ao turismo comunitário?
4. Como é a relação com as outras famílias que participam do turismo comunitário em Canto Verde?
5. Além das atividades próprias do serviço de turismo comunitário para visitantes dentro de casa, algum membro da família se dedica a alguma atividade relacionada ao turismo?
6. Como o Senhor (a) acha que a vida da comunidade mudou a partir da chegada dos visitantes à Canto Verde?
7. Qual o papel que tem o Conselho de Turismo para sua família e para a atividade de turismo comunitário?
8. O que mais gosta quando recebe visitantes na sua casa?
9. O Senhor (a) acha que sua família vai seguir participando do turismo comunitário no futuro?
10. Quais são as ações utilizadas pelos senhores em relação aos seus empreendimentos para reduzir os impactos ambientais?

ANEXO D– ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O REPRESENTANTE DA EMATERCE

Nome do Entrevistado_____

Data da Entrevista_____/_____/_____

E-mail para contato_____

Perguntas Etapa 2: Análise da estratégia sustentável atual e o papel dos stakeholders na estratégia

11. O que motivou a Ematerce a apoiar o turismo comunitário?
12. Em que consiste o Plano Estratégico da Ematerce para desenvolver o turismo comunitário?
13. Quais são os benefícios e dificuldades que se tem percebido em Beberibe relacionados com o turismo comunitário?
14. Quais tem sido os trabalhos conjuntos mais importantes entre a Ematerce e as comunidades que adotam o turismo comunitário?
15. Qual a principal preocupação da Ematerce no futuro em relação ao turismo comunitário?

ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TURISMO E DE MEIO AMBIENTE DE BEBERIBE

Nome do Entrevistado_____

Data da Entrevista_____/_____/_____

E-mail para contato_____

Perguntas Etapa 2: Análise da estratégia sustentável atual e o papel dos stakeholders na estratégia

1. O que motivou Secretaria de Turismo de Beberibe a apoiar o turismo comunitário?
2. Em que consiste o Plano Estratégico da Secretaria de Turismo de Beberibe para desenvolver o turismo comunitário?
3. Quais são os benefícios e dificuldades que se tem percebido em Beberibe relacionados com o turismo comunitário?
4. Quais tem sido os trabalhos conjuntos mais importantes entre a Secretaria de Turismo de Beberibe e as comunidades que adotam o turismo comunitário?
5. Qual a principal preocupação da Secretaria de Turismo de Beberibe no futuro em relação ao turismo comunitário?
6. Quais as ações significativas do Prodetur Ce para desenvolver o turismo em Beberibe?
7. Quais são as estratégias adotadas pela secretaria para desenvolver o turismo em Beberibe?
8. Quais são as ações realizadas pela secretaria para a preservação do meio ambiente?